

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA  
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA  
ANGELA BRANDALISE FROEMMING

MIGRAÇÃO E IDENTIDADE

Formação de Comunidades Evangélicas nas Colonizações Mistas de Três de Maio, Horizontina e Dr.

Maurício Cardoso no Século XX

São Leopoldo

2009

ANGELA BRANDALISE FROEMMING

MIGRAÇÃO E IDENTIDADE

Formação de Comunidades Evangélicas nas Colonizações Mistas de Três de Maio, Horizontina e Dr.

Maurício Cardoso no Século XX

Dissertação de Mestrado  
Para obtenção de grau de mestre em Teologia  
Escola Superior De Teologia  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Teologia e História

Orientador: Wilhelm Wachholz

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F926m Froemming, Angela Brandalise

Migração e identidade : formação de comunidades evangélicas nas colonizações mistas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso de 1915 a 1950 / Angela Brandalise Froemming ; orientador Wilhelm Wachholz. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

137 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – História. 2. Igreja Luterana – Rio Grande do Sul – História. 3. Alemães – Rio Grande do Sul – História – Séc. XX. 4. Imigrantes – Rio Grande do Sul – História. I. Wachholz, Wilhelm. II. Título.



## Resumo

Na presente dissertação visou investigar e narrar como ocorreu a formação das comunidades evangélicas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso no estado do Rio Grande do Sul numa perspectiva de identidade étnica frente ao movimento de nacionalismo brasileiro na primeira metade do século XX. A primeira parte, aborda conceitos referentes a etnia, nação, região e como estes conceitos se relacionam em uma sociedade plural. Trabalha-se com conceitos referentes à memória histórica: individual e coletiva e métodos de história oral. Na segunda parte, faz-se uma breve revisão sobre a imigração e a formação das primeiras comunidades evangélicas no Rio Grande do Sul, numa perspectiva de identidade étnica em processo de assimilação à nação “adotiva”. Vemos os esforços de pastores e comunidades para manterem os imigrantes teuto-evangélicos perseverantes na sua fé e posteriormente a consolidação de um Sínodo que interligasse as diferentes paróquias e comunidades existentes no estado do Rio Grande do Sul no século XIX e início do século XX. Também aborda os fatos políticos do Brasil e do mundo que influenciaram no processo de assimilação do elemento teuto-evangélico à sociedade brasileira e como se desenrolou as questões de etnia germânica versus nacionalismo brasileiro. Na terceira parte deste estudo são narrados os fatos que ocorreram na fundação e nos primeiros anos de existência das comunidades evangélicas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso. Sob a perspectiva de identidade, analisamos formação das comunidades evangélicas num contexto de sociedade multiétnica, que eram as colonizações mistas promovidas pelo governo estadual de Borges de Medeiros no início do século XX. Analisamos as relações existentes entre os teuto-evangélicos com outras minorias étnicas e denominações religiosas, assim como a repressão sofrida durante a ditadura de Getúlio Vargas (a partir de 1942). Vemos como a identidade dos evangélicos foi sendo influenciada pela Campanha de Nacionalização chegando a formação de uma nova identidade a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1945).

## ABSTRACT

In the present essay I aim at to investigate and tell as occurred the formation of the evangelical communities from Três de Maio, Horizontina and Dr. Maurício Cardoso in the State of Rio Grande do Sul in a perspective of ethnic identity front to the Brazilian nationalism motion in the first half of twentieth century. The first part, approaches concepts referring to the ethno, nation, region and as these concepts relate in a plural society. It works with concepts that referring to historical memory: individual and collective and methods of oral history. In the second part, it does a brief revision on immigration and formation of the first evangelical communities in the Rio Grande do Sul, in a perspective of ethnic identity in assimilation process to "the adoptive" nation. We see the efforts of parsons and communities to keep the (teuto)-evangelical immigrants persevering in their faith and later the consolidation of a Synod that established connection the different parishes and existing communities in the state of the Rio Grande do Sul in nineteenth century and beginning of twentieth century. Also it approaches the politics facts of Brazil and the world that had influenced in the process of assimilation of the (teuto)-evangelical element to the Brazilian society and as it developed the questions of Germanic ethno versus Brazilian nationalism. In the third part of this study are told the facts that occurred in the foundation and the first years of existence of the evangelical communities in Três de Maio, Horizontina and Dr. Maurício Cardoso. About the identity perspective, we analyze formation of the evangelical communities in a context of multiethnic society, which were the mixing colonization promoted by the state government of Borges de Medeiros at the beginning of twentieth century. We analyze the existing relations among the (teuto)-evangelical with other ethnic minorities and religious denominations, as well as the repression suffered during the dictatorship of Getúlio Vargas (from 1942). We see as the identity of the evangelical was being influenced by the Campaign of Nationalization getting the formation of a new identity from the end of Second World War (1945).

## **Agradecimentos**

Em especial, meu agradecimento aos meus avós Lídia Berger Froemming e Hildor Froemming que me inspiraram na realização desta dissertação, apoiando nas entrevistas, na disponibilidade de materiais e nos recursos financeiros. Muito obrigado à minha mãe Izabel e meu irmão Mateus por todo o companheirismo e compreensão durante os dois anos de caminhada. Aos tios Carlos, Dóris e Miriam Froemming, Ilda Steil, Lucila e Olavo Londero, pela ajuda incondicional nos momentos de maiores dificuldades durante o curso. Ao meu pai Marcos Froemming pela preocupação.

Agradeço aos professores e funcionários da EST que foram sempre muito dedicados e compreensivos, em especial ao professor Wilhelm Wachholz pela paciência e determinação e ao professor Ricardo Rieth por ter me conduzido na maioria das disciplinas do curso. A CAPES pelos recursos financeiros.

Aos entrevistados que foram prestativos e se disponibilizaram a colaborar com este estudo, sempre gentis e atenciosos, o meu muito obrigada.

Obrigada à amiga Daniela Buss que muitas vezes me hospedou em sua casa, com muito carinho e dedicação, durante as viagens que eu fazia para São Leopoldo. Aos amigos e colegas Clelia, Jeferson e Wilhelm que foram como anjos da guarda nestes dois anos de curso.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO.....  | 09  |
| 1 Questão de método em história.....   | 13  |
| 1.1 Espaço social, sociedade plural, etnia e identidade.....   | 13  |
| 1.2 Nação e nacionalismo, região e regionalismo.....   | 16  |
| 1.3 A memória e a construção histórica.....  | 23  |
| 1.3.1 A memória e a História Oral.....   | 26  |
| 1.3.2 A memória individual e a memória coletiva.....   | 29  |
| 2 Imigração e Colonização Alemã: aspectos políticos, econômicos e religiosos sobre a vinda de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul..... | 33  |
| 2.1 Os primeiros anos.....   | 33  |
| 2.2 A religiosidade e a Igreja nos primeiros tempos da Imigração alemã .....   | 38  |
| 2.3 A retomada do processo imigratório.....  | 41  |
| 2.4 A organização das comunidades evangélicas na retomada da imigração.....  | 46  |
| 2.5 A colonização alemã em declínio .....  | 50  |
| 2.6 A fundação do Sínodo Riograndense .....  | 53  |
| 2.7 As colônias alemãs e o Germanismo no século XX, vivendo duas Guerras Mundiais .....  | 55  |
| 2.8 A Igreja Evangélica e o Sínodo Riograndense nos primeiros anos do séc XX   | 61  |
| 3 Comunidades Evangélicas no Noroeste do Rio Grande do Sul .....   | 67  |
| 3.1 A colonização da região de Santa Rosa .....  | 67  |
| 3.2 Surge a comunidade evangélica de São Paulo em Três de Maio.....  | 69  |
| 3.2.1 A localidade de Buricá.....  | 69  |
| 3.2.2 O distrito de Três de Maio .....   | 71  |
| 3.2.3 O início da comunidade de São Paulo .....  | 72  |
| 3.3 Em Horizontina surge a Comunidade Evangélica Dr. Martinho Lutero .....   | 82  |
| 3.3.1 A formação da vila de Belo Horizonte.....  | 82  |
| 3.3.2 O distrito de Horizontina .....  | 84  |
| 3.3.3 A Comunidade Evangélica de Horizontina.....  | 86  |
| 3.4 Comunidade Evangélica de Esquina Dr. Maurício Cardoso.....   | 98  |
| 3.4.1 O primeiro núcleo de povoamento na Esquina Guajuvira .....   | 98  |
| 3.4.2 De Esquina Guajuvira a Dr. Maurício Cardoso .....  | 102 |
| 3.4.3 A formação da Comunidade Evangélica de Dr. Maurício Cardoso .....  | 107 |
| Considerações finais.....  | 112 |
| REFERÊNCIAS.....   | 114 |



## Introdução

As comunidades que são objeto de análise deste estudo, Três de Maio, Horizontina e Dr, Maurício Cardoso, integram a atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). No período que corresponde ao estudo desta dissertação, a primeira metade do século XX, estas comunidades integravam o Sínodo Riograndense. Historicamente, a IECLB se caracterizava pela existência de comunidades evangélicas autônomas, que formavam núcleos independentes desde a chegada dos imigrantes evangélicos ao Brasil em 1824. Posteriormente, essas comunidades passaram a integrar um dos quatro sínodos que vieram a constituir a Federação Sinodal/IECLB em 1949: Sínodo Riograndense (1886), Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (1905), Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911) e o Sínodo do Brasil Central (1912).

O enfoque metodológico para a análise da história das comunidades supracitadas é dado a partir da perspectiva de dois conceitos: “da identidade étnica e do nacionalismo”. No contexto em que as comunidades evangélicas, referidas neste trabalho, surgem, existe uma tensão no Brasil entre o nacionalismo brasileiro e as minorias étnicas que haviam migrado para o país. Para melhor compreendermos a dinâmica destes conceitos desenvolvemos no nosso primeiro capítulo uma

sistematização dos mesmos e como eles se relacionam. Além destes conceitos, são exploradas ainda questões sobre a memória e a história. As questões levantadas no primeiro capítulo sobre metodologia estarão sendo lembradas nos capítulos seguintes.

Para melhor compreendermos as tensões ocorridas entre nacionalismo e etnia, é importante que aqui conceituemos germanismo e teuto-brasileiros, pois eles serão foco da campanha nacionalista de Getúlio Vargas (1937-1945). O conceito de nacionalismo será mais bem explorado no primeiro capítulo deste trabalho. Conforme Gertz:

Germanismo é a tradução da palavra *Deutschum*. É usada às vezes para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas de maneira geral entende-se por *Deutschum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã.<sup>1</sup>

A idéia de germanismo e de germanidade é a principal característica da etnia alemã no Brasil. Esses conceitos são determinantes para a auto-definição dos teuto-brasileiros enquanto grupo diferente dos brasileiros e dos alemães. Segundo Gertz, “o teuto-brasileiro é um alemão completo – já que é parte integrante do povo alemão -, mas ele também é um brasileiro completo – já que de acordo com a legislação brasileira possui a cidadania brasileira”.<sup>2</sup>

Como trabalhamos com entrevistas qualitativas, também foi necessário trabalhar com o conceito de memória. Abordamos a forma como se relacionam as memórias de diferentes pessoas de um determinado grupo étnico, e como estas memórias juntas formam a coletividade do grupo.

No segundo capítulo, realizamos uma breve revisão do tema da imigração alemã para o Rio grande do Sul. Os principais aspectos que observamos no

---

<sup>1</sup> GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 32.

<sup>2</sup> Cf. Idem p. 33.

segundo capítulo foram o desenvolvimento de comunidades evangélicas, a identidade e a preocupação em organização de um Sínodo que unisse as comunidades evangélicas que estavam surgindo no Rio Grande do Sul desde 1824 até o final da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro capítulo de nossa pesquisa merece uma atenção especial. A pesquisa foi realizada a partir de história oral, com um total de oito entrevistados de faixa etária de 70 a 87 anos de idade. Através das entrevistas, os participantes disponibilizaram revistas e livros que abordam especificamente da localidade a qual pertencem. Porém nenhuma dessas bibliografias apresenta comprometimento com alguma instituição pesquisadora, foram realizadas de maneira autônoma, evidenciando imprecisões de datas e erros de digitação. Também nos apoiamos em documentos como registros pessoais e registros catalogados no arquivo histórico da Escola Superior de Teologia. Os nomes de pessoas são citados conforme encontrados nas fontes disponibilizadas pelos entrevistados<sup>3</sup>.

Utilizamos o critério da proximidade geográfica entre as três comunidades (Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso) para definirmos nosso objeto de análise. Também é importante considerar o fato de a comunidade de Horizontina ter se desmembrado da paróquia de Três de Maio e a comunidade de Dr. Maurício Cardoso, da de Horizontina. Também é importante o enfoque destas três comunidades pela proximidade com a fronteira internacional, que teve especial atenção por parte da repressão do período getulista e preocupação do Sínodo Riograndense em manter o trabalho pastoral.

---

<sup>3</sup> É necessário esclarecer que as comunidades evangélicas estudadas neste trabalho surgiram num ambiente isolado em relação a cidades de maior contingente populacional, no meio de matas densas, não dispoendo de jornais escritos ou qualquer documento escrito no período que tenha sido preservado à atualidade. Existe apenas o livro de atas da Comunidade Evangélica São Paulo, no qual apresenta poucas reuniões e informações nestes primeiros tempos da Igreja.

Na comunidade evangélica de Três de Maio, infelizmente, não conseguimos entrevistados que vivenciaram o período da ditadura de Vargas (1939-1945). Dos entrevistados do local, Beno Tesche viveu durante a ditadura com um tio na cidade de Cruz Alta, e Dóris Schultz e Erica Müller eram crianças pequenas e não tem recordações da ditadura. Aproveitamos também, entrevistas realizadas por um grupo de acadêmicas da UNIJUÍ em 2007 sobre o integralismo em Três de Maio, que fizeram o documentário: Guerreiros desta pátria, momentos amargos de nossa história.

Em Horizontina foram entrevistadas três senhoras. Nestas entrevistas podemos verificar que o que mais marcou o passado delas era justamente a ditadura varguista, pois algumas vezes falavam de anos posteriores à Segunda Guerra Mundial como se ainda houvesse repressão. Nesta comunidade também encontramos diversas obras que nos apoiaram, como livros de memórias e revistas comemorativas da Comunidade ou do poder público.

Na localidade de Dr. Maurício Cardoso, encontramos uma realidade diferente. Conseguimos dois entrevistados: um era membro da comunidade evangélica de Dr. Maurício Cardoso desde 1941, o outro era o policial responsável pela repressão aos grupos étnicos da localidade que eram foco da repressão de Vargas. Nesta localidade encontramos uma espécie de “sincretismo” entre a germanidade e a brasilidade.

Dadas as circunstâncias das diferentes realidades dos entrevistados, o roteiro das entrevistas passou por adaptações conforme a realidade histórica de cada entrevistado. Sendo respeitadas as classes sociais, os diferentes momentos históricos em que os entrevistados viveram. Para realizarmos as entrevistas orais, o

projeto foi submetido à avaliação do Comitê de ética do PPG, sendo aprovado por possuir os requisitos éticos necessários.

Enfim, trata-se de três realidades muito próximas geograficamente, mas distantes em desenvolvimento histórico. Cada localidade teve suas particularidades em imaginário social e coletivo, fatos históricos, prisões, repressão e medos. Medos da “contaminação cultural”, de perder sua identidade étnica e sofrer coerção por parte do nacionalismo brasileiro.

## **1 Identidade étnica versus nacionalismo: uma contribuição metodológica**

### **1. 1 Espaço social, sociedade plural, etnia e identidade**

Durante a nossa vivência estamos nos relacionando com diversas pessoas que nos cercam. Geralmente, as pessoas que mais participam de nossa existência são as que estão localizadas mais próximas de nós. Fazemos parte de diversos grupos humanos com os quais mantemos uma identificação com os seus integrantes.

Historicamente, na medida em que a humanidade foi ocupando grande parte do território mundial, grupos de pessoas diferentes passaram a compartilhar certos espaços geográficos. Isto não significa que todas as culturas surgiram de forma isolada e somente depois da expansão da humanidade é que houve interações entre elas. Pelo contrário, sempre existiram relações entre culturas diferentes<sup>4</sup>.

Com as migrações da humanidade para diferentes partes do globo terrestre, culturas e grupos étnicos distintos entraram em contato. Muitas vezes o resultado desse contato foi a subordinação de um grupo por outro<sup>5</sup>. Um exemplo dessa subordinação são os povos nativos da América em relação aos europeus no período da conquista da América.

A partir dessas interações foram se formando as sociedades plurais. Nessas sociedades encontramos uma grande variedade de etnias que convivem num mesmo espaço social e interagem umas com as outras de diferentes modos. Essas sociedades não podem, de forma alguma, serem pensadas de maneira estática; elas possuem uma grande dinâmica, principalmente nas interações entre grupos diferentes<sup>6</sup>.

Barth define sociedade plural como “uma sociedade poliétnica integrada num espaço mercantil, sob o controle de um sistema estatal dominado por um dos grupos, mas deixando amplos espaços de diversidade cultural nos setores de atividade religiosa e doméstica”<sup>7</sup>.

Conforme Lévi-Strauss, nas sociedades plurais existem forças contrárias atuando em seu interior. Algumas atuam no sentido de continuar mantendo as particularidades dos grupos sociais, distinguindo-os dos demais. Por outro lado existe uma força que converge e busca afinidades entre os diferentes grupos. Todas essas forças atuam dentro de um espaço comum<sup>8</sup>.

Segundo Bourdieu o espaço social é “construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, ao detentor delas, força ou poder neste universo”<sup>9</sup>. Essa sociedade define as posições sociais ocupadas pelos seus agentes de acordo com a quantidade de bens, propriedades e capital que cada

---

<sup>4</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 1980. p. 55-57.

<sup>5</sup> Cf. Idem p. 55-57.

<sup>6</sup> Cf. BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: edições 70, São Paulo: Martins Fontes, 1979, p.17

<sup>7</sup> Cf. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 197.

<sup>8</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 56.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 134.

agente possui. Além disso, a posição social também está relacionada com a questão do poder exercido neste espaço<sup>10</sup>.

Chartier aponta para a existência de outros elementos sociais que servem de princípio para diferenciação para o estudo das variadas culturas. Segundo ele “é o caso das pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais”<sup>11</sup>. Esses elementos são de grande importância para a compreensão da organização do espaço geográfico e do espaço social dos grupos humanos.

Conforme Bourdieu “na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças”<sup>12</sup>. Esse campo de forças, muitas vezes, demarca conflitos entre diferentes grupos. O campo de força geralmente está ligado à questões econômicas e étnicas dos diferentes grupos sociais.

Também o campo político sempre será um campo de forças entre grupos minoritários. Esse campo de forças tende a influenciar na vida social dos indivíduos. Dependendo do grupo ao qual pertencem, os indivíduos sentirão menos ou mais a atuação do grupo controlador do Estado. O controle estatal pode subordinar, ou até mesmo impor seus valores sobre os demais grupos sociais localizados no mesmo espaço geográfico<sup>13</sup>.

Os grupos que chamamos de minoritários têm em comum um sentimento de identidade. Para melhor definirmos esse sentimento de identidade é interessante definirmos também o conceito de identificação. Conforme Hall “na linguagem do censo comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma

---

<sup>10</sup> Esse espaço também é chamado de sociedade multidimensional.

<sup>11</sup> Cf. CHARTIER, R. O Mundo como Representação. In: **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002, p. 69.

<sup>12</sup> BOURDIEU, 1998, p. 134.



origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”<sup>14</sup>.

A identificação é construída a partir de um processo de articulação, saturação e sobredeterminação. Está sempre ligada a abertura e ao fechamento de fronteiras simbólicas, que determinam quem é o grupo<sup>15</sup>. Não é possível pensar identificação como sendo algo estático. Hall afirma que a identificação é algo dinâmico, sempre ligada às transformações que o próprio ser humano é passível de sofrer. Para este autor, identificação e identidade acontecem nas relações de “perdas” e “ganhos”. Segundo ele, as identidades “não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”<sup>16</sup>.

As identidades parecem invocar uma origem que residia em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com a questão “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com a questão “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”<sup>17</sup>.

Tanto a identificação quanto a identidade existem na diferença entre grupos. Para Hall “uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteiras”<sup>18</sup>. Para a identidade de um grupo persistir é preciso que seja definido o espaço social e geográfico no qual ela existe.

---

<sup>13</sup> Cf. BARTH, 1998, p. 197.

<sup>14</sup> HALL, 2000, p. 106.

<sup>15</sup> Cf. Idem p. 106.

<sup>16</sup> Idem p. 108.

<sup>17</sup> Idem, p. 108.

<sup>18</sup> Idem, p.108.

Para Durkheim o que determina a identidade necessariamente estaria ligado a laços de consangüinidade. A intenção de Durkheim é determinar que a identidade surge a partir de pessoas de uma origem em comum, que possuem características físicas semelhantes, provenientes de uma mesma região geográfica e que compartilham de uma mesma cultura<sup>19</sup>.

Conforme Lévi-Strauss, as culturas não surgem de maneira isolada na história. As culturas humanas estão mais determinadas a partir das relações existentes com outras culturas, do que propriamente de seu isolamento. Salvo raras exceções, em todos os períodos históricos não houveram culturas que existiram de forma isolada<sup>20</sup>.

Para Poutignat e Streiff-Fenat “não existem grupos racialmente puros”<sup>21</sup>. Os grupos humanos são formados a partir de fusões, que acabam caindo no esquecimento. Segundo eles, esse esquecimento é necessário para o fortalecimento do sentimento de pertencimento do grupo. Os esquecimentos fazem parte do processo de construção de identidade. A determinação do que é histórico e cultural para o grupo está ligado ao que foi intencionalmente esquecido. As escolhas do grupo incluem também as características por ele excluídas e determinam a sua diferença “do outro”<sup>22</sup>.

O grupo é determinante para a identidade individual no interior da comunidade. “A opinião grupal tem, sob certos aspectos, a função e o caráter de consciência da própria pessoa. Esta, na verdade, sendo formada num processo grupal, permanece àquela ligada por um cordão elástico, ainda que invisível”<sup>23</sup>. A

<sup>19</sup> Cf. DURKHEIM, Émile, **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994, p. 40-54.

<sup>20</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS 1980, p. 55-57.

<sup>21</sup> Cf. POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 37.

<sup>22</sup> Cf. Idem, p. 37.

<sup>23</sup> ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 40.

imagem que o indivíduo tem de si mesmo está ligada ao que o grupo pensa sobre ele.

Segundo Barth, quando um indivíduo é classificado a partir de sua identidade “básica mais geral”, ou seja, a partir de sua origem e meio ambiente, se está fazendo uma atribuição étnica. Quando a atribuição étnica desse indivíduo é usada para classificar a si próprio e aos outros, objetivando uma interação, são formados os grupos étnicos. O agente que pertence ao grupo étnico buscará sempre julgar-se e ser julgado a partir do código moral e de conduta daquela identidade da qual faz parte<sup>24</sup>.

De acordo com Hobsbawn a etnia “é um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do “nós”, por enfatizar suas diferenças em relação a “eles” ”<sup>25</sup>. Deste modo, verificamos que tanto a etnicidade quanto a identidade também estão sendo construídas a partir dos agentes externos ao grupo de origem.

O grupo é quem determina o que está dentro e fora de suas “fronteiras” imaginárias. Banton trabalha com a idéia de que ocorrendo a identificação do indivíduo num determinado grupo ocorre a sua inclusão. Porém, quando o indivíduo não corresponde às características e expectativas do grupo acontece a sua rejeição<sup>26</sup>. Isso ocorre principalmente por medo de uma “contaminação” por elementos diferentes e que modifiquem a cultura e a identidade do grupo.

Sobre essa idéia de “contaminação” da identidade, Elias e Scotson ao estudarem as relações internas em pequenas comunidades a partir da análise de uma pesquisa realizada na comunidade de periferia urbana denominada por eles

---

<sup>24</sup> Cf. BARTH, 1998, p. 193-195.

<sup>25</sup> HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 274.

<sup>26</sup> Cf. BANTON, 1979, p. 153-173.

pelo pseudônimo Winston Parva, chegaram a interessantes conclusões. A comunidade por eles pesquisada apresentava a seguinte situação:

Uma povoação de classe trabalhadora, estabelecida desde longa data, em relação aos membros de uma nova povoação de trabalhadores em sua vizinhança, os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêem-se como pessoas "melhores", dotados de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os membros e que falta aos outros<sup>27</sup>.

Uma das constatações feitas por Elias e Scotson, foi a de que esse sentimento de superioridade por parte dos antigos moradores de Winston Parva não estava relacionado a questões de classe social, mas uma espécie de proteção interna do grupo, para preservar seus costumes e não serem "contaminados" por costumes novos, ou seja, vindos de fora<sup>28</sup>.

Conforme Poutignat e Streiff-Fenart, os seres humanos devem ser vistos “não como um ser à parte, mas como um primata cuja característica de espécie é estar submetido mais à seleção social que a seleção natural”<sup>29</sup>. A sobrevivência de um indivíduo só é possível a partir da sua participação num coletivo. Dessa forma o ser humano passa por julgamentos e classificações que o fazem pertencer a este ou àquele grupo social. Para a manutenção das principais características dos grupos, é importante para ele evitar que elementos estranhos se instalem e “contaminem” os demais membros com idéias divergentes<sup>30</sup>.

Muitas vezes o que determina o comportamento individual é a mentalidade do grupo no qual o indivíduo está inserido. Este normalmente sente a necessidade de se auto-afirmar enquanto participante de um grupo no qual nutre uma identidade. Esses grupos geralmente são étnicos e se encontram interagindo com outros dentro

---

<sup>27</sup> ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 20.

<sup>28</sup> Neste caso a questão da identidade dessas pessoas nos mostra ser muito importante para sua existência enquanto unidade grupal, que quer se diferenciar daqueles que não fazem parte do grupo, causando uma espécie de xenofobia com os próprios compatriotas que inclusive falam a mesma língua.

de uma sociedade multicultural. É importante para a identidade deste grupo sentir-se diferente do outro e procurar manter essa diferença, sempre que possível.

## **1.2 Nação e nacionalismo, região e regionalismo.**

Nos últimos séculos, os seres humanos passaram pertencer a um grupo bem mais abrangente do que as comunidades étnicas a que estavam acostumados: a nação. Conforme Banton “antes deste século (XX), a população da Europa estava unida e dividida segundo várias linhas de convergência, como a língua, a religião e a região; a nação não era uma forma predominante”<sup>31</sup>. No século XIX, no contexto imperialista, a consciência nacional surtiu grandes efeitos no sentido de motivação sob as atividades produtivas. O nacionalismo tornou-se uma importante ferramenta política das nações. Conforme Banton, os movimentos nacionalistas foram criadores de nações onde anteriormente elas não existiam<sup>32</sup>.

Os conceitos de nação e de nacionalismo vêm sendo trabalhados por diversos filósofos e historiadores. De acordo com Hobsbawn “o que faz uma nação é o passado, o que justifica a oposição de uma nação em oposição a outras é o passado, e os historiadores são as pessoas que os produzem”<sup>33</sup>. A função dos historiadores está intrinsecamente ligada à legitimação de uma nação.

Conforme Hamilton “definir grupos ou nações sempre exige um duplo processo de inclusão e exclusão, e recordar o passado é um mecanismo central nesse processo. O esquecimento é um dos principais fatores que moldam a

---

<sup>29</sup> POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 34.

<sup>30</sup> Cf. Idem p. 34.

<sup>31</sup> BANTON 1979, p.159.

<sup>32</sup> Cf. Idem p. 153-173.

<sup>33</sup> HOBBSAWN, 2000, p. 271.

lembrança nacional”<sup>34</sup>. Para Hobsbawn um erro ou um esquecimento histórico são fundamentais para a formação de uma nação. Segundo ele, cabe à nação “estabelecer um Estado nacional territorial independente, ele é etnolingüístico, já que, sempre que possível, considera-se que a língua expressa e simboliza a etnia”<sup>35</sup>. Weber afirma ser a nação como uma comunidade étnica, onde sua ação comunitária busca o poder e a união política, também baseados numa comunidade lingüística<sup>36</sup>.

Tanto Hobsbawn quanto Weber afirmam que a existência de uma nação implica na necessidade de uma unidade lingüística. Porém, os dois referidos autores admitem que na prática isso não é verificável sempre. Eles averiguaram que, nos diferentes contextos em que suas obras foram escritas, coexistiam grupos étnicos que não compartilhavam da mesma língua e cultura da nação ao qual pertenciam<sup>37</sup>.

Para Anderson, a nação é limitada. Limita-se à sua extensão e ao que está dentro de suas fronteiras com outras nações, mas não possui um projeto de atingir toda a humanidade. “Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação, como, por exemplo, na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão”<sup>38</sup>.

Certas comunidades étnicas muitas vezes foram acusadas de não possuírem sentimento de nacionalidade. Concordando com Banton que “o sentimento de nacionalidade é obviamente influenciado pelos limites naturais da geografia, pela língua comum, pela aparência exterior e pela cultura”<sup>39</sup>,

<sup>34</sup> THOMPSON, Alistair, FRISCH, Michael, HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais [1994]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 87.

<sup>35</sup> HOBBSAWN, 2000, p.272.

<sup>36</sup> Cf. WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 269-277.

<sup>37</sup> Cf. Idem p. 269-277.

<sup>38</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 33-34

<sup>39</sup> BANTON, 1979, p. 40.

consideramos que o sentimento nutrido pelas minorias étnicas dificilmente serão de nacionalidade, caso não sejam assimiladas pela nação na qual se encontram.

Minorias étnicas encontradas em várias nações geralmente se constituem de grupos estrangeiros que migraram para outros países em busca de trabalho. Com a revolução tecnológica ocorrida no século XX e o melhoramento dos meios de comunicação houve um aumento no contato entre esses povos e sua nação de origem. “Os membros das minorias podem agora manter-se em contato com suas terras de origem, revisitá-las, e cultivar os laços com a pátria com a facilidade antes desconhecida”<sup>40</sup>.

Essa aproximação entre minorias étnicas com sua terra natal aumenta o sentimento de manutenção da sua identidade étnica. Essa situação é contraditória a assimilação destas minorias em relação a nação por eles adotada. Conforme Banton “as minorias étnicas são grupos que, possuindo atributos nacionais, desejam viver em Estados que não tem como base os seus costumes, língua, religião e valores”<sup>41</sup>. Apesar da contínua diferença entre as minorias étnicas e os nacionais, esses dois elementos sociais vivem uma constante dinâmica em suas relações. Mas, essa diferença é problemática quando está diante do nacionalismo<sup>42</sup>.

O nacionalismo é definido por Hobsbawn como sendo “um projeto político”, bastante recente na história. Segundo ele, esse “projeto político” “geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos”<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem p.18.

<sup>41</sup> Idem p.18.

<sup>42</sup> Cf. Idem p.11-23.

<sup>43</sup> HOBSEBAWN, 2000, p.272.

O nacionalismo tem por ideologia a formação de uma “idéia de nação”. Visa elaborar um patriotismo, um sentimento nacional que une os cidadãos de uma mesma nação, que através da história adquiram características homogêneas que os diferem dos estrangeiros. Deste modo, as diferenças étnicas tendem a serem minimizadas<sup>44</sup>.

As comunidades encontradas em espaços geográficos menores e mais restritos correspondem à uma região. Bourdieu em seu estudo sobre “região” entende que ela é palco de lutas pela definição da identidade regional ou étnica. De acordo com Bourdieu a palavra região obedece ao princípio da “di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural”<sup>45</sup>. A região delimita socialmente um determinado espaço geográfico, dividindo este espaço e delimitando fronteiras invisíveis entre diferentes grupos sociais que estão em constante auto-afirmação diante dos outros. Esses grupos sociais reivindicam que as características de sua identidade, como, por exemplo, o sotaque, sejam reconhecidas enquanto regionalistas (regionalismo)<sup>46</sup>.

### **1.3 A memória na construção histórica**

O estudo da memória histórica tem encontrado na história oral uma excelente porta-voz. A memória é utilizada como um mecanismo para a realização de estudos tanto dos historiadores quanto dos sociólogos, antropólogos e demais cientistas das ciências humanas. Para utilizarmos a memória como objeto de estudo, é fundamental a sua conceituação.

---

<sup>44</sup> Cf. Idem p.272.



Conforme Le Goff a “memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>47</sup>. Para ele, para realizarmos estudos sobre a memória é importante a inclusão de outras ciências para o auxílio da pesquisa. Por isso, defende a importância da psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e psiquiatria, particularmente no que se refere ao fenômeno da amnésia<sup>48</sup>.

A memória adquirida pelo ser humano ao longo de sua vida está intrinsecamente ligada ao modo como sente sua aprendizagem na sociedade em que está inserido. Segundo Le Goff, nas diferentes sociedades que existiram ao longo da história houve diferentes sistemas de educação da memória, as chamadas mnemotécnicas<sup>49</sup>.

A memória não depende apenas da fixação e ordenação das lembranças do passado, mas depende muito da releitura que são feitas dessas recordações. Conforme Le Goff tanto nos aspectos biológicos quanto nos psicológicos, os fenômenos da memória “nada mais são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”.<sup>50</sup>

Um aspecto importante para a memória é a linguagem, falada ou escrita, principalmente para a memória coletiva. É a partir da linguagem que ocorre a interação entre os indivíduos dentro do seu grupo social, pois com a linguagem

---

<sup>45</sup> BOURDIEU, 1998, p. 113.

<sup>46</sup> Cf. Idem p. 113-114.

<sup>47</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 423.

<sup>48</sup> Cf. Idem p. 423.

<sup>49</sup> Cf. Idem p. 423.

<sup>50</sup> Idem p. 424.

acontece a troca de informações entre os diferentes membros do grupo, essencial para a coletividade.

A história da humanidade registra que a única forma utilizada pelos povos antigos para preservação de sua memória histórica se deu através da transmissão oral, ou seja, pela linguagem verbal. Desta forma, os conhecimentos eram transmitidos pelo grupo, às gerações que os sucediam. Os conhecimentos deveriam ser guardados na memória individual de cada membro do grupo, como modo de perpetuação de sua história e cultura para as futuras gerações.

A partir da escrita, a memória coletiva pôde ser armazenada e conservada em objetos de leitura, podendo ser consultada nos livros, documentos e bibliotecas. Dessa forma, a memória individual foi perdendo a função de armazenamento da história. Ainda assim, verifica-se em todas as sociedades, independentemente do domínio da escrita, os indivíduos continuam, de alguma forma, detentores de grandes quantidades de informações a respeito da sociedade em que vivem. De acordo com Le Goff essas informações estão inseridas na memória de longo prazo dos indivíduos, podendo ficar temporariamente na memória ativa quando são recordadas<sup>51</sup>.

Muitas memórias, tanto coletivas quanto individuais, acabaram caindo no esquecimento. Como vimos anteriormente, o esquecimento, assim como a memória, também é importante para a construção da identidade dos grupos sociais. Conforme Le Goff, a memória coletiva é disputada pelas diferentes forças sociais, por questões de poder dentro de uma sociedade. Quem possui o domínio da memória coletiva e

---

<sup>51</sup> Cf. Idem p. 426.

do esquecimento tem as ferramentas de subordinação de outros grupos, tornando-se os dominantes<sup>52</sup>.

Nem tudo o que consta no papel diz respeito ao que realmente existiu. Projetos podem sofrer alterações na sua realização prática. Além do mais, os documentos escritos não são detalhistas como a memória de uma pessoa, que pode ir recordando maiores informações a partir do esforço de lembrar um episódio. Porém é preciso entendermos a limitação de uma memória. No caso de nossa pesquisa, geralmente as pessoas entrevistadas precisavam realizar um grande esforço para se lembrarem fatos ocorridos a cerca de sessenta e cinco anos atrás. Isso é assim, pois as recordações do passado estão condicionadas pelo presente, bem como por vivências posteriores aos eventos narrados<sup>53</sup>.

Os juízos de valor que os entrevistados fizeram são contemporâneos. Não podemos afirmar que sejam os mesmos valores que a pessoa possuía décadas atrás. Até mesmo, porque a memória individual e coletiva é construída também a partir dos esquecimentos históricos como já havíamos falado anteriormente. Também a questão das datas nas entrevistas são imprecisas. Geralmente o entrevistado sabe dos fatos relacionando-os com um contexto histórico maior, mas dificilmente consegue determinar em que ano os fatos aconteceram na realidade.

### **1.3.1 A memória e a história oral**

A história oral foi reabilitada pelos historiadores como forma de recuperar a história existente na memória dos indivíduos e dos grupos sociais, permitindo maior aproximação do cotidiano desses personagens. Ela dá voz aos mais diferentes

---

<sup>52</sup> Cf. Idem p. 423-427.

sujeitos históricos, tornando a história mais democrática e capacitando as pessoas a fazerem suas próprias histórias.

Conforme Thompson, a pesquisa histórica com base na memória e a partir da história oral não foi bem recebida por alguns membros da academia. Pelo contrário, o método sofreu duras críticas e durante certo tempo foi alvo de desconfiança por parte dos historiadores que não utilizavam essa abordagem histórica<sup>54</sup>.

O principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado<sup>55</sup>.

Conforme Thompson os principais aspectos da história oral que não foram considerados são no que diz respeito à memória individual e às diferentes versões da história encontradas na memória coletiva. Segundo ele:

Nos últimos anos, alguns historiadores orais criaram métodos de análise e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica. Procuramos explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado. De fato, freqüentemente estamos tão interessados na natureza e nos processos de rememoração quanto no conteúdo das memórias que registramos<sup>56</sup>.

Contudo, a partir de sua trajetória, a história oral levou a dilemas éticos. Primeiramente, as entrevistas realizadas não podem prejudicar o entrevistado psicologicamente. O entrevistador deve possuir muita sensibilidade e compreensão pois, muitas vezes, recordar o passado, representa para o entrevistado um exercício doloroso e perturbador. Além disso, o bem-estar do entrevistado deve ser preservado acima de tudo.

---

<sup>53</sup> Cf. Idem p. 423-427.

<sup>54</sup> Cf. THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 12-24.

<sup>55</sup> THOMPSON, 1996, p. 66.

O historiador se vê diante de um segundo dilema ético quando trabalha com teorias sobre memórias e subjetividade. Este dilema consiste muitas vezes na dimensão política que a pesquisa adquire<sup>57</sup>. Thompson verificou que Michael Frisch apontou soluções para este dilema. Primeiramente sugeriu uma “autoridade compartilhada” entre o pesquisador e pesquisado, e em segundo um envolvimento das pessoas entrevistadas no significado de lembrar e no destino que se quiser dar às memórias coletadas<sup>58</sup>.

De acordo com Thompson as soluções propostas por Michael Frisch são praticamente inviáveis, pois deve ser levado em consideração que sempre que a memória e a história da vida de uma pessoa for contestada, isso causará, além de problemas entre a relação da pessoa com o seu entrevistador, muitos sofrimentos.

Mas há que se considerar o lado mais positivo: a exploração coletiva de histórias de vida em projetos participativos pode ajudar as pessoas a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, ou a enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas. Para alguns, esse processo será extremamente polêmico; para outros, será gratificante: as novas histórias podem contribuir para divulgar as experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos e marginalizados em narrativas históricas anteriores.<sup>59</sup>

Essa escrita da história acaba colaborando para uma valorização da história pessoal dos entrevistados. Estimula a colaboração de mais pessoas em pesquisas com seres humanos. Além disso, a partir dessa história se consegue recriar vidas e outras histórias que haviam sido esquecidas anteriormente<sup>60</sup>.

A história oral, através do estudo da memória redundou numa modificação na compreensão de história. A partir dela, a história pôde ser vista de “baixo para cima”, ou seja, a partir dos seres sociais. Conforme Frisch, a história oral “provou-se

---

<sup>56</sup> Idem p. 69.

<sup>57</sup> Conforme THOMPSON, as pessoas que são entrevistadas, principalmente minorias, não desejam ter suas memórias questionadas e contestadas.

<sup>58</sup> Cf. Idem, p. 74-75.

<sup>59</sup> Idem p.71.

<sup>60</sup> Cf. Idem p. 65-91.

crucial para o processo de superar nações convencionais acerca do que vale como história e, portanto do que a história pode contar”<sup>61</sup>.

Com o estudo da memória acontece um resgate dos indivíduos que fazem parte da história. Essa abordagem historiográfica procura pelas histórias existentes nas relações internas dos grupos sociais e não mais pelas histórias definidas a partir da ação de forças de um poder externo ao grupo.

Thompson afirma que a história oral pode descobrir pouco sobre o estudos das relações sociais dos indivíduos. A família, os parentes, o círculo de amigos são áreas sociais muito “secretas”. Mas em contrapartida, pode-se escrever uma história familiar dos últimos 90 anos, relacionando as transformações socioculturais ocorridas neste espaço de tempo<sup>62</sup>.

### **1.3.2 A Memória Individual e a Memória Coletiva.**

Como vimos anteriormente, os seres humanos enquanto seres sociais não podem viver isolados, participam de uma coletividade, de um grupo social. Neste sentido, a memória dos indivíduos é classificada de duas formas: a memória pessoal (individual) e a memória do grupo social ao qual pertence (coletiva)<sup>63</sup>.

De acordo com Halbwachs, o indivíduo, conforme participa da memória individual e da coletiva, “adotaria duas atitudes muito diferentes ou até mesmo contrárias”<sup>64</sup>. Isso é devido ao fato da memória individual representar a sua vida

---

<sup>61</sup> FRISCH, 1996, p.76.

<sup>62</sup> Cf. THOMPSON, 1992, p.25-33.

<sup>63</sup> Cf. HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 57-94.

<sup>64</sup> HALBWACHS, 2004, p. 57.

peçoal, onde o próprio indivíduo é o personagem principal, enquanto que na memória coletiva ele é mais um dentre outros membros do grupo<sup>65</sup>.

A memória coletiva e a memória individual estão intimamente ligadas. Essa ligação chega ao ponto de uma não existir sem a outra. A memória individual procura a vivência da pessoa dentro do grupo social. Em contrapartida, a memória coletiva é composta por diferentes memórias individuais que, por sua vez, possui uma dinâmica própria<sup>66</sup>.

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo.<sup>67</sup>

Segundo Halbwachs a memória coletiva nem sempre faz parte efetivamente da vida do indivíduo. O autor usa como exemplo, acontecimentos políticos que ocorreram na nação e que a pessoa teve conhecimento somente a partir dos meios de comunicação, mas não teve participação direta no fato. Essas lembranças são chamadas pelo autor de “memória emprestada”, ou seja, que não é realmente do indivíduo<sup>68</sup>.

A respeito dessa memória emprestada Halbwachs descreve se tratar de uma memória externa, social ou ainda histórica. Essa história encontra-se de forma resumida na memória dos indivíduos que dela partilharam. É composta pelos fatos que acontecerem em proporções nacionais, mas que não foram vivenciados na prática pelo indivíduo, que teve conhecimento deles através de informações<sup>69</sup>.

---

<sup>65</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>66</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>67</sup> Idem p. 58.

<sup>68</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>69</sup> Cf. Idem p. 57-94.

Em contrapartida, a memória individual foi denominada pelo autor de memória interna, interior, pessoal e até mesmo autobiográfica. Essa memória guarda em si a vida da pessoa, repleta de todos os fatos que ela vivenciou. Deste modo essa memória encontra-se muito mais complexa, contínua e densa no interior das pessoas<sup>70</sup>.

A memória começa a ser ativada desde nossa infância, quando iniciamos nossos acúmulos de lembranças. Normalmente as memórias coletivas dessa época existem como impressões, principalmente ligadas às relações que as crianças têm com os adultos. As crianças geralmente não possuem muita consciência dos fatos que ocorrem fora de sua vivência<sup>71</sup>.

Mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, vale mais não distinguir uma memória pessoal, que reproduziria tal como nossas impressões de outrora, que não nos faria sair do círculo estreito de nossa família, da escola e de nossos amigos; e uma memória que chamaríamos de histórica, onde não estaríamos compreendidos senão os acontecimentos nacionais que não pudemos conhecer então; tão bem que por uma penetraríamos num meio no qual nossa vida já se desenrolava, sem disso nos apercebemos, enquanto que outra nos colocaria em contato com nós mesmos ou com um eu alargado realmente até os limites do grupo que comporta o mundo da criança. Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória.<sup>72</sup>

Na infância geralmente as crianças mantêm contato com seus avôs. Durante esses encontros, muitos avôs lhes contam histórias do seu passado pessoal e do passado da sua família. Deste modo, a história familiar acaba passando de geração em geração ainda através da oralidade, no interior das famílias. De acordo com Halbwachs a nossa memória se apoiará muito mais no nosso passado vivido, do que no passado que aprendemos com a história escrita. Somente a partir da memória interna é que conseguimos encontrar as imagens do nosso passado<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>71</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>72</sup> Idem p. 64.

<sup>73</sup> Cf. Idem p. 57-94.



Quando saímos da infância e passamos para a fase adulta, acabamos participando mais ativamente da sociedade em que vivemos. As lembranças apreendidas na infância estarão constantemente em reconstrução. Conforme são acionadas, nossas lembranças são reinterpretadas de acordo com a situação que estamos vivendo no presente. Todas as nossas lembranças formam o quadro total de nossa memória<sup>74</sup>.

Conforme Halbwachs “podemos então chamar de lembranças muitas representações que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e racionalização”<sup>75</sup>. Por estarem em constantes reconstruções, as lembranças normalmente não são fiéis tal qual ocorreram os fatos. Sobre a reconstrução das imagens de nossas lembranças Halbwachs nos dá a seguinte contribuição:

Imagem fluante, incompleta, sem dúvida e, sobretudo, imagem reconstruída: mas quantas lembranças que acreditamos ter fielmente conservado e cuja identidade não nos parece duvidosa, elas são forjadas também quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, de acordo com relatos e depoimentos! Um quadro não pode produzir totalmente sozinho uma lembrança precisa e pitoresca. Porém aqui, o quadro está repleto de reflexões pessoais, de lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado.<sup>76</sup>

Na medida em que o tempo vai passando, as lembranças passam por modificações e reinterpretações. Isso ocorre porque através do tempo algumas impressões desaparecem e outras se sobressaem. Muitas vezes nossas lembranças não são suficientes para descrevermos fidedignamente uma pessoa próxima ou um grupo social do qual participamos<sup>77</sup>.

Para nos aproximarmos mais da realidade é necessário que entremos em contato com a memória de diversas pessoas que fizeram parte do mesmo convívio. Quanto mais atuante for o indivíduo dentro de seu grupo, maior é a sua participação

---

<sup>74</sup> Cf. Idem, p. 57-94.

<sup>75</sup> Idem p. 76.

<sup>76</sup> Idem p.77.

na memória coletiva do mesmo. Os seres humanos interpretam de modo diferente os fatos que vivenciam. As pessoas que estiveram participando juntas de um mesmo evento<sup>78</sup>, ao contarem separadamente o que presenciaram nos darão diferentes versões da mesma história. Conforme Hamilton “no que diz respeito a grupos, as memórias são consideradas individuais, mas ocorrem os maiores conflitos quando as pessoas insistem em que a lembrança dos outros sejam iguais às suas”<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Cf. Idem p. 57-94.

<sup>78</sup> Evento no sentido de fato histórico.

<sup>79</sup> HAMILTON, 1996, p. 85.

## **2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: Aspectos políticos, econômicos e religiosos sobre a vinda de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul.**

As comunidades evangélicas pesquisadas neste estudo são consequência de um processo de formação de uma Igreja Evangélica “transplantada”<sup>80</sup> da Alemanha. Apesar da região em que as comunidades evangélicas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso terem sido colonizadas apenas no século XX, a maioria das famílias formadoras destas comunidades era oriunda das colônias criadas no Rio Grande do Sul no século XIX. Desta forma, é necessário o conhecimento de como ocorreu essa colonização alemã no Rio Grande do Sul do século XIX, assim como a criação e a consolidação das comunidades e igrejas evangélicas alemãs no Rio Grande do Sul.

### **2.1 Os primeiros anos (1824-1844)**

No início do século XIX, o Brasil passava por profundas transformações políticas. Deixava de ser colônia de Portugal depois de três séculos de exploração, tornando-se o único país da América Latina a formar uma monarquia. No caso, uma monarquia onde o governante supremo era um português, Dom Pedro I, casado com

uma princesa austríaca, Dona Leopoldina. Isso representava uma abertura para que estrangeiros pudessem morar no Brasil, principalmente aliviando os problemas de superpopulação em que a Europa se encontrava naquele momento.

De acordo com Lando e Barros desde o século XVIII os portugueses desejavam ocupar as terras da região dos Sete Povos das Missões. A primeira tentativa de estabelecer povoações foi com casais de ilhéus. Houve dificuldade no recrutamento de casais desta etnia. Essa colonização só foi viável a partir da independência do Brasil em 1822<sup>81</sup>.

As razões da colonização das terras da província do Rio Grande do Sul estavam ligadas à segurança nacional. Isto ocorreu para evitar tentativas de espanhóis e platinos tomarem posse destas terras. Além disso havia a exigência de consumo de produtos agrícolas nas províncias dotadas de maior população e urbanização<sup>82</sup>.

O modelo escolhido pelo governo para efetivar a colonização foi o da pequena propriedade. Em primeiro lugar, esse modelo não concorria economicamente com as atividades dos latifúndios monocultores, que eram a base econômica do Brasil desde sua colonização. Outros motivos da escolha da pequena propriedade foram: a diminuição e substituição da mão-de-obra escrava, a criação de uma classe social consumidora e a facilidade de transporte dos produtos agrícolas dessa região para os centros mais desenvolvidos e urbanizados do Brasil<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> No sentido de manter-se conforme era na Alemanha.

<sup>81</sup> Cf. LANDO, Adair M. BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J.H.(org) RS. **Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 26.

<sup>82</sup> Cf. Idem p. 25-30.

<sup>83</sup> Cf. Idem p. 25-30.

O primeiro motivo da opção pelos imigrantes de origem alemã para a colonização das terras do Rio Grande do Sul foi o colonialismo. Segundo Dreher, tanto a Alemanha quanto a Itália não eram Estados unificados e não possuíam colônias<sup>84</sup>. Ao contrário, outros países europeus como, a Inglaterra, França, Holanda e Espanha, eram Estados consolidados e possuíam políticas colonialistas. Esses Estados estavam interessados em adquirir maior número de terras fora de suas fronteiras. Promover a vinda de populações desses países poderia significar uma ameaça à soberania do Brasil<sup>85</sup>. Lando e Barros ressaltam que “essa preferência por alemães e italianos se justifica pelo estado de guerra em que se encontrava Portugal com relação àqueles países”<sup>86</sup>. Também pelo fato dos brasileiros julgarem os alemães e italianos mais capacitados para realização de atividades agrícolas as quais estariam destinados a exercer na Província do Rio Grande do Sul<sup>87</sup>.

Assim, em 1824 começou oficialmente a vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul. São Leopoldo foi o primeiro núcleo colonial desta província. Lando e Barros afirmam que os alemães que chegaram primeiro em São Leopoldo foram privilegiados, pois receberam quase tudo o que os agentes de imigração haviam prometido. Porém o segundo grupo encontrou muitas dificuldades, porque nem mesmo as terras que o governo brasileiro havia prometido estavam demarcadas<sup>88</sup>.

O governo brasileiro exigia que o agricultor morasse no lote de terra recebido. Essa terra deveria ser explorada com o seu próprio trabalho ou com a mão-de-obra de sua família. Isso explica, em grande medida, porque grande parte

---

<sup>84</sup> Cf. DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 29.

<sup>85</sup> Cf. Idem p. 29.

<sup>86</sup> LANDO E BARROS, 1996, p. 26. São os referidos países: Inglaterra, França, Espanha e Holanda.

<sup>87</sup> Cf. Idem p. 25-30.

das famílias tanto alemãs quanto italianas eram tão numerosas. Para não haver concentração de terra por parte dos imigrantes, o governo brasileiro não lhes concedia mais que um lote de terra antes de ser efetivado o pagamento do mesmo<sup>89</sup>.

Hoffmeister demonstra que, perante a lei, os alemães eram considerados cidadãos de “segunda ordem”. Ao chegarem ao Brasil não eram logo naturalizados, não tinham direito à participação política e em caso de guerra, não podiam negar-se a atuar como militares em favor do Brasil<sup>90</sup>. Conforme Lando e Barros, a participação política das pessoas de origem alemã não era costume em seu país de origem. O espaço da política ficava restrito às classes de maior poder econômico. Da mesma forma, os imigrantes ficaram excluídos da vida política no Brasil, embora tenham existido exceções. O problema da naturalização persistiu até 1832, sendo que nenhum imigrante alemão havia conquistado nacionalidade brasileira até este ano. Com a lei de 23 de outubro desse mesmo ano, o governo da Província permitia a naturalização ao imigrante que atingisse mais de quatro anos de residência no Brasil<sup>91</sup>. Sobre a situação dos imigrantes teuto-evangélicos, Dreher dá a seguinte contribuição:

No novo ambiente brasileiro, os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade. As povoações teutas surgiram geralmente em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo. Elementos da cultura brasileira só eram adotados quando se via neles alguma vantagem. Surgiram povoações etnicamente homogêneas, nas quais a língua e as tradições puderam ser preservadas. No correr do tempo, porém, elas passariam por transformações tão profundas que surgiu uma “cultura teuta com características próprias”.<sup>92</sup>

---

<sup>88</sup> Cf. Idem p. 25-30.

<sup>89</sup> Cf. Idem p. 25-30.

<sup>90</sup> Cf. HOFMEISTER FILHO, Carlos Bento. **O pote da geléia**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 43.

<sup>91</sup> Cf. LANDO e BARROS, 1996, p. 32.

<sup>92</sup> DREHER, 2003, p. 38.

Durante grande parte do século XIX, houve pouco interesse, por parte do governo brasileiro e da própria província, em facilitar a assimilação dos alemães na sociedade do Rio Grande do Sul. O relativo isolamento de grande parte das colônias alemãs, especialmente as encontradas nas áreas rurais, acabou permitindo a preservação de sua cultura germânica. Deste modo, muitas pessoas de origem alemã permaneceram vivendo como alemães em pleno território brasileiro. Isto incluía o idioma de sua pátria de origem e pouco acesso ao aprendizado da língua portuguesa<sup>93</sup>. Gertz afirma que, especialmente nas regiões rurais, era freqüente o uso da língua alemã no cotidiano das pessoas. Além disso, este autor demonstra que o índice de casamentos interétnicos era baixo na maioria das povoações, caracterizando uma colonização etnicamente homogênea, salvo algumas exceções<sup>94</sup>.

Na imigração alemã para o Rio Grande do Sul encontramos tanto imigrantes católicos quanto imigrantes evangélicos. Conforme a constituição imposta por Dom Pedro I de 1824, o catolicismo romano era a religião oficial do Estado brasileiro. Porém, as religiões não-católicas eram permitidas desde que respeitassem a religião oficial do Império. Deveriam ser vivenciadas de forma doméstica e particular, não podendo possuir local em forma de templo para suas práticas religiosas e nem utilizar sinos<sup>95</sup>.

Naquele contexto, todos os registros de batismo (nascimento), casamento, óbito eram controlados pela Igreja Católica. Sendo assim, os registros feitos pelos protestantes não tinham validade civil. Segundo a lei brasileira, sem essa validade civil quem não fosse católico vivia em regime de concubinato e seus filhos eram considerados bastardos. Isto implicava que judicialmente os descendentes de teuto-

---

<sup>93</sup> Cf. LANDO e BARROS, 1996, p. 25-32.

evangélicos não teriam direito algum de herança. “Esta situação provocou, naturalmente, franca oposição dos pastores evangélicos. Todos aderiram ao movimento farroupilha porque tinham a convicção de que a revolução também lutaria em prol da igualdade entre católicos e acatólicos”<sup>96</sup>.

Ocorreu a suspensão da colonização pela Lei de Orçamento de 15 de dezembro de 1830<sup>97</sup>. Isso ocorreu devido à crise política que se instalou no Brasil após a abdicação do trono por parte do imperador D. Pedro I e que se acentuou ainda mais com a eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845). Roche afirma que a partir desse evento “o Parlamento condenava qualquer nova tentativa (de colonização) e arriscava aniquilar as colônias já existentes”<sup>98</sup>. Conforme Roche a lei promulgada em 1830 “sobre o aluguel prestado pelos estrangeiros”<sup>99</sup> tinha intenção de melhorar a agricultura nacional, mas dessa forma aumentavam-se ainda mais as desigualdades entre obrigações de trabalhadores e proprietários<sup>100</sup>.

Esta crise persistiu até 1844 e só terminou depois da mudança no cenário político brasileiro. Entre essas mudanças estava o início do Segundo Reinado, em 1840, e o término da Revolução Farroupilha, em 1845. Durante os 14 anos (1830-1844) de crise nenhum imigrante entrou no Rio Grande do Sul e a população de São Leopoldo permaneceu inalterada<sup>101</sup>.

---

<sup>94</sup> Cf. GERTZ, 1991, p. 13-14.

<sup>95</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 24-25.

<sup>96</sup> HOFMEISTER, 1980, p. 43.

<sup>97</sup> Cf. ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 99.

<sup>98</sup> Idem p. 99.

<sup>12</sup> Idem, p. 99.

<sup>100</sup> Cf. Idem p. 99.

<sup>101</sup> Cf. LANDO e BARROS, 1996, p. 25-32.



## 2.2 A religiosidade e a Igreja nos primeiros tempos da Imigração Alemã

Os evangélicos, emigrados da Alemanha ao Brasil, ingressaram em um país que existia apenas a Igreja católica romana. O que os levava a emigrar não eram motivos essencialmente religiosos, como fora o caso das emigrações para os EEUU ou para a Austrália. Por isso, havia o perigo de que viessem a desaparecer no catolicismo brasileiro. Tal, porém, não ocorreu. Eles permaneceram fiéis a sua fé evangélica, não só por motivos de tradição. O desejo de batizar os filhos como estavam acostumados a fazê-lo, o desejo de receberem a bênção matrimonial, de serem confirmados e sepultados, com acompanhamento eclesiástico, certamente teve alguma influência, mas esse não era o único motivo; havia também autêntica piedade de fé. Por isso, não podemos concordar com Erich Fausel, que afirma que o período pré-sinodal<sup>102</sup> tenha sido uma época de longos anos sem Igreja<sup>103</sup>.

Conforme as palavras de Dreher, os primeiros anos da igreja evangélica no Brasil pode ser definido pelo desenvolvimento de comunidades independentes e "abandonadas" pela igreja alemã. Essas comunidades estavam sujeitas às próprias iniciativas para permanecerem evangélicas. Os imigrantes protestantes tinham vontade de seguirem a sua tradição religiosa e perpetuá-la, através das gerações futuras. No contexto brasileiro em que a religião católica romana era oficial, não se tornaram católicos. Buscaram preservar sua fé evangélica de acordo com suas próprias condições. Os teuto-evangélicos tiveram que organizar suas próprias comunidades religiosas considerando o baixo número de pastores com formação teológica e o surgimento de novas comunidades em decorrência das migrações internas<sup>104</sup>.

Os membros das comunidades construía as Igrejas e as casas pastorais com recursos próprios. Doavam terrenos, materiais de construção, dinheiro e mão de obra, além de contribuírem para o pagamento do salário do pastor. Dreher analisa essa situação de duas formas: uma positiva, porque os membros

---

<sup>102</sup> Período em que não havia uma organização administrativa que englobasse as comunidades evangélicas do Rio Grande do Sul.

<sup>103</sup> DREHER, 2003, p. 51.

<sup>104</sup> Cf. Idem p. 53.

participavam efetivamente na vida de suas comunidades; e uma negativa, pois a “Igreja terminava nas fronteiras da própria comunidade”<sup>105</sup>.

“Sem pastores, não querendo converter-se ao catolicismo, as comunidades do Rio Grande do Sul começaram a designar leigos do seu próprio meio para exercer as funções pastorais”<sup>106</sup>. Esses leigos que assumiam funções de pastores foram denominados “pseudopastores”<sup>107</sup>. Segundo Witt<sup>108</sup>, encontramos entre os “pseudopastores” duas condutas diferentes: alguns mais idosos trabalhavam visando ao bem da comunidade, porém outros que não possuíam boa índole, valendo-se do pastorado como meio para obterem dinheiro<sup>109</sup>.

Deste modo, “faltava às comunidades toda a sensibilidade para ver no ministério pastoral uma instituição que tem uma missão a cumprir, independente da benevolência dos membros da comunidade”<sup>110</sup>. O pastor era visto como mais um na comunidade que necessitava sobreviver, muitas vezes, não sendo levado a sério, pois era sinônimo de “problemas”.

Wachholz, em sua obra, utiliza o termo “pastores não-ordenados” para designar os “pseudopastores”<sup>111</sup>. Segundo ele, nos relatos sobre a imigração, a “maioria dos pastores não-ordenados foi descrita como sendo constituída de

---

<sup>105</sup> Idem p.53 Devido à carência de pastores com formação teológica, as comunidades acabavam elegendo dentro de seus próprios membros uma pessoa para exercer as funções pastorais. Normalmente essa pessoa encarregada do pastorado na comunidade, também deveria exercer a função de professor. Isto ocorria devido à ausência de escolas públicas. A educação das crianças relegada às iniciativas da própria comunidade.

<sup>106</sup> Idem p. 52.

<sup>107</sup> Idem p. 52.

<sup>108</sup> WITT, Osmar Luiz. **Igreja na imigração e colonização**. A pregação itinerante no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p. 61.

<sup>109</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 52.

<sup>110</sup> Idem p. 53.

<sup>111</sup> WACHHOLZ, Wilhelm. “**Atravessem e ajudem-nos**”. A atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 495-503.

aventureiros que emigraram, em parte, por necessidade, por leviandade ou por terem sido expulsos pela família”.<sup>112</sup>

Conforme Wachholz, no final do século XIX, o Pastor Rotermond<sup>113</sup> elogiou a atuação dos pastores não-ordenados. Rotermond os via como parcialmente responsáveis pela manutenção do protestantismo no Brasil, evitando que muitos evangélicos se tornassem católicos. Contudo poucas foram as pessoas ligadas ao sacerdócio da Igreja Evangélica que elogiaram a atuação dos pastores não-ordenados, amaioria os caracterizava com diversos adjetivos ofensivos como: “pastores cachaça, vagabundos, lobos, mercenários, aventureiros”<sup>114</sup>.

Esses pastores sem ordenação surgiram como conseqüência da realidade em que viviam as comunidades evangélicas nos primeiros tempos da imigração. Essa realidade era marcada pelo abandono por parte da igreja evangélica alemã. A comunidade deveria se organizar e, por si só, preservar a sua fé. O papel do pastor sem ordenação se restringia basicamente aos ofícios pastorais, cabendo à diretoria da comunidade, as demais atividades e responsabilidades administrativas. Essa prática acabou sendo combatida com a vinda de pastores ordenados ao Brasil, na segunda metade do século XIX<sup>115</sup>.

### **2.3 A retomada do processo imigratório**

“Em 1844 entraram em São Leopoldo os primeiros imigrantes depois do encerramento da fase inicial de colonização”<sup>116</sup>. Neste momento a administração da

---

<sup>112</sup> Idem p. 497.

<sup>113</sup> Pastor que liderou a criação de um Sínodo que unisse as comunidades evangélicas, na segunda metade do século XIX.

<sup>114</sup> Cf WACHHOLZ, 2003, p. 499.

<sup>115</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 53.

<sup>116</sup> LANDO e BARROS, 1996, p. 28

Província do Rio Grande do Sul não se encontrava em condições para receber novos imigrantes. Lando e Barros afirmam que as pessoas que chegaram em 1846 foram assentadas em terras praticamente inacessíveis<sup>117</sup>.

Essa situação começou a mudar a partir da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. Essa lei assegurava que cada província receberia do governo central do Brasil trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas. Essas terras foram destinadas à acomodação de colonos imigrantes. Os beneficiados só se tornavam proprietários dos lotes depois da ocupação, desbravamento e exploração, o que deveria ocorrer no prazo aproximado de cinco anos segundo Roche<sup>118</sup>.

A intenção do governo brasileiro era formar um sistema de pequena propriedade. Esse sistema deveria ser capaz de explorar ao máximo o potencial agrícola da região sul. O desenvolvimento econômico brasileiro sempre esteve ligado ao latifúndio monocultor com produção voltada para o abastecimento do mercado externo. Isso acabou criando a necessidade da implantação de um sistema econômico voltado para suprir a necessidade de consumo do mercado interno brasileiro<sup>119</sup>.

Com a promulgação da lei 514 a colonização se interiorizou e ocupou espaços cada vez mais afastados de São Leopoldo. Conforme Lando e Barros as colônias criadas durante as décadas de 1840 e 1850 foram: “Nova Petrópolis, em 1858; Santa Cruz, em 1847; Santo Ângelo (Agudo), em 1855; Mundo Novo, em 1846; Porto das Laranjeiras, em 1840; Santa Maria da Soledade, em 1857, além das colônias fundadas em terras particulares”<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> Cf. Idem p. 27-32.

<sup>118</sup> Cf. ROCHE, 1969, p. 101.

<sup>119</sup> Cf. LANDO e BARROS, 1996, p. 27-32.

<sup>120</sup> Idem p. 30.

Lando e Barros ressaltam que a distribuição das terras concedidas pela Lei 514 se dava sem custo para o colono, ou seja, o lote era doado gratuitamente. Além disso, o colono recebia ajuda em dinheiro para a sua instalação, ferramentas de trabalho e sementes para começar a exploração da terra do seu lote, bem como indenizações devido à viagem. Como consequência desses enormes gastos que pesavam sobre os cofres da província a lei foi revogada e, em seu lugar, surgiu a Lei Provincial de 1854. Também foi determinante para a revogação da Lei 514 a promulgação da Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras determinava a aquisição de terras apenas por meio da compra. Desta forma, a distribuição gratuita dos lotes vinha de encontro ao que previa a nova lei<sup>121</sup>.

Os anos de 1850 e 1860 foram os de maior fluxo migratório de pessoas dos territórios alemães para o Estado do Rio Grande do Sul. Prien afirma que, o governo da Prússia estava preocupado com esse fluxo de emigrantes de seu território e com os direitos civis dos mesmos. Essa preocupação ocorria principalmente em relação dos imigrantes protestantes, dado o status diferenciado pelo governo brasileiro. O governo prussiano tentou negociar com o governo brasileiro “entre outras, uma garantia para a aquisição de terras e um reconhecimento dos matrimônios protestantes”<sup>122</sup>.

Não obtendo êxito nas negociações, a partir de 1853 o governo prussiano começou a promulgar leis de proteção aos seus emigrantes. Essas leis eram direcionadas no sentido de tentar desacelerar o ritmo do fluxo emigratório. Entre essas leis Prien destaca o “Rescrito de von der Heydt”, de 1859, “com o qual se revogavam todas as concessões de fomento a empreendimentos alemães, para,

---

<sup>121</sup> Cf. Idem p. 27-32.

<sup>122</sup> PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 41.

desse modo, estrangular emigração para o Brasil”<sup>123</sup>. Dreher chama a atenção que o “Rescrito de von der Heydt” não foi uma proibição da emigração de alemães. O efeito dessa lei foi contrário ao que ela intentava, a saber, desestimular a imigração. Em vez de diminuir a quantidade de emigrantes, aumentou o número de prussianos que tentavam uma vida melhor no Brasil<sup>124</sup>.

Não foram apenas imigrantes que chegaram a partir de 1844 que ocuparam o interior do Rio Grande do Sul. Hoffmeister demonstra que migrações internas ocorriam durante o século XIX por parte de colonos que não haviam obtido êxito nas atividades agrícolas exercidas nos lotes recebidos assim que chegaram no Brasil. A maioria desses migrantes acabou dedicando-se a outros setores da economia, principalmente os ligados ao comércio<sup>125</sup>.

Vieram dos territórios alemães agricultores, artesãos, pastores, médicos e professores. Também embarcaram para o Brasil soldados contratados pelo governo brasileiro para lutarem na guerra contra o governante Rosas da Argentina. Esses soldados foram denominados de “brummer”. Essa nomenclatura foi dada, segundo Dreher, “derivado do ruído das moedas de cobre, com as quais eram pagos, ao serem lançadas no chão”<sup>126</sup>.

Os “brummer” trouxeram para o Rio Grande do Sul idéias liberais. Dentre os adeptos dessas idéias liberais destacou-se Carlos von Koseritz. Koseritz foi uma pessoa de grande influência política na província. Conforme Dreher, Koseritz listou algumas importantes mudanças ocorridas nas colônias alemãs proporcionadas pelos “brummer”:

- “1. Maior participação na vida pública, 2. Desenvolvimento da coletividade.
3. Surgimento de uma imprensa alemã no Rio Grande do Sul. 4.

---

<sup>123</sup> Idem p. 41.

<sup>124</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 31.

<sup>125</sup> Cf. HOFMEISTER FILHO, 1980, 71-88.

<sup>126</sup> DREHER, 2003, p. 39.

Desenvolvimento das sociedades recreativas, e 5. Animação do intercâmbio cultural com a velha pátria-mãe”<sup>127</sup>.

Mesmo com a expansão da colonização alemã, persistiam problemas referentes a assimilação dos alemães na sociedade luso-brasileira. Um fator colaborador para a lenta assimilação dos alemães continuava sendo uso do idioma alemão e o pouco conhecimento da língua portuguesa por parte dos teuto-evangélicos. Lando e Barros chamam a atenção para o relatório do Dr. Hillebrand de 1854. Este relatório denunciava que havia na vila de São Leopoldo apenas “três escolas públicas, havendo vinte e sete escolas particulares das quais apenas uma ensinava o português”<sup>128</sup>.

Porém, é incorreta a afirmativa de que todos os indivíduos teuto-evangélicos do Rio Grande do Sul tinham dificuldades de assimilação na sociedade brasileira. Dreher aponta o exemplo de Três Forquilhas: “Aí a língua portuguesa já era linguagem corrente. Não levou muito tempo para que também aqui se iniciasse com cultos em língua portuguesa”.<sup>129</sup>

Para o Dr. Hillebrand o ensino da língua portuguesa era importante. Mas, para o governo brasileiro, naquele momento, essa não era uma questão importante. Houve a promulgação da lei provincial nº 579, que permitia o uso da língua estrangeira no caso das escolas da província. Essa lei foi promulgada pela falta de pessoal habilitado para lecionar em língua portuguesa. Segundo o artigo primeiro dessa lei, o Presidente da Província estava autorizado em contratar professores particulares, independente da nacionalidade para ensinar no idioma dominante na colônia<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> Idem p 39.

<sup>128</sup> LANDO e BARROS, 1996, p. 31.

<sup>129</sup> DREHER, 2003, p 57.

<sup>130</sup> Cf. LANDO e BARROS, 1996, p. 31.

A lei nº 579 permitiu o uso do idioma alemão entre os teuto-evangélicos nas colônias, circunscrevendo o exercício da língua portuguesa. A língua portuguesa era falada somente quando os teuto-evangélicos tinham contato com luso-brasileiros. Isso permitiu que certas colônias localizadas em áreas rurais se mantiveram etnicamente bastante homogêneas. O processo de assimilação dos teuto-evangélicos e seus descendentes se tornava lento em algumas colônias da Província do Rio Grande do Sul<sup>131</sup>.

Durante a Guerra do Paraguai, muitos teuto-evangélicos se manifestaram a favor do Governo Brasileiro. Esse engajamento significou para muitos uma demonstração de patriotismo pelo Brasil. Gertz sugere uma nova análise desse patriotismo. Foi grande o número de pessoas com sobrenome alemão que foram lutar pelo Brasil na Guerra do Paraguai. Muitos desses combatentes foram colocados em cargos de chefia. Porém, Gertz utiliza o termo “voluntários”, sugerindo o termo “convocados”. Para Gertz, a participação dos teuto-brasileiros na Guerra do Paraguai não foi motivada por patriotismo, mas sim por obrigação<sup>132</sup>.

Nesse aspecto, Hoffmeister ao mencionar o coronel Niederauer e de outros soldados de Santa Maria que foram para a Guerra do Paraguai, de acordo com este autor, não houve reação contrária a essa convocação por parte dos teuto-brasileiros. Além disso, durante sua passagem no Vale dos Sinos, D. Pedro II foi recebido pelos teuto-brasileiros com todas as honras e homenagens<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> Cf. Idem p. 31.



## 2.4 A organização das comunidades evangélicas na retomada da imigração

Quase não existem fontes das quais se pudesse deduzir a posição das comunidades nos primeiros anos, até 1848 e os anos seguintes, quanto aos “políticos da germanidade”, os homens de 1848, imigraram. A maior parte das fontes data da época posterior a 1864, quando um maior número de pastores veio ao Brasil; esses pastores, contudo, na maioria das vezes, apenas descrevem o seu presente. Se, porém, observamos afirmações que permitem um retrospecto sobre os anos passados, constatamos que as comunidades não estavam cientes do seu caráter germânico ou que, no mínimo, não tinham motivos para acentuar esse caráter germânico. Até 1848, p. ex., seria impossível, da perspectiva das comunidades germânicas, formular-se a afirmativa de que ser evangélico seria idêntico a ser alemão.<sup>134</sup>

Conforme Dreher, os evangélicos eram vistos pela sociedade brasileira ligados à etnia alemã no século XIX. Isso ocorreu porque não havia, até o final do século XIX, no Brasil pessoas de outra minoria étnica que fossem de confessionalidade evangélica<sup>135</sup>. Pelo contrário, durante os primeiros anos da imigração, essa ligação entre germanidade e confessionalidade evangélica não era sentida entre os membros das comunidades evangélicas<sup>136</sup>.

Como vimos anteriormente, até a década de 1860 as comunidades evangélicas permaneciam de forma bastante autônoma, sem qualquer vínculo com alguma organização sinodal. As próprias comunidades tinham pouca relação entre si. Elas temiam perder sua liberdade ao filiarem-se em alguma organização sinodal. Algumas comunidades evangélicas preferiam continuar com seus pastores sem ordenação a contratar aqueles vindos da Alemanha com formação teológica<sup>137</sup>. Porém, conforme relata Witt, nem todas as comunidades agiam dessa forma, pois

---

<sup>132</sup> Cf. GERTZ, 1991, p. 21-22.

<sup>133</sup> Cf. HOFMEISTER FILHO, 1980, p. 81.

<sup>134</sup> DREHER, 2003, p. 57.

<sup>135</sup> Cf. Idem p. 51-71.

<sup>136</sup> Cf. Idem p. 51-71.

<sup>137</sup> Cf. Idem p. 51-71.

sentiam a necessidade de um pastor com formação teológica instruir-lhes nos ensinamentos cristãos e alimentar sua fé <sup>138</sup>.

Na medida em que foi aumentando o número de comunidades evangélicas que contratavam pastores com formação teológica e devidamente ordenados, aumentou também a cooperação entre elas. Prien destaca que a partir desse aumento de pastores ordenados nas comunidades foram buscados três caminhos para atingir a cooperação mútua e uma consolidação da unidade entre as comunidades:

1º - O caminho da Igreja Estatal. Primeiro indício nesse sentido é o título de "pastor primarius" usado pela primeira vez pelo pastor W. Klenze/ São Leopoldo em 1845, reconhecido pelo Governo Provincial, mas que efetivamente só lhe garantiu privilégios mínimos em relação a seus colegas, razão pela qual não teve efeito duradouro <sup>139</sup>.

2º - A subordinação de comunidades avulsas à direção do Sup. Cons. Ecles. Evang. Até a abolição do sumo episcopado soberano pela constituição de Weimar de 1919, essa subordinação também significou de fato um caminho eclesiástico-estatal, que, como qualquer solução eclesiástico-estatal, era duvidoso não apenas teologicamente, mas também do ponto de vista da legislação do Estado, haja vista que resultava na interferência de uma instância alemã, no caso prussiana, nos assuntos de um Estado soberano, mesmo que este não demonstrasse interesse numa regulamentação eclesiástico-estatal própria para comunidades evangélicas de imigrantes <sup>140</sup>.

3º - Uma fase preliminar importante para a fundação dos sínodos foram as Conferências Pastorais. (...) a iniciativa para a primeira fundação de um sínodo partiu do Dr. Borchard, que já conhecia condições sinodais a partir de sua atuação no Sínodo de Miami e no Sínodo Geral Luterano dos EUA (1854-1861) <sup>141</sup>.

Vamos nos limitar ao terceiro caminho apontado por Prien. Borchard foi enviado ao Brasil em novembro de 1863. Ele seria responsável pela fundação de um sínodo evangélico capaz de unir as comunidades evangélicas do Rio Grande do Sul. Para Pastor (P.) Borchard era importante combater a existência de pastores sem ordenação. As ações do P. Borchard procuravam compensar os anos em que as comunidades evangélicas se encontravam em relativo abandono. Para resolver o

<sup>138</sup> Cf. WITT, 1996, p. 49-70.

<sup>139</sup> PRIEN, 2001, p. 108.

<sup>140</sup> Idem p. 110.

<sup>141</sup> Idem p. 114.

problema, o P. Borchard preferiu o envio de pastores com formação em seminário. Julgava que os pastores com formação em seminário estavam melhores preparados para o trabalho com os teuto-brasileiros do que os pastores com formação universitária<sup>142</sup>.

Conforme Wachholz essa preferência por pastores formados em seminários dava-se pelo fato destes possuírem maior facilidade em renunciar ao conforto. Possuíam também maior qualificação para a atuação entre os não cristãos. Também se entendia que estes pastores estavam em melhores condições para se tornarem economicamente autônomos, realizando ofícios e exercendo atividades agrícolas<sup>143</sup>. De acordo com Prien, o P. Borchard, no que diz respeito à criação de um sínodo no Rio Grande do Sul, valeu-se na experiência adquirida nos Estados Unidos<sup>144</sup>.

O P. Borchard teve iniciativas de fundar institutos educacionais, preocupado com a educação no Rio Grande do Sul. O primeiro dos institutos fundados por Borchard foi o Instituto Alemão Secundário de Educação, destinado para meninos, com sede em São Leopoldo. Esse instituto existiu somente por dois anos e foi fechado porque se tornou financeiramente inviável ao concorrer com um instituto semelhante criado pela comunidade de Porto Alegre, e outro, em 1869, em São Leopoldo fundado pelos jesuítas<sup>145</sup>.

No início de 1869 foi criado um instituto voltado à “formação de moças entre 13 e 18 anos de idade. Além da formação geral, Elise Borchard, esposa do P. Borchard, e Elise Stein ensinavam trabalhos manuais”<sup>146</sup>. Esse instituto permaneceu até 1872, quando houve a implantação de um instituto equivalente por freiras franciscanas em São Leopoldo.

---

<sup>142</sup> Cf. WACHHOLZ, 2003, p. 363.

<sup>143</sup> Cf. Idem p. 364.

<sup>144</sup> Cf. PRIEN, 2001, p. 99.

<sup>145</sup> Cf. WACHHOLZ, 2003, p. 366.

Segundo Wachholz, para fundar o Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul, Borchard enfrentou muita resistência por parte de outros pastores. Borchard buscou filiar o Sínodo à Igreja Territorial da Prússia. Sua tentativa, contudo, acabou frustrada porque o cenário político brasileiro não era favorável naquele momento<sup>147</sup>.

O Sínodo fundado por Borchard não era reconhecido pelo Estado brasileiro, o que significava que nem o governo brasileiro e nem os jesuítas podiam colocar obstáculos à atuação do sínodo. O Sínodo enfrentou resistência de algumas comunidades em relação à organização eclesiástica. Atribuiu-se um dos motivos do fracasso dessa primeira tentativa de organização sinodal no Rio Grande do Sul a essa resistência das comunidades evangélicas<sup>148</sup>.

O P. Borchard deixou o Rio Grande do Sul em 1870. Seu substituto foi Wilhelm Kleingünther, o único pastor que se dispôs ao cargo de pastor sinodal. Seu período de atuação foi curto e marcado pela resistência de pastores com formação em seminários. O P. Kleingünter retornou à Alemanha em 1872<sup>149</sup>. O Sínodo ficou sob a presidência de Carl Friedrich Wegel, indicado pelos colegas por já realizar trabalhos de caráter administrativo. Segundo Wachholz, entre os trabalhos realizados pelo P. Wegel encontramos o pedido de envio de pastores e tratar de assuntos sinodais com a Sociedade Evangélica de Barmen (SEB), principal entidade de envio de pastores do Rio Grande do Sul a partir de 1860. De acordo com Wachholz, Wegel defendeu os pastores com formação em seminário nas discussões com pastores de formação universitária<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> Idem p. 367.

<sup>147</sup> Cf. Idem 371.

<sup>148</sup> Cf. Idem p. 373.

<sup>149</sup> Cf. Idem p. 383-384..

## 2.5 A colonização alemã em declínio

A partir da década de 1870, a imigração alemã para o Brasil começou a declinar. O governo brasileiro passou a investir mais na imigração de outras etnias, como a italiana e a polonesa. Conforme Rockembach e Flores, foram cortados alguns incentivos dados anteriormente aos imigrantes alemães. A Alemanha e a Itália passaram pelo processo de unificação em 1870 e 1871, respectivamente. Tornaram-se nações economicamente fortes e começavam a se inserir no cenário internacional do imperialismo. Essas nações tinham pretensões nacionalistas, com maior destaque para a Alemanha<sup>151</sup>.

As vitórias de Bismarck nas guerras pela unificação alemã fomentaram a preservação da germanidade por parte dos teuto-brasileiros. A formação do império alemão somadas à preservação da germanidade dos teuto-brasileiros culminou num conflito político: “colonos e seus porta-vozes, de um lado, e os dirigentes rio-grandenses, de outro”<sup>152</sup>. De acordo com Roche, neste momento começava a existir uma desconfiança por parte dos luso-brasileiros em relação aos teuto-brasileiros. Os luso-brasileiros viam como uma ameaça o interesse do novo império na emigração e colonização. As pretensões alemãs acabaram suscitando medo dos luso-brasileiros em ficar novamente sob o domínio de uma nação européia<sup>153</sup>.

Com a redução dos incentivos do governo brasileiro à imigração alemã, a expansão das colônias alemãs dava-se por meio de migrações internas. Essas migrações ocorreram principalmente pelos descendentes dos teuto-brasileiros. As famílias costumavam ser numerosas, pois o trabalho agrícola era baseado na união

---

<sup>150</sup> Cf. Idem p. 384.

<sup>151</sup> Cf. ROCKEMBACH, Sílvio A. e FLORES, Hilda A. H. **Imigração Alemã: 180 – história e cultura.** Porto Alegre: CORAG, 2004. p. 5.

<sup>152</sup> ROCHE, 1969, p.114.

de obra familiar. Os filhos dos imigrantes, ao atingirem a idade adulta, sem terras para comprar, tentavam buscá-la em outras regiões. Essas migrações interiorizaram a colonização do Rio Grande do Sul, ocupando terras a oeste da província<sup>154</sup>.

Essa situação de declínio, ou como chama Roche de colapso, se intensificou a partir da Proclamação da República do Brasil em 1889. O governo brasileiro parou de doar terras. Não eram concedidas indenizações de custos de passagens da Alemanha para o Brasil aos imigrantes. As colônias fundadas por iniciativa do governo normalmente eram colônias mistas coexistindo com diferentes elementos étnicos e denominações religiosas. Um exemplo dessa colonização foi a colônia de Ijuí, fundada, conforme Rockembach e Flores, por alemães e seus descendentes das “antigas colônias”.<sup>155</sup>

Apesar do estrangulamento da imigração alemã, o advento da República significou para muitos teuto-evangélicos do Rio Grande do Sul uma revolução, principalmente no que diz respeito à Constituição da República ter separado a Igreja do Estado. A Igreja Católica perdia o status de religião oficial do Estado brasileiro. Foram instaurados os registros civis controlados pelo Estado, retirando os protestantes do status de cidadãos de segunda ordem.

Com a revolução federalista, o ritmo das migrações internas no Rio Grande do Sul foi reduzido, principalmente para o oeste do estado. Contudo, ao findarem os conflitos essa situação se inverteu. As regiões antes desabitadas foram novamente foco de interesse por parte dos colonos teuto-brasileiros. Neste contexto surgiram muitas cidades do Alto Uruguai. Essas cidades foram marcadas principalmente por

---

<sup>153</sup> Cf. Idem p.114.

<sup>154</sup> Cf. ROCKEMBACH e FLORES, 2004, p. 8.

<sup>155</sup> Cf. Idem p. 11.

colônias mistas e de diferentes denominações religiosas, no qual destacamos Ijuí e Santa Rosa<sup>156</sup>.

## 2.6 A fundação do Sínodo Riograndense

Após a saída do P. Borchard do Rio Grande do Sul, em 1871, o Sínodo criado por ele não se consolidaria. Após Kleingünter deixar a presidência do mesmo em 1872, o P. Wegel também desejava deixar o cargo de pastor sinodal depois de pouco mais de dois anos. A organização sinodal necessitava de reforços, principalmente através da criação de um jornal em que o Sínodo pudesse defender suas idéias e unir as comunidades evangélicas. Para isso era importante a vinda de um pastor com boa escrita e redação, principalmente para combater as críticas de Koseritz aos pastores evangélicos e aos padres católicos<sup>157</sup>.

No final de 1874, Hermann Wilhelm Rotermund, secretário do Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil (CAPSB), percebendo a crise que passava a organização eclesiástica do Rio Grande do Sul, aceitou seu envio para o Brasil. Ele deveria assumir o pastorado da comunidade de São Leopoldo, e realizar as atividades de pastor sinodal. Tinha por objetivo consolidar um Sínodo no Rio Grande do Sul. Além disso, deveria criar e redigir um jornal<sup>158</sup>.

No período em que Rotermund preparava-se para viajar ao Rio Grande do Sul, havia atritos entre o P. Wegel, então presidente sinodal e pastor da comunidade de São Leopoldo, e o P. Collmann da comunidade de Porto Alegre. Os dois pastores haviam recebido a incumbência, pelo CAPSB, de se engajarem na eleição de

---

<sup>156</sup> Cf. ROCKEMBACH e FLORES, 2004, p. 23.

<sup>157</sup> Cf. WACHHOLZ, 2003, p. 386-399.

<sup>158</sup> Cf. Idem p. 386-399.

Rotermund a pastor da comunidade de São Leopoldo. Esse fato causou uma relação de desconfiança e conflito entre Wegel e Rotermund<sup>159</sup>.

Rotermund foi eleito pastor da comunidade de São Leopoldo. Permaneceu no cargo desde a sua chegada no Brasil em 1874 até 1918. No ano de 1877 tornou-se livreiro e editor. Exemplos das publicações do P. Rotermund são o “*Kalender für die Deutschen in Brasilien*” e “*Sonntagssblatt*”. Rotermund se demonstrava através de seus escritos, defensor da fé cristã, dos cristãos evangélicos e da preservação da germanidade<sup>160</sup>.

Para assegurar a educação dos filhos dos casamentos evangélicos, engajou-se na fundação de uma escola. Foi criado o Colégio Independência, que, contudo, não conseguiu manter. Segundo Dreher “sua maior e permanente obra, contudo, foi a fundação do Sínodo Riograndense, em 1886, cujo presidente veio a ser de 1886 a 1894 e 1909 a 1919”<sup>161</sup>. Para a criação do Sínodo foi organizada uma assembléia, cuja pauta principal girava em torno do nome do Sínodo e sua base confessional.

O nome Sínodo Riograndense foi aprovado pela assembléia, conforme sugerido por Rotermund em seu anteprojeto. De acordo com Dreher o pastor Heinrich Hunsche havia sugerido o acréscimo da palavra “alemão” ao nome do sínodo. Essa palavra foi rejeitada pela assembléia. Isto porque alguns pastores entendiam que essa palavra atrapalharia a adesão de igrejas evangélicas que fizessem uso da língua portuguesa ao Sínodo. Representantes de comunidades presentes entendiam que a palavra “alemão” ia de encontro com seus membros, pois, apesar de serem etnicamente de origem alemã, moravam no Brasil<sup>162</sup>.

---

<sup>159</sup> Cf. Idem p. 386-399.

<sup>160</sup> Cf. Idem p. 386-399.

<sup>161</sup> GERTZ, 1991, p. 84.

<sup>162</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 87-89.



Os primeiros anos do Sínodo Riograndense, sob a presidência de Rotermund, foram marcados por desconfianças de outros pastores em relação a ele. Além disso, muitas comunidades ainda tinham resistência em aderir ao Sínodo. Segundo Wachholz os conflitos pioraram em 1892 com o término de amizades importantes que Rotermund possuía com o P. Dohms, P. Dietschi e P. Pechmann. De acordo com Wachholz, a reclamação dos pastores era a postura fechada de Rotermund, que não aceitava a colaboração dos colegas. A situação havia ficado insustentável e por pressão da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (SEAPA)<sup>163</sup>, Rotermund renunciou ao cargo de pastor sinodal em 1893<sup>164</sup>.

Com a renúncia de Rotermund na presidência do Sínodo Riograndense, o cargo foi ocupado pelo P. Pechmann. Durante a presidência de Pechmann destacamos sua preocupação em dar assistência a todos os evangélicos do Rio Grande do Sul. Porém, com as grandes distâncias e o acesso difícil havia necessidade de aumentar o incentivo à pregação itinerante, instituída desde 1891<sup>165</sup>. Witt destaca que foi grande a importância da pregação itinerante para atender as colônias formadas a partir das migrações internas. Por serem distantes geograficamente, muitas comunidades não podiam depender exclusivamente do trabalho do pastor, pois recebiam visitas periódicas deles, mas de sua perseverança na fé evangélica. Mesmo com tantas dificuldades permaneceram fiéis à sua confessionalidade<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> Conforme Wachholz, inicialmente a Sociedade Evangélica de Barmen (SEB) foi uma instituição alemã que colaborou para o protestantismo no Rio Grande do Sul. A partir da SEB foram criadas a CAPSB e SEAPA tendo a primeira, atuação exclusiva para o Rio Grande do Sul, e a segunda na América do Sul, p. 26.

<sup>164</sup> Idem p. 409-443.

<sup>165</sup> Cf. WITT, 1996, p. 72-91.

## **2.7 As colônias alemãs e o Germanismo no século XX: vivendo duas Guerras Mundiais.**

Até o final do século XIX, o governo brasileiro havia tomado poucas medidas políticas que favorecessem a assimilação dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul. Não demonstrava preocupação com o ensino da língua portuguesa nas escolas das colônias alemãs. Porém, a partir do século XX, essa situação começou a mudar. A mudança foi motivada, principalmente, pela eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1917. Por ficar ao lado inimigo da Alemanha na guerra, o governo brasileiro realizou uma campanha nacionalista. Esta campanha tinha o intuito de atingir as colônias que não tinham o costume de falar português<sup>167</sup>.

Nesta campanha nacionalista foram tomadas algumas medidas repressivas por parte do governo do Brasil. Entre essas medidas estava a proibição do uso da língua alemã, principalmente na imprensa, que até então havia sido muito significativa nas colônias. Conforme narram Rockembach e Flores, algumas escolas que usavam o idioma alemão no ensino foram fechadas e seus professores afastados<sup>168</sup>.

Em 1918, o governo do Brasil havia conseguido enfraquecer consideravelmente o processo imigratório. Essa situação agravou-se ainda mais com a Constituição de 1934 que impôs restrições ao número de imigrantes. O que se intensificou no Rio Grande do Sul, naquele momento, foram migrações internas. Essas migrações eram feitas principalmente entre jovens casais oriundos das colônias velhas que compraram terras no noroeste deste estado<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> Cf. Idem p. 72-91.

<sup>167</sup> Cf. GERTZ, 1991, p. 13-32.

<sup>168</sup> Cf. ROCKEMBACH e FLORES, 2004, p. 26.

<sup>169</sup> Cf. Idem p. 26.

Conforme Rockembach e Flores nesse período surgiram as colônias de Santa Rosa e Roque González. Mais tarde, essas duas colônias deram origem aos demais municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul. Com a colonização tardia, os novos moradores dessas localidades já possuíam maior experiência e melhores recursos que seus ancestrais vindos da Alemanha. A produção agrícola dessas colônias era escoada para Ijuí e Santo Ângelo. Predominava nas relações econômicas internas dessas colônias a permuta e o “fiado”<sup>170</sup> com pagamento na época da safra. Depois da colonização do noroeste do Rio Grande do Sul, as migrações dos teuto-brasileiros e seus descendentes estavam focadas para territórios da Argentina e oeste catarinense. A maioria desses migrantes levava para fora do Rio Grande do Sul a germanidade fomentada e preservada pelos seus familiares<sup>171</sup>.

A expansão das migrações teuto-evangélicas coincidiram com períodos de conturbações no cenário político brasileiro e mundial. Um período conturbado foi o da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), onde o Brasil apoiou os países inimigos da Alemanha. Algumas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro no sentido de assimilar o elemento teuto-brasileiro na cultura do país. Entre essas medidas, destacamos a proibição do idioma alemão em todo o território do Brasil<sup>172</sup>.

Conforme Gertz, entre os anos que marcaram o período entre-guerras (1919-1942) existiu uma postura de “desconfiança” por parte dos brasileiros em relação aos teuto-brasileiros. Essa “desconfiança” aumentou quando Hitler

---

<sup>170</sup> Conforme o censo comum da região noroeste do Rio Grande do Sul, fiado é uma dívida anotada em papel, pagas num prazo superior a data da compra.

<sup>171</sup> ROCKEMBACH e FLORES, 2004, p. 32.

<sup>172</sup> Cf. GERTZ, 1991, p. 13-32.

conseguiu “reerguer” economicamente a Alemanha e esse fato foi bem visto por parte dos teuto-brasileiros<sup>173</sup>.

A década de 1930 é considerada por Gertz um período de reavivamento e radicalização do germanismo. A derrota na primeira Guerra Mundial havia acalmado um pouco a ideologia do germanismo, que renasceu com força a partir da ascensão do nazismo e o fortalecimento do Estado Alemão. Embora a ideologia nazista não predominasse nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, houve grupos que lhes eram simpatizantes. Isso ocorreu principalmente entre jovens que formaram “grupos de juventude”.<sup>174</sup>

A simpatia pelo nazismo se limitava aos círculos dos alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Conforme Fachel “até 1937 autoridades gaúchas participaram de solenidades organizadas pelos teuto-brasileiros, nas quais a bandeira nazista, com a suástica, estava presente”<sup>175</sup>. Observou-se que autoridades do governo gaúcho chegaram a fazer reverência a esses símbolos nazistas, como se fazia no “*Reich*”<sup>176</sup>. A maioria dos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul permanecia “silenciosa” em relação ao nazismo. Poucos foram os registros de movimentos de oposição ao regime nazista. Por parte dos teuto-brasileiros existia consciência de que o apoio ao nazismo poderia prejudicar principalmente as instituições ligadas ao germanismo, já que “crescia a pressão nacionalista contra os ‘quistos étnicos’ no Brasil”<sup>177</sup>.

Em 1937, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo no Brasil. Com o Estado Novo, veio também a Campanha de Nacionalização. Essa campanha desejava suprimir propagandas de governos fascistas e a infiltração de “idéias

---

<sup>173</sup> Cf. Idem p. 46-54.

<sup>174</sup> Idem p. 40.

<sup>175</sup> FACHEL, 2002, p. 103.

<sup>176</sup> Idem p. 103.

antinacionalistas”. A nacionalização ocorreu em dois níveis: a educativa e a repressão. No nível educativo, averiguamos que diversas escolas que ensinavam o idioma oficial de algum país integrante do Eixo foram fechadas. O governo brasileiro também promoveu atos cívicos enaltecendo o nacionalismo brasileiro, onde as crianças eram o foco principal<sup>178</sup>.

A repressão que marcou fortemente a nacionalização foi iniciada em 1938 contra os “nazistas e integralistas”<sup>179</sup>. Posteriormente, em 1942, a repressão atingiu os mais variados setores da sociedade de origem alemã. Esse aumento da repressão em 1942 foi uma retaliação por parte do governo de Vargas pelo afundamento de dois navios brasileiros por submarinos alemães. Este fato marcou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo<sup>180</sup>.

A partir de 1942 a língua alemã foi definitivamente proibida em todo o território nacional. Para fazer prevalecer essa proibição foi organizada uma censura que realizava triagens nos serviços postais. As cartas e telegramas eram lidos e os conteúdos considerados perigosos eram censurados. As cartas e telegramas escritos em língua alemã jamais chegaram ao seu destino. A repressão também chegou aos lares dos teuto-brasileiros. Segundo relatos, havia policiais do governo Vargas que se escondiam nas proximidades de suas casas para ouvir se a família estava falando alemão. Diversos casais foram denunciados à polícia por não falarem o idioma português. Também existem relatos de confisco de escritos<sup>181</sup>.

Segundo Fachel a polícia brasileira<sup>182</sup> era a principal responsável pela repressão da Campanha de Nacionalização. Os policiais publicavam uma revista

---

<sup>177</sup> GERTZ 1996, p. 51

<sup>178</sup> Cf. Idem, p. 46-54.

<sup>179</sup> Integrantes de partidos políticos de características fascistas, nazismo na Alemanha e integralismo no Brasil.

<sup>180</sup> Cf. GERTZ 1996, p. 68.

<sup>181</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/08.

mensal denominada Vida Policial, que tinha por objetivo “cortar as asas do nazismo”. Através da revista noticiava-se denúncias e prisões pela polícia contra os acusados de nazismo<sup>183</sup>. Conforme Dreher a referida revista retratava os “nazistas” (como eram denominadas todas as pessoas que eram alvo de suas perseguições) distorcendo os fatos a respeito de prisões de civis, ocorridas de forma arbitrária pela polícia a mando do governo. Dreher afirma sobre esta revista:

Aparentemente, os delegados de polícia recebiam a solicitação de intimar os proprietários de determinada região para que contribuísse, voluntariamente para a manutenção da revista, como demonstra o caso da pequena vila de Crissiumal que financiou um dos números da revista do ano de 1943, ou no caso dos interiores de Santo Ângelo ou Três de Maio ou Santa Rosa que financiaram outros números. Qual o interesse do leitor de Porto Alegre no Hotel Tretitini, de Crissiumal, ou na Casa comercial do senhor Frederico Gertz, no interior do interior de Santa Rosa?<sup>184</sup>

O clima de perseguição e repressão marcou profundamente a vida de comunidades evangélicas, em todo o território do estado do Rio Grande do Sul. Essa situação acabou modificando a vida social, comunitária e de fé, principalmente dos teuto-brasileiros que naquele momento ainda não falavam a língua portuguesa como veremos no próximos capítulo deste trabalho.

## **2.8 A Igreja Evangélica e o Sínodo Riograndense nos primeiros anos do século XX**

Não se pode pensar que o Sínodo Riograndense, logo após a sua fundação, tenha sido uma Igreja consolidada; suas possibilidades eram bastante limitadas. Era pouco mais que uma associação de comunidades que lutava para conseguir a confiança de comunidades. Não tinha os recursos financeiros para assumir grandes tarefas. Não havia contribuições da parte das comunidades para as tarefas do Sínodo.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Brigada Militar.

<sup>183</sup> Cf. FACHEL, 2002, p. 112-132.

<sup>184</sup> Cf. DREHER, 2003, p. 92.

<sup>185</sup> Idem p. 90

Conforme Dreher, a partir de 1900 “era publicada a lei eclesiástica que possibilitava as comunidades evangélicas fora da Alemanha a filiação à Igreja Territorial da Prússia”<sup>186</sup> Diversas comunidades evangélicas do Rio Grande do Sul não filiaram-se ao Sínodo Riograndense e filiaram-se à Igreja Territorial da Prússia. As comunidades evangélicas tinham a intenção de assegurar a seus pastores uma vida mais tranqüila<sup>187</sup>.

Com isso e com sua expansão territorial, ocorreu uma fragmentação do Sínodo Riograndense, ficando dividido em dois distritos: o Oriental e o Ocidental. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a administração do Sínodo procurava evitar sua dissolução e “romper com o independentismo das comunidades, a fim de tirá-las do estreito horizonte de seu próprio trabalho, situando-as no contexto maior de um trabalho que diz respeito a toda Igreja”<sup>188</sup>.

A preservação da germanidade era um fator importante para os pastores ligados ao Sínodo no sentido de integração entre as comunidades evangélicas. Nestes primeiros anos do século XX percebe-se uma preocupação pela preservação da germanidade no âmbito do Concílio Sinodal de Paraíso, em 1901, que decidiu pela alteração do nome de Sínodo para “Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul” (Sínodo Riograndense)<sup>189</sup>.

Dreher constatou que antes da Primeira Guerra Mundial a língua portuguesa estava presente nas comunidades evangélicas mais expostas à cultura brasileira. As comunidades se “acomodavam” ao meio em que viviam. Ficou evidenciado que os

---

<sup>186</sup> Idem p. 90.

<sup>187</sup> Cf. Idem p. 90.

<sup>188</sup> Idem p. 91.

<sup>189</sup> Cf. Idem p. 85.

descendentes de alemães não estavam preocupados com a sua germanidade como o Sínodo, e acentuavam a sua brasilidade diante dos “alemães do Reino”<sup>190</sup>.

O uso crescente do português, no entanto, não significava que os membros de comunidade estivessem se integrando conscientemente na sociedade brasileira, querendo, ainda, negar o seu caráter germânico. O fato é que eles se aferravam com uma certa ingenuidade a seu caráter germânico. Isso se evidencia na expressão comum até 1914: “nós e os brasileiros”; estavam cientes de serem diferentes dos brasileiros de língua portuguesa, mas não faziam questão de acentuar o seu caráter germânico.<sup>191</sup>

O conflito existente entre a etnia alemã e o nacionalismo brasileiro nas comunidades evangélicas norteou os fatos ocorridos com elas de 1900 até a Segunda Guerra Mundial. Desde 1900 não havia unanimidade entre os pastores do Sínodo Riograndense e das comunidades evangélicas sobre o relacionamento entre Igreja e germanidade. Segundo Dreher, “enquanto o pastor com formação acadêmica via sua função mais ligada à pregação e na transmissão dos valores culturais, (diga-se: germanidade), o missionário preocupava-se exclusivamente com a pregação do Evangelho”<sup>192</sup>. Vemos maior adesão à idéia de preservação da germanidade entre pastores com formação acadêmica que de missionários. Porém, não é correto afirmar que todos os pastores com formação acadêmica defendiam esta postura. Certamente também houve missionários que interviriam na preservação da germanidade<sup>193</sup>.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, durante os primeiros anos o Brasil manteve uma posição de neutralidade. Boa parte dos pastores ordenados que atuavam no Brasil, “ainda não estava dispensado do dever de retornar ao Reich no caso de convocação, [e] pôs-se à disposição dos consulados, que, porém, nem

<sup>190</sup> Conforme Dreher, eram considerados alemães do Reino os que vieram para o Brasil depois da criação do Reino Alemão em 1871. DREHER, 2003, p. 92.

<sup>191</sup> DREHER, 2003 p. 92.

<sup>192</sup> Idem p. 93.

<sup>193</sup> O termo germanidade refere-se a características culturais alemãs, incluindo idioma, costumes e religião.



sempre puderam possibilitar a travessia”<sup>194</sup>. Neste contexto havia no Sínodo Riograndense uma grande preocupação pela manutenção de pastores no Brasil, impedindo seu retorno à Alemanha. A falta de pastores sempre foi um problema a ser superado no Brasil, desde a formação das primeiras comunidades do Rio Grande do Sul. Prien afirma que “no início da guerra, a carência de pastores não estava resolvida em absoluto, o que se devia principalmente a dois fatores: o primeiro pelo retorno de alguns pastores à Alemanha e o segundo pelo crescimento das comunidades”<sup>195</sup>.

Em 25 de outubro de 1917, quando ocorreu a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, impôs-se uma série de limitações aos teuto-brasileiros. Entre estas limitações estava a proibição do uso da língua alemã, violações contra o patrimônio eclesiástico, a interrupção da imprensa em língua alemã e o fechamento de escolas. “Em fins de janeiro de 1918, a maioria das escolas alemãs no RS estava fechada. Segundo a estimativa de Rotermund e Braunschweig, as autoridades, por influência nativista, aproveitaram a oportunidade a fim de dar o golpe de misericórdia na escola alemã”<sup>196</sup>.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, o Sínodo Riograndense se reestruturou. Esta reestruturação foi liderada pelo pastor Hermann Gottlieb Dohms. Segundo Dreher, o programa elaborado por Dohms para a Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul visava que “essa Igreja deve ser Igreja de bases populares alemãs ou Igreja do grupo étnico germânico e, além disso, uma Igreja Evangélica, e evangélica, significa para Dohms, luterana”<sup>197</sup>. Durante os anos de liderança de Dohms, houve a criação de um sistema educacional do Sínodo, para obter melhores

---

<sup>194</sup> PRIEN, 2001, p.188.

<sup>195</sup> Idem p.189.

<sup>196</sup> Idem p. 192.

<sup>197</sup> DREHER, 2003, p. 101.

resultados no seu projeto<sup>198</sup>. Porém, o projeto de Dohms não era adequado a todas as comunidades evangélicas do Sínodo:

Ao estudarmos a posição adotada pelas comunidades na questão da germanidade nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, temos que distinguir entre comunidades rurais e comunidades urbanas; comum a ambas é o fato de não apoiarem a luta pela preservação da germanidade, que seus pastores fundamentavam teologicamente. Para a maioria dos membros da comunidade, a Alemanha nada mais era do que um conceito geográfico, no qual, quando muito, se ficava sabendo algo na escola ou através de jornais. Mesmo assim, o alemão continuava sendo língua usual nas regiões rurais<sup>199</sup>, um fenômeno que pode ser observado após Segunda Guerra Mundial<sup>200</sup>.

A notícia da ascensão de Hitler ao governo da Alemanha, em 1933, foi recebida com entusiasmo por pastores evangélicos. Inicialmente, a maioria dos pastores, incluindo Dohms, desconhecia as intenções de Hitler e acreditavam ser este fato político uma revolução<sup>201</sup>. Porém este fato causou uma divisão em três grupos dos pastores evangélicos no Rio Grande do Sul:

[...] o mais numeroso, abrangia dois terços dos pastores, denominava-se de Pastorado Nacional-Socialista e dava-se, concomitantemente, o nome de “Teuto-Cristãos do Brasil”; os outros dois grupos eram a Igreja Confessante, liderada por Gustav Reusch [...], e o grupo que se reunia em torno do Pastor Hermann Dohms, Diretor do Instituto Pré-Teológico, cujo objetivo era o de manter neutralidade no “Kirchenkampf”<sup>202</sup>,<sup>203</sup>.

Conforme Dreher, no Concílio Sinodal de Cachoeira do Sul, em 1935, ficou evidente que esses grupos de pastores pouco sabiam o que ocorria na Alemanha. Em 1937, os pastores Nacional-Socialistas “deixaram de se apresentar como grupo”. Porém, haviam associações não ligadas a Igreja que realizava propaganda nazista para teuto-brasileiros.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, os teuto-evangélicos sofreram repressões por parte do governo brasileiro. Isto ocorreu principalmente pelo fato de a

<sup>198</sup> Cf. Idem p. 101.

<sup>199</sup> Isso pode ser melhor compreendido no terceiro capítulo deste trabalho, onde serão objeto de estudo três comunidades evangélicas rurais.

<sup>200</sup> DREHER 2003, p. 155.

<sup>201</sup> Cf. Idem p. 115.

<sup>202</sup> Discussões internas do protestantismo alemão.

<sup>203</sup> DREHER, 2003, p. 123.

maioria dos teuto-evangélicos falar a língua alemã. Antes mesmo da declaração de guerra ao Eixo, o governo brasileiro já havia imposto algumas restrições ao uso da língua alemã, principalmente em ambientes urbanos<sup>204</sup>.

A partir de 1942, “após a declaração de guerra, a onda de aprisionamentos também atingiu imediatamente os pastores alemães, sendo que em maior número no RS”<sup>205</sup>, devido ao uso da língua alemã nos cultos. Além disso, pastores não eram nascidos no Brasil eram proibidos de trabalhar em regiões de fronteira internacional<sup>206</sup>.

A recomendação do Sínodo Riograndense era que as comunidades e os pastores acatassem as ordens do governo brasileiro. Isto para evitar o aumento da repressão policial sobre os teuto-evangélicos e para manterem a existência e a continuidade das comunidades evangélicas.

Para poder fazer frente às necessidades surgidas com as vacâncias forçadas, Dohms chamou de volta a São Leopoldo os alunos das séries superiores do Instituto Pré-Teológico, que se encontravam de férias. Após breve preparo, enviou-os com “substitutos” às comunidades “abandonadas”. Dentro de pouco tempo eram enviados aos pastores, leigos e substitutos uma agenda, hinário e pré-dica em língua portuguesa. Com essas soluções emergenciais, a vida comunitária e o trabalho sinodal puderam ser mantidos durante a Guerra<sup>207</sup>.

A situação das comunidades evangélicas rurais era delicada durante a Campanha de Nacionalização. Principalmente nas comunidades de fronteira internacional que tinham carência de pastores e que os teuto-evangélicos não estavam ainda habituados com a língua portuguesa. Por outro lado, membros de comunidades urbanas estavam divididos entre os que defendiam uma igreja com

---

<sup>204</sup> Cf. Idem p. 148.

<sup>205</sup> PRIEN, 2001, p. 459.

<sup>206</sup> Cf. Idem p. 459.

<sup>207</sup> DREHER, 2003, p.151.

base no elemento étnico, influenciada pelas idéias nacional-socialistas, e os que contestavam a propaganda nacional-socialista<sup>208</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial houve uma mudança de postura por parte da Igreja Evangélica. Essa mudança estava relacionada a não permanecer exclusivamente alemã. A Igreja Evangélica se assumiu enquanto Igreja no Brasil. Surgia um novo momento para a Igreja Evangélica Luterana em terras brasileiras, um tempo de reconstrução e reorganização<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> Cf. Idem p. 156.

<sup>209</sup> Cf. Idem , p. 223.

### 3 COMUNIDADES EVANGÉLICAS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

#### 3.1 A Colonização da região de Santa Rosa

Desde o período inicial da ocupação e divisão da América do Sul por espanhóis e portugueses as terras situadas na região que hoje abriga a grande Santa Rosa ainda não estavam bem demarcadas. As terras da região de Santa Rosa passaram por diversos tratados entre Portugal e Espanha até serem definidas como pertencentes aos portugueses<sup>210</sup>.

De acordo com o Tratado de Tordesilhas de 1494, essas terras pertenciam à Coroa Espanhola. O projeto político espanhol para a região às margens do Rio Uruguai era a formação de missões coordenadas por padres jesuítas com os índios guarani. Essas missões eram verdadeiras cidades, onde os indígenas viviam em comunidades<sup>211</sup>.

De acordo com um levantamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, nas terras da região eram plantados os ervais das missões. Com a guerra guaranítica no século XVIII, a destruição das missões e o Tratado de Madri, em 1750, essas terras passaram para o poder dos portugueses. Porém o domínio definitivo das terras de Santa Rosa por parte dos portugueses só foi possível em

---

<sup>210</sup> Cf. BONES, Elmar. **SLC 60 anos**. Porto Alegre: L&M, 2005. p. 18.

1801. Neste ano, sob o comando de Borges do Canto, milicianos gaúchos “tomaram de assalto o território das missões<sup>212</sup>”. Geralmente as terras da região eram dadas em recompensa a militares graduados, os quais não tinham interesse em investir nelas.

Em 1890 foi instalada a colônia de Ijuí, dando início ao processo que finalmente culminou na efetiva ocupação e povoamento da região do Alto Uruguai. Novas colônias foram criadas na região, recebendo pessoas das “colônias velhas”. Essas pessoas migravam à procura de novas terras para cultivar, tendo as “colônias velhas” excedente de pessoal.

Nas colônias surgidas no século XX não se encontravam indígenas como era o caso na instalação das “colônias velhas”. “Os índios remanescentes das Missões estavam cansados de guerra. Haviam sido concentrados em toldos, recebiam apoio do governo<sup>213</sup>, ou seja, em reservas indígenas.

O projeto de colonização elaborado pelo governo de Borges de Medeiros do Rio Grande do Sul, no início século XX, visava ajudar a quem já morava na região noroeste do Rio Grande do Sul como posseiro, possibilitando a legalização de terras e oferecendo a estrutura básica nas colônias. Esse projeto foi elaborado desde 1915, pelo Engenheiro Torres Gonçalves, diretor do órgão “Terras e Colonização”, que compartilhava das idéias positivistas que vigoravam no Rio Grande do Sul com o advento da República. Esse pensamento positivista visava a valorização dos elementos nacionais no sentido de nacionalizar o território do estado. Entre outras

---

<sup>211</sup> Cf. Idem p. 19.

<sup>212</sup> Idem p. 20.

<sup>213</sup> Idem p. 25.

medidas, o projeto Terras e Colonização valorizou a demarcação das terras indígenas, principalmente na região do Alto Uruguai<sup>214</sup>.

O projeto Terras e Colonização visava à criação de colônias mistas na região do Alto Uruguai, ou seja, constituídas de pessoas de diferentes etnias, evitando-se o surgimento dos “quistos” raciais. Além disso, essa integração favorecia o desenvolvimento do nacionalismo brasileiro nas novas colônias<sup>215</sup>. Conforme este projeto:

O governo estadual concedia áreas a serem colonizadas por companhias privadas. Os lotes eram vendidos em condições facilitadas. O governo ainda pagava despesas de transporte, financiava ferramentas e sementes, pagava alimentação, hospedagem, inclusive adiantava dinheiro<sup>216</sup>.

Entre os grupos étnicos que migraram para a região, a maioria era de alemães, seguidos de italianos, poloneses, eslavos e luso-brasileiros. Os lotes de terras geralmente eram adquiridos por meio de compra através de empresas privadas, ou também em troca de serviços prestados ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os imigrantes vinham para essa região na condição de proprietários de terras. Isso estimulou o rápido desenvolvimento das colônias criadas na região de Santa Rosa, que pertenciam ao município de Santo Ângelo. A colônia de Santa Rosa foi criada em 1914 e impulsionou a criação das demais colônias localizadas no interior da região, entre elas: Buricá (Três de Maio), Belo Horizonte (Horizontalina) e Esquina Guajuvira (Dr. Maurício Cardoso).

---

<sup>214</sup> GIARETTA, Jane G. S. **A introdução do colonizador no espaço rio-grandense**. Artigo pdf [www.upf.br](http://www.upf.br)

<sup>215</sup> Cf. Idem p. 25.

<sup>216</sup> Idem p 26.

## 3.2. Surge a comunidade evangélica de São Paulo em Três de Maio

### 3.2.1 A localidade de Buricá

É impreciso afirmar a data em que vieram os primeiros habitantes para as terras que hoje formam o município de Três de Maio. Sabe-se que por volta de 1915 foi iniciado um processo colonizador nestas terras. Conforme dados da Prefeitura Três-maiense as primeiras famílias a chegarem neste povoado foram: Rossi, Girardi, Benatti, Bonfanti, Stunf, Nass, Briesch, Hamann, Stajack, Jacob, Kamm, Scherer, Knappe, Bless, Pohl, Metzka, Frank, Kochewitz, Willig, Veronese, Rehbein, Logemann, Martini, Cereser, Dockhorn, Schaeffer, Nagel e outras.

Os colonos migravam rumo ao rio Buricá procurando as “terras roxas”<sup>217</sup>. Por isso o primeiro nome da localidade foi Buricá. Diversos núcleos coloniais se formaram na região inicialmente, sendo o de Buricá o que mais se desenvolveu devido ao fluxo migratório da década de 1920<sup>218</sup>.

A grande maioria das pessoas que migraram para a colônia de Buricá eram agricultores. Porém, com o aumento populacional, pessoas de diferentes profissões fixaram residência na localidade: Frederico Willig (ferreiro), Casemiro Kochewitz, Antonio Cereser, Frederico Franck (comerciantes em Flor de Maio), Pedro Krewe (açougueiro), Maria Pinzon (parteira), Alma Schaeffer (costureira), Augusto Muller e Germano Reimann (mecânicos), Carlos Lupz (padeiro), Albino Schunke (farmacêutico), Pedro Giacomelli (alfaiate), Alberto Martens (hoteleiro), Eugênio Schaeffer (funileiro), Emiliano Cassol (carpinteiro), José Gresele (sapateiro), Ricardo

<sup>217</sup> Conforme o censo comum são terras de coloração escura, muito férteis nas proximidades do rio Uruguai.

<sup>218</sup> Conforme dados coletados no site da Prefeitura Municipal de Três de Maio: <http://www.tresdemaio.com.br/historia.htm> em 27/09/2008



Rusch e Carlos Verri (barbeiros), Rodolfo Nass (motorista de carro de aluguel), Germano Dockhorn (motorista de caminhão de carga), Jorge Reimann (oleiro), Emilio Boesk (serrador), Constante Meller (moleiro) e Walter Kreher (fabricante de bebidas e caramelos)<sup>219</sup>.

Na prestação de serviços em Buricá havia: Ernesto Mullenschlader (médico), Arlindo Ruschel (dentista), Amália Drews (agente postal), Amandio Araújo (juiz de casamentos), Humberto Spilari (ourives), Luiz Giacomelli (advogado) e Albino Veronese (telefonista). Foi de Casemiro Kochewitz a primeira casa de madeira construída em Três de Maio e de Leopoldo Vontobel a primeira casa de alvenaria<sup>220</sup>.

O nome Três de Maio foi escolhido em homenagem ao aniversário de Nely Dane Logemann, pessoa que muito se esforçou para a construção do Clube Buricá, importante ponto de referência entre os moradores de Buricá. No aniversário de dez anos de clube, na década de 1930, a localidade passou a ser chamada de Três de Maio<sup>221</sup>.

### **3.2.2 O distrito de Três de Maio**

Em 1931 Três de Maio passou a ser o Segundo Distrito do recém criado município de Santa Rosa. O primeiro sub-prefeito de Três de Maio foi o major Antonio Joaquim Rodrigues e o primeiro escrivão, Vilarim Rodrigues. Esse distrito passava por um processo de aumento populacional, que em 1940 contava com mais de 10 mil habitantes<sup>222</sup>.

---

<sup>219</sup> Idem

<sup>220</sup> Idem

<sup>221</sup> Idem

<sup>222</sup> Idem

Durante o governo de Vargas, existia na localidade grande participação na Ação Integralista Brasileira (AIB), que possuía características semelhantes a ideologias de caráter fascista. Com o fechamento da AIB, os integralistas foram perseguidos e o líder Plínio Salgado foi exilado. Vários partidários do integralismo em Três de Maio foram presos e levados para prestarem depoimento em Santa Rosa. Após liberados pela polícia, os tresmaenses não tinham ônibus a disposição para retornarem a Três de Maio. Muitos tiveram que retornar a pé ou conseguir “carona” de carroça<sup>223</sup>.

Durante o período da Campanha de Nacionalização proposto por Vargas em 1942, ocorreram várias prisões. Essas prisões eram direcionadas a alguns poucos simpatizantes de Hitler, mas principalmente de estrangeiros de origem alemã e italiana e pessoas que falavam pouco ou quase nada a língua portuguesa, mas que falavam alemão ou italiano<sup>224</sup>.

Na década de 1940, a população começou uma mobilização para a elaboração de uma campanha em prol da emancipação do Distrito de Três de Maio. Os tresmaenses almejavam melhorias para a localidade e realizaram enorme mobilização. O município foi criado em meados da década de 1950.

### **3.2.3 O início da Comunidade São Paulo de Três de Maio:**

A comunidade Evangélica de Três de Maio surgiu em 1918. Desde o início essa comunidade recebeu a denominação de Comunidade Evangélica São Paulo. Os pastores que atendiam essa comunidade eram itinerantes<sup>225</sup>, normalmente provindos de Ijuí e de Buriti. O primeiro culto evangélico celebrado na região Santa

---

<sup>223</sup> Conforme documentário **Guerreiros desta pátria, momentos amargos de nossa história**. Produzido pelas acadêmicas do curso de Comunicação Social da UNIJUÍ Fabiane Weidmaan. Alessandra Fichelberger e Andréia Sommer.

<sup>224</sup> Idem.

Rosa - Buricá foi em junho de 1918 pelo P. Egon Koch, de Buriti. Esse culto foi realizado na casa de Friedrich Redel. Neste dia inscreveram-se como membros as famílias dos senhores Adolf Drews, Bernhard Drews, Oscar Bendix, Rudolf Pless e Friedrich Redel<sup>226</sup>.

Imediatamente os membros da comunidade evangélica se mobilizaram e construíram uma casa de madeira. O terreno havia sido doado pelo engenheiro Frederico Jorge Logemann. Na frente da casa fora construído um salão para a realização dos cultos e atividades comunitárias. Atrás havia quartos para o pernoite dos pastores; posteriormente, este recinto se tornou moradia efetiva do pastor. Nos fundos da casa foi feito um estábulo para os cavalos utilizados pelos pastores<sup>227</sup>.

Até 1922 a Comunidade Evangélica São Paulo recebeu a assistência dos pastores Koch, Kamer, Halle e Westphal. Todos eles eram itinerantes e percorriam longas jornadas com seus cavalos para atenderem as longínquas comunidades que se formavam na região da Colônia de Santa Rosa. O primeiro pastor a se estabelecer na Comunidade Evangélica São Paulo foi o P. Franz Kreutler, chegado a 11 de maio de 1922<sup>228</sup>.

Outras comunidades surgiram em regiões de área rural: a comunidade de Mato Queimado, fundada em 1920; a comunidade de Caúna, também fundada em 1920; Quineira, fundada em 1929; Bom Jardim, também fundada em 1929; Estrada Barrinha, fundada em 1939; Manchina, fundada em 1949; Comunidade de Vila Quaraim, fundada em 1949 e Morangueira da Consolata, fundada em 1950<sup>229</sup>.

Em 1922 teve início a “*Gemeindeschule*” (Escola da Comunidade), sendo o primeiro professor dessa escola o próprio P. Franz Kreutler. No ano seguinte a

---

<sup>225</sup> Conforme referido no segundo capítulo deste trabalho, p.56.

<sup>226</sup> Conforme revista comemorativa dos 50 anos da comunidade evangélica em Três de Maio.

<sup>227</sup> TESCHE, Benno, **Entrevista**. Três de Maio, 10/2008.

<sup>228</sup> Revista comemorativa dos 50 anos da Comunidade Evangélica São Paulo, p. 19 a 23.

escola filiou-se à Associação Serrana das Escolas (Serra-Verband). Nestes primeiros anos, as aulas eram ministradas na casa da comunidade e tinham caráter particular<sup>230</sup>.

A comunidade evangélica de Três de Maio logo se mobilizou para a construção do seu primeiro templo. Em 1925 era inaugurada a primeira capela da comunidade. Construída de alvenaria, a capela foi preservada e está a serviço da comunidade até os dias atuais. Esta capela substituiu a casa da comunidade, que continuou sendo usada para outras atividades relacionadas à comunidade<sup>231</sup>.

Os prédios da Comunidade Evangélica São Paulo ficam em frente aos prédios da Igreja Católica de Três de Maio. Nos primeiros tempos, os padres dessa igreja católica eram da ordem dos jesuítas. No bairro São Francisco vieram padres da ordem dos capuchinhos. Existia grande rivalidade entre os padres jesuítas com relação aos pastores evangélicos<sup>232</sup>.

Ali tinha um padre que era meio caxias. Ele não admitia que um católico vinha do lado de cá. Até em dia de festa ele proibia. Era um velho jesuíta, né? Os capuchinos estavam criando uma amizade com os evangélicos e esse jesuíta com mais meia dúzia de cabeçudo de dentro da igreja foram lá e ajeitaram para eles irem embora daqui. Toda a vila São Francisco era deles. Eles foram para Ijuí e fundaram a FIDENE<sup>233</sup> lá. Toda a FIDENE podia ter sido aqui.<sup>234</sup>

Mesmo com a rivalidade entre as ordens religiosas, leigos católicos e evangélicos promoviam a política da boa vizinhança e “participavam mutuamente das atividades festivas das duas igrejas”<sup>235</sup>. Tanto, que na localidade de Três de Maio os casamentos de pessoas de diferentes denominações religiosas eram

<sup>229</sup> Idem, p. 19 a 23.

<sup>230</sup> Cf. HASENACK, Martin H. **História dos 40 anos da setrem**. Três de Maio: Samavi, 1990, p. 5.

<sup>231</sup> Revista comemorativa dos 50 anos da Comunidade Evangélica São Paulo, p. 19-23

<sup>232</sup> TESCHE, Benno, **Entrevista**. Três de Maio, 10/2008.

<sup>233</sup> Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, mantenedora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); a Escola de Educação Básica Francisco de Assis (EFA); o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) e a Rádio e Televisão Educativa (RTVE).

<sup>234</sup> TESCHE, Benno, **Entrevista**. Três de Maio, 10/2008

<sup>235</sup> Idem.

freqüentes. Percebemos a tentativa dos jesuítas em estabelecer fronteiras simbólicas<sup>236</sup> que segregavam o catolicismo do protestantismo. Havia um medo da “contaminação”<sup>237</sup> era mais presente no contexto católico do que evangélico em Três de Maio.

Nos primeiros tempos, os cultos eram realizados em língua alemã. Os hinários e as bíblias eram levados pelos próprios membros à igreja. Os hinos freqüentemente entoados nos cultos eram do hinário evangélico . Todos eles eram cantados em língua alemã até 1942<sup>238</sup>.

A paróquia de Três de Maio arcava com a contribuição financeira a favor do Sínodo Riograndense. Isto significava que as comunidades localizadas nas áreas rurais não realizavam contribuições financeiras para o Sínodo Riograndense e dependiam sumariamente da paróquia de Três de Maio<sup>239</sup>.

Em 1927 o P. Helmut Sanne assumiu as funções pastorais na Comunidade Evangélica São Paulo. Sanne permaneceu apenas um ano na comunidade, se tornando pioneiro na assistência pastoral aos evangélicos da área rural da comunidade, que tinham difícil acesso aos cultos por causa da distância, falta de meios de locomoção e situação precária das estradas<sup>240</sup>.

No ano seguinte, veio assistir a Comunidade Evangélica São Paulo o P. Oswald Willy Seifert. Este pastor permaneceu à frente da comunidade nos anos de 1928 a 1930. Foi afastado da comunidade por causa de divergências e discussões

---

<sup>236</sup> Conforme primeiro capítulo, p.16

<sup>237</sup> Conforme primeiro capítulo, p. 19.

<sup>238</sup> TESCHE, Benno, **Entrevista**. Três de Maio, 10/2008

<sup>239</sup> Conforme livro de Atas da comunidade evangélica de Três de Maio.

<sup>240</sup> Revista comemorativa dos 50 anos da Comunidade Evangélica São Paulo, p. 19 a 23

ocorridas com muitos membros. Criou atritos inclusive com comunidades do interior, e passou a atuar como “pastor livre”<sup>241</sup>.

Depois deste episódio, em 1931 chegou à Comunidade Evangélica São Paulo o P. Willy Arthur Müller. Neste ano “a escola foi transferida à então recém-fundada Sociedade Escolar Santa Rosa (*Deutsch-Brasilianischer Schulverein*), sociedade independente, continuando as aulas a funcionar na Casa da Comunidade”<sup>242</sup>. Porém, por causa de compromissos assumidos e não cumpridos, ocorreu um rompimento com a Sociedade Escolar Santa Rosa e a escola retornou à tutela da comunidade. Em 1932 a escola passou a ter novo nome: “Colégio Centenário”. Foi eleita uma nova direção para a escola<sup>243</sup>.

O P. Müller permaneceu assistindo a comunidade por apenas um ano e foi substituído pelo P. Erwin Eyssel. O P. Eyssel assistiu a comunidade dos anos entre 1932 e 1936. Durante a atuação do Pastor Eyssel na Comunidade Evangélica São Paulo foi criado o grupo da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE). Entre as atividades da OASE estavam reuniões de mulheres. Contudo, muito marcante para a comunidade era a preparação dos alimentos pelas mulheres por ocasião das festas da comunidade<sup>244</sup>. Cabiam às senhoras da OASE a produção das cucas que eram vendidas nas festas. Dois dias antes das festividades a cozinha da comunidade era ocupada por essas mulheres que sovavam juntas enorme quantidade de massas, muitas vezes em clima extremamente quente, principalmente na época do Natal<sup>245</sup>.

Eu lembro que nas festas nós ia ajudar a mãe que participava da OASE. As mulheres da OASE sempre fizeram as coisas da cozinha da comunidade.

<sup>241</sup> Conforme Wachholz o termo “pastor livre” representa um pastor livre em relação a um sínodo e não a comunidade p.

<sup>242</sup> HASENACK, 1990, p. 6.

<sup>243</sup> Conforme Hasenack, a direção da escola não ficou vinculada a direção da comunidade.

<sup>244</sup> SCHULTZ, Dóris. **Entrevista**. 11/2008.

<sup>245</sup> Idem.

Elas matavam as galinhas e colocavam nuns tachos enormes com água quente e nós sentava no chão e depenava as galinhas<sup>246</sup>.

A partir do exemplo do trabalho realizado pela OASE, vimos que permaneceu na memória coletiva da época, a função da OASE estar ligada, principalmente, em relação ao preparo de alimentos nas festas comunitários. Isto influenciou a memória individual dos evangélicos, principalmente masculinos.

Em julho de 1932 a comunidade começou a cogitar a possibilidade de adquirir seu próprio sino. Para o P. Eyssel, os sinos significavam o anúncio dos acontecimentos alegres e tristes<sup>247</sup>. Diversos membros da comunidade se mobilizaram no sentido de conseguir a aquisição dos sinos para a comunidade.

Em agosto do mesmo ano discute-se a proposta de duas empresas, a Bromberg e a Companhia Porto Alegre, oferecendo dois sinos um de 440 Kg e o outro de 300 Kg em um valor de 8 mil réis. Em 28 de outubro de 1932 é apresentada na reunião da comunidade uma proposta que logo é aceita, no valor de 7:750 réis posto em Ijuí, pagamento de 50% e 90 dias para o pagamento do saldo. Também é discutida a origem do dinheiro que seria através de doações e de festas com um caixa específico para tal. Além disso, pensaram na construção da torre sendo os responsáveis pela comissão pró-construção Emil Tesche, Gutav Albert Felten, Karl Lips, Ferdinand Rusch, Emil Boeck e P. Eyssel. Responsáveis pela construção da torre: Christian Zillmer, Albin Schaffer, Willi Geestorf, Otto Frisch, Wilhelm Hirsch, August Ziemann, Emil Behling, Ervin Gewehr, Artur Markendorf, Wilhelm Schröder. A coleta foi feita através de listas realizadas pela OASE e por Albino Schincke, um membro não identificado e o Pastor Eyssel.<sup>248</sup>

Também durante o período em que o P. Eyssel permaneceu na Comunidade Evangélica São Paulo foi criado um coral da comunidade. Este coral entoava hinos evangélicos na língua alemã, durante os cultos oficiados pelo P. Eyssel<sup>249</sup>.

Segundo relatos, esse pastor era simpatizante do nazismo. Esse fato causou forte oposição por parte de católicos e de membros da comunidade evangélica que não concordavam com seu posicionamento político: “Eu nunca me

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> TESCHE, Leomar. **Por quem os sinos dobram?**In: Revista 50 anos da construção da Igreja da Comunidade Evangélica São Paulo. 2007, p. 12.

<sup>248</sup> Idem p. 12.

<sup>249</sup> TESCHE, Benno. **Entrevista**. 10/2008.

esqueço que houve uma briga... não sei com quem. Vinham e falavam umas palavras feias na frente da casa do pastor. Esse pastor... ele era todo do Hitler!"<sup>250</sup>.

Este fato ilustra o conflito existente entre a identidade étnica germânica e o nacionalismo brasileiro. Posteriormente, o resultado deste conflito foi repressão e imposição dos ideais do grupo controlador do Estado. Dentre os mecanismos utilizados pelo grupo nacionalista brasileiro foi a coerção política imposta pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, que se alastrou por todo o território nacional, independentemente da densidade demográfica e importância econômica da região.

Muitos evangélicos simpatizavam com Hitler, principalmente pela reviravolta da crise mundial na Alemanha durante seu governo. Através dos depoimentos podemos ver que esta simpatia era demonstrada de maneira discreta. Isto se deveu principalmente ao cuidado com os conterrâneos de outras origens étnicas. Apesar da postura política do Pastor Eyssel em relação à simpatia ao nazismo, no interior da comunidade este fato não lhe impediu de desempenhar seu papel, não sofrendo sanções ou oposição por parte da comunidade.

Em 1937 assumiu as atividades pastorais Heinz Kretschmer, que atuou na comunidade até o ano de 1942. Durante seu pastorado, as atas e os registros da Comunidade Evangélica deixaram de ser escritos em alemão e passaram a serem registrados em língua portuguesa. Devido a conflitos internos, no primeiro ano de atividades de Kretschmer foi constituída uma diretoria de conciliação, "para superar as dificuldades de relacionamento entre as diretorias da comunidade e da Escola"<sup>251</sup>.

A partir de 1941 cada membro da comunidade deveria fazer uma contribuição financeira pelos serviços religiosos com exceção das pessoas que não

---

<sup>250</sup> TESCHE, Benno. **Entrevista**. 10/2008, referindo-se ao pastor Eyssel.

<sup>251</sup> MUSSKOPF. Egon H. **Sinal Verde para crescer**. Novo Hamburgo: Echo, 2003, p. 10.



tenham recursos para o pagamento de funeral e batismo de emergência. Essa medida foi tomada por causa de problemas financeiros da comunidade<sup>252</sup>.

Na assembléia de 1942 foi decidida a venda do prédio da escola. As aulas haviam sido suspensas devido a Campanha de Nacionalização promovida por Getúlio Vargas. Ficou decidido na assembléia que as comunidades da área rural também deveriam passar a pagar sua contribuição para o Sínodo Riograndense<sup>253</sup>.

Por causa da ditadura de Vargas e a pouca disponibilidade de pastores, a comunidade teve dificuldades em contratar um pastor após a saída de Kretschmer em 1942. O P. Kretschmer estava se transferindo de comunidade, pois, por ter origem estrangeira, era impedido de permanecer em região de fronteira. Foi designado como pastor substituto Bertholdo Weber. Weber permaneceu pouco tempo como pastor em Três de Maio, pois havia sido chamado a servir na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para lutar na Segunda Guerra Mundial<sup>254</sup>.

Durante a Campanha de Nacionalização, os cultos evangélicos passaram a ser realizados em língua portuguesa por causa da proibição da língua alemã em território brasileiro. As crianças do Ensino Confirmatório passaram a aprender os dez mandamentos e o Credo Apostólico em língua portuguesa. Os hinários em língua alemã tiveram que ser escondidos e substituídos por hinários escritos em língua portuguesa. O próprio coral da Comunidade Evangélica teve que refazer todo seu repertório e traduzir todos seus cantos<sup>255</sup>.

Por encontrar-se a comunidade numa colônia mista, o uso da língua portuguesa não representou um problema para a juventude. Os jovens de Três de Maio estavam mais habituados a falar a língua portuguesa do que as pessoas

---

<sup>252</sup> Conforme livro de atas da comunidade evangélica São Paulo.

<sup>253</sup> Idem

<sup>254</sup> TESCHE, Benno. **Entrevista**. 10/2008

<sup>255</sup> Idem.

idosas. Porém, isso não impediu que, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, as aulas do Colégio Centenário fossem suspensas<sup>256</sup>.

Diversos membros da comunidade evangélica de Três de Maio foram perseguidos e presos por falar em alemão, e devendo prestar depoimento em Santa Rosa perante o delegado após levados pela polícia. Depois de liberados tinham que retornar à localidade de Três de Maio com meios próprios. Como não existia linha rodoviária que ligasse Santa Rosa a Três de Maio, a maioria dos presos teve de voltar a pé<sup>257</sup>. Muitos evangélicos decidiram escapar das perseguições, migrando para a Argentina, pois esse país vizinho, além de estar muito próximo de Três de Maio, mantinha neutralidade frente à Segunda Guerra Mundial<sup>258</sup>.

Houve casos de pessoas de origem alemã que desejavam a vitória de Hitler na Segunda Guerra Mundial. Estas pessoas se uniam a pessoas de origem italiana que igualmente desejavam a vitória de Mussolini. Escondiam-se em meio a mata para escutar rádio e saber de notícias da Segunda Guerra Mundial. Existia uma “solidariedade” étnica entre os grupos minoritários para “driblar” a “vigilância” nacionalista.

A polícia política<sup>259</sup> de Vargas invadia casas e confiscava obras escritas em língua alemã. Houve famílias que perderam bibliotecas inteiras, as quais foram incineradas. Algumas bibliotecas tinham livros enfeitados com pedras preciosas e semipreciosas, e escritos em letra gótica alemã. Muitos jornais em língua alemã

---

<sup>256</sup> MUSSKOPF 2003, p. 10.

<sup>257</sup> Conforme documentário **Guerreiros desta pátria, momentos amargos de nossa história**. Produzido pelas acadêmicas do curso de Comunicação Social da UNIJUÍ Fabiane Weidmaan, Alessandra Fichelberger e Andréia Sommer.

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> Papel desempenhado pela Brigada Militar.

foram queimados. Também o serviço do correio passava por censura por parte dos policiais de Vargas<sup>260</sup>.

Em 1944 o P. Guido A. Tornquist que já assistia à comunidade de Horizontina assumiu temporariamente as atividades pastorais em Três de Maio. Isso se deu pelo fato de a região ser considerada área de segurança nacional e a maioria dos pastores do Sínodo Riograndense ser de nacionalidade alemãs. Quem fosse nascido na Itália, Alemanha e Japão era proibido de habitar regiões de fronteira internacional. Porém, devido à sobrecarga de atividade em duas comunidades pelo o pastor Tornquist, o P. Harald W. Röpke<sup>261</sup> assumiu temporariamente o pastorado de Três de Maio<sup>262</sup>.

Ainda em 1944, foi contratado o pastor Arno Dreher para assistir a Comunidade Evangélica São Paulo. Dreher permaneceu quatro anos em Três de Maio e conduziu a comunidade no período posterior à ditadura varguista. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial e a língua alemã pode ser novamente falada em território nacional, as pessoas de origem alemã se reuniram para comemorar no Clube Buricá. Para a comemoração os teuto-evangélicos começaram a cantar: “*trink, trink, bruederlein trink*”<sup>263</sup>, tamanha era a felicidade delas com o fim das perseguições<sup>264</sup>.

Apesar disso, vemos que a Campanha de Nacionalização influenciou profundamente na identidade étnica da Comunidade Evangélica de Três de Maio. A maioria dos membros da comunidade via a si próprios como brasileiros e passar a usar a língua portuguesa nas suas relações cotidianas e comunitárias.

---

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> Veio como Pastor Substituto, conforme capítulo anterior p.66.

<sup>262</sup> GARBRECHT, Ottmar. **Horizontina em Revista**. N1. Joinville: Impressora Ipiranga S.A, 1966. p. 4

<sup>263</sup> Bebam, bebam, irmãozinhos bebam.

A partir de 1945 as aulas do Colégio Centenário foram retomadas e a escola mudou o nome para “Escola Sinodal São Paulo”. Na vida comunitária as línguas alemã e portuguesa passaram a ser utilizadas no ofício das atividades pastorais. Um exemplo disso pode ser percebido no Ensino Confirmatório: os confirmandos continuaram aprendendo o catecismo menor em língua portuguesa, porém os hinos do hinário Luterano deveriam ser cantados em língua alemã. “No dia da confirmação, a prova dos confirmandos feita oral no próprio culto, e nós tínhamos que saber tudo o que o pastor pedia na frente dos nossos pais e de toda a comunidade!”<sup>265</sup>.

Em 1948 foi contratado Comunidade Evangélica de São Paulo o Pastor Julius Gustav Hüdepohl. Este pastor assistiu a comunidade evangélica por 12 anos. Em 1950 a escola Sinodal São Paulo deixou de existir sendo fundada em seu lugar a “Sociedade Escolar Três de Maio”- SETREM.

### 3.3 Em Horizontina surge a Comunidade Dr. Martinho Lutero

#### 3.3.1 A formação vila de Belo Horizonte<sup>266</sup>

É impreciso o ano em que se estabeleceram as primeiras famílias de moradores nas terras que hoje fazem parte do município de Horizontina. Oficialmente, conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Horizontina, a

---

<sup>264</sup> Conforme documentário **Guerreiros desta pátria, momentos amargos de nossa história**. Produzido pelas acadêmicas do curso de Comunicação Social da UNIJUÍ Fabiane Weidmaan. Alessandra Fichelberger e Andréia Sommer.

<sup>265</sup> MÜLLER, Erica. **Entrevista**. 11/2008.

<sup>266</sup> Assim era chamado inicialmente o atual município de Horizontina.

construção do marco de fundação da cidade ocorreu em 18 de setembro de 1927, pelo Engenheiro Frederico Jorge Logemann<sup>267</sup>.

Arno Ecke<sup>268</sup> relata que o primeiro contato que teve com Horizontina foi em 1923. Na ocasião ele tinha onze anos de idade. Afirmou não haverem estradas ligando as localidades de Três de Maio a Belo Horizonte. Era uma picada<sup>269</sup> em meio ao mato fechado, repleto de lamaçal porque o sol não penetrava e praticamente não havia residências no seu percurso<sup>270</sup>.

Conforme a Prefeitura Municipal de Horizontina antes do loteamento realizado por Frederico Jorge Logemann, havia famílias que habitavam a região como “posseiros”. Entre essas famílias se destacam as de Pedro Antônio Vargas, Trajano Vargas, Vargas Vitcel e Osório Antunes de Almeida. No local que compreende hoje o distrito de Cascata do Buricá habitavam as famílias de Joaquim Rodrigues de Lima e seus irmãos e a família de Alfonso Berger, uma das famílias pioneiras na fundação da Comunidade Evangélica em Horizontina<sup>271</sup>.

De acordo com Garbrecht “o Estado do Rio Grande do Sul, deu em pagamento de dívidas pela construção da ponte sobre o rio Ijuí (...) à firma Rosa Logemann e Cia Ltda (...) as terras onde se formou a nova colônia de Belo Horizonte”<sup>272</sup>. Um dos sócios da empresa Rosa Logemann, o Engenheiro Frederico Jorge Logemann tomou posse das terras e promoveu o início da colonização. Famílias de diversas etnias se estabeleceram na nova colônia. Entre essas etnias estavam principalmente alemães, italianos e poloneses. Todas as etnias conviviam

---

<sup>267</sup> GARBRECHT, Ottmar. **Horizontina Cinquentenária**. [ S.l.: s.n], 1978, p. 48-49.

<sup>268</sup> Diretor da Escola de vila Belo Horizonte a partir de 1934.

<sup>269</sup> Aberta pelos moradores de Cascata do Buricá.

<sup>270</sup> ECKE, Arno. Revista Horizontina **Imagens do passado Perfil da atualidade**. Ijuí: Oficina Gráfica de Michaelson & Cia LTDA. 1980,

<sup>271</sup> Conforme “Breve relato histórico e estatístico de Horizontina, publicado em abril de 1978.

<sup>272</sup> Cf. GARBRECHT, 1978, p. 48-49.

pacificamente, tanto na vila que estava se formando, quanto nas áreas rurais para onde grande parte das famílias dos colonos fixou residência<sup>273</sup>.

O engenheiro Frederico Jorge Logemann foi quem construiu a primeira casa de alvenaria da vila Belo Horizonte. Henrique Glaudy abriu a primeira casa comercial da localidade. Rodolfo Irber montou a primeira indústria do lugar: a serraria de Irber e Dürks. Henrique Garbercht construiu um salão que serviu de hospedaria para quem chegava para colonizar as novas terras. Algum tempo depois Reinoldo Feix construiu um hotel<sup>274</sup>.

De acordo com o relato de Arno Ecke, a segunda vez que ele visitou o povoado de Belo Horizonte foi em 1928. Naquela ocasião a localidade apresentava “meia dúzia de casas”<sup>275</sup>. Neste período a Vila Belo Horizonte pertencia ao município de Santo Ângelo.

Em 1931 Santa Rosa tornou-se município, passando a vila de Belo Horizonte a integrar o novo município. Belo Horizonte fazia parte do então Segundo Distrito de Santa Rosa, Três de Maio. Dois anos depois a empresa Dahne, Conceição e Cia era transferida para Belo Horizonte, dando grande impulso para o crescimento do lugar<sup>276</sup>.

Em 1934, Arno Ecke e a sua esposa Laura vieram fixar residência em Belo Horizonte. Ele fora incumbido de dirigir a escola particular do lugar. Ecke observou que a vila havia se desenvolvido muito em relação ao que era em 1928. Segundo ele havia duas serrarias, diversas casas comerciais e hotel. A partir de 1935 foi aberta a primeira farmácia de Belo Horizonte, de propriedade de Helmuto Simm. O

---

<sup>273</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 10/2008.

<sup>274</sup> Cf. ECKE, 1980, p. 8.

<sup>275</sup> Expressão utilizada por Ecke para caracterizar o pouco povoamento da vila.

<sup>276</sup> Cf. ECKE, 1980, p. 9.

pai de Helmut Simm também se estabeleceu em Belo Horizonte, atuando como dentista e prático em medicina<sup>277</sup>.

O primeiro telefone de Belo Horizonte havia sido instalado em 1932 no escritório do engenheiro Frederico Jorge Logemann. Esse telefone tinha ligação e interconexão com o centro de Três de Maio – Santa Rosa. O telefone serviu à população local durante muito tempo<sup>278</sup>.

Conforme Arno Ecke, em 1937 veio o primeiro médico para a vila Belo Horizonte, cujo nome era Ulrico Ambros. Com a vinda do médico começaram obras para a construção do hospital de Belo Horizonte, que, depois de concluído recebeu o nome de Hospital Oswaldo Cruz. Com o passar do tempo o próprio Ambros coordenou a ampliação das instalações do hospital<sup>279</sup>.

### 3.3.2 O distrito de Horizontina

Todo o desenvolvimento da vila de Belo Horizonte permitiu que, em outubro do ano de 1937, a localidade fosse elevada à categoria de distrito de Santa Rosa. O primeiro sub-prefeito de Horizontina<sup>280</sup> foi Francisco Borges que vinha de Três de Maio. Nesta época, o Cartório Distrital foi ocupado por Morena Giacomeli, tabeliã<sup>281</sup>.

Por ocasião da instalação do distrito de Horizontina, “Pedro José Werlang mandou carnear uma rês”<sup>282</sup> para os festejos. Durante as comemorações se fizeram presentes autoridades de Santa Rosa. A instalação oficial de 8º distrito de Santa

---

<sup>277</sup> Idem, p. 10

<sup>278</sup> Cf. Idem p. 10

<sup>279</sup> Idem, p. 11

<sup>280</sup> Há imprecisão na data da mudança do nome da localidade para Horizontina. Em algumas obras encontramos que a mudança ocorreu com a decretação de distrito, enquanto que outros colocam por volta da década de 1940.

<sup>281</sup> ECKE, 1980, p. 11

<sup>282</sup> Idem p. 11.

Rosa ocorreu em 12 de janeiro de 1938, com a denominação de Distrito de Belo Horizonte. “Mas essa denominação não foi bem recebida pelos povoadores, que propuseram e conseguiram simplificar o novo nome para Horizontina”<sup>283</sup>.

A agricultura foi sendo ampliada neste distrito, o que exigia a aquisição e manutenção de ferramentas por parte dos agricultores. Para adquirirem essas ferramentas, os agricultores de Horizontina tinham que se deslocar até Ijuí, o que representava longa viagem<sup>284</sup>.

Para não precisarem mais depender de prestação de serviço especializado de outras localidades, Frederico Jorge Logemann, em parceria com o Balduino Schneider, fundou um oficina de consertos, em Horizontina. Em 14 de junho de 1945, foi fundada a empresa Schneider & Logemann Ltda. (SLC):

A firma teve como marco inicial a compra da pequena oficina e como impulso decisivo o negócio que fizeram com Frederico Plegge e sua esposa. Os sócios Frederico Jorge Logemann e Balduino Schneider adquiriram de Francisco Plegge e sua esposa uma serralha montada e um moinho tipo colonial com duas pedras, movidas por um motor Otto Deutz de 40 hp, alimentado a gasogênio, bem como todos os seus acessórios, inclusive a rede elétrica que fornecia luz ao povoado.<sup>285</sup>

A partir de 1947 a empresa Schneider & Logemann Ltda. iniciou a fabricação de trilhadeiras. A empresa também operava com beneficiamento de madeira, moagem de trigo e milho, além de oferecer manutenção de máquinas. Essa empresa deu grande impulso ao desenvolvimento de Horizontina. Pouco tempo depois o distrito seria elevado à categoria de município e considerado berço nacional na fabricação das colheitadeiras automotrizes no Brasil<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> MACHADO, José A. P. **Schneider Logemann 50 anos**. Porto Alegre: L&PM, 1995, p.25

<sup>284</sup> Cf. Idem, p. 27.

<sup>285</sup> Cf. Idem p. 27.



### 3.3.3 A Comunidade Evangélica de Horizontina

A fundação da comunidade evangélica em Horizontina ocorreu em 1928. Numa reunião na casa do comerciante Henrique Glaudy, os evangélicos fundaram a Comunidade Evangélica Alemã Dr. Martin Luther. Foram membros fundadores desta comunidade os senhores Bertholdo Ulmann, Edmundo Desbessel e Henrique Glaudy<sup>287</sup>.

O primeiro culto foi oficiado pelo P. Sanne no mês de outubro de 1928 no armazém de Henrique Glaudy. As famílias que logo se integraram na comunidade evangélica foram as de “Germano Schneider, Edmundo Dessbesel, Henrique Glaudy, Guilherme Brunk, Alfredo Schneider, Alfonso Berger, Alfredo Berger, Leopoldo Derlam, Guilherme Brunck, Waldemar Christmann, Ervin Chistmann, Balduino Gerhardt, Otto Guerhardt, Reinoldo Glier e Rudolpfo Irber”<sup>288</sup>.

Os primeiros cultos eram realizados em casas particulares. Inicialmente o pastor vinha de Buricá - Três de Maio<sup>289</sup>. Ele enfrentava péssimas estradas, utilizando cavalo, “aranha”<sup>290</sup> e, posteriormente carro ou caminhão. Nem todas as famílias evangélicas residiam na vila Belo Horizonte, mas também na área rural.

Muitas vezes o pastor se deslocava até a zona rural. As famílias de Cascata do Buricá se reuniam no Lajeado Poca, onde o pastor oficiava cultos. No Lajeado Poca, Alfonso Berger havia construído um salão ao lado de sua residência para a realização de cultos e festas, vindo a reunir os evangélicos de Cascata do Buricá, devido ao acesso precário à vila Belo Horizonte<sup>291</sup>.

---

<sup>286</sup> Cf. Idem p. 27.

<sup>287</sup> Cf. GARBRECHT, 1966, p. 4

<sup>288</sup> Os nomes e sobrenomes estão escritos conforme encontramos em Garbrecht.

<sup>289</sup> A Comunidade de Vila Belo Horizonte ficou filiada à Paróquia de Buricá - Três de Maio.

<sup>290</sup> Uma espécie de charrete.

<sup>291</sup> FROEMMING. Lídia. **Entrevista**. 10/2008.

Depois do pastor Sanne veio o pastor Willy Seifert, que atendia a filial de Belo Horizonte, como toda a paróquia até a páscoa de 1931. Depois deste tempo atuava como pastor “livre” em Buricá e arredores, porque por certas divergências com a comunidade de Buricá e principalmente com o Sínodo, tivera que abandonar seu ofício pastoral na comunidade sinodal. Porém, não abandonou logo o lugar, tentou primeiro durante anos atuar com “pastor livre” e a assegurar os membros para si. Também em B. Horizonte durante vários anos tinha “partidários do P. Seifert”, os quais ele por várias vezes visitou, aonde depois residia.<sup>292</sup>

Embora os “partidários” do P. Seifert retornassem aos poucos para a comunidade, o próprio Seifert continuava causando atritos e desunião entre os membros da comunidade. O P. Seifert fora substituído em 1931 pelo P. Paul Müller na comunidade de Buricá. O P. Müller contudo, permaneceu somente um ano na comunidade de Buricá. No período em que exerceu o pastorado, Müller assistia à comunidade de Belo Horizonte, celebrando um culto dominical por mês na casa de Guilherme Brunk<sup>293</sup>.

Em 1929 havia sido fundada a *Deutsche Evangelische Schule* (Escola Evangélica Alemã), por iniciativa da comunidade, pois não existiam escolas públicas no local. Desta forma, a escola foi construída antes da igreja em Belo Horizonte. As aulas eram pagas pelos pais dos alunos. Os primeiros professores foram os próprios pastores. A partir de 1934, o professor Arno Ecke assumiu a direção da escola<sup>294</sup>.

Em substituição ao P. Müller na comunidade de Buricá, foi contratado o Pastor Ervin Eyssel em 1932. O Pastor Ervin Eyssel permaneceu à frente da paróquia de Buricá - Três de Maio até 1936. Durante esse período os cultos da comunidade Evangélica de Belo Horizonte eram oficiados no armazém de Carlos Droste e, às vezes, ao ar livre na chácara de Gustavo Isernhagen<sup>295</sup>.

Durante o tempo que P. Eyssel assistiu à paróquia de Três de Maio, havia disponível um automóvel para o pastor poder se locomover para as comunidades

---

<sup>292</sup> GARBRECHT, 1966 p. 5

<sup>293</sup> Idem p. 5

<sup>294</sup> Cf. Revista dos 55 anos do colégio Frederico Jorge Logemann, p. 6.

localizadas nas áreas rurais. As famílias evangélicas que residiam em Cascata do Buricá, Capriúva e Mambuca Caneleira recebiam com freqüência a visita do P. Eyssel<sup>296</sup>. Com o aumento populacional da vila Belo Horizonte, aumentou também o número de membros da comunidade evangélica. Os evangélicos começaram a planejar a fundação de uma paróquia em vila Belo Horizonte. Em 1934 foi eleita uma nova diretoria da qual Gustavo Isernhagen foi o primeiro presidente, o Sr Bertholdo Ulmann o vice-presidente e Carlos Droste, secretário e tesoureiro. Essa nova diretoria tinha como desafio a construção de um templo<sup>297</sup>.

O terreno para a edificação do templo havia sido doado pelo engenheiro Frederico Jorge Logemann na época da fundação da Vila de Belo Horizonte. Este terreno, contudo, era grande suficiente somente para o templo, não sendo possível a construção de um salão ou casa pastoral. O terreno do cemitério também havia sido doado por Frederico J. Logemann<sup>298</sup>.

Em 1935, no dia das mães, as senhoras Droste, Isernhagen, Drunks, Scheweigert, Ulmann e Feix fundaram a Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE) de vila Belo Horizonte. Preocupadas com a construção de uma casa paroquial, as senhoras da OASE compraram um e meio lote de terra ao lado do terreno da igreja<sup>299</sup>.

A planta da igreja foi desenhada pelo engenheiro Bertholdo Kristen. Para o custeio das obras, as contribuições dos membros da comunidade para a igreja foram aumentadas. Além disso, muitos membros doaram a madeira para a construção do templo. O construtor encarregado da edificação do templo foi Oscar Uhry. Em 14 de novembro de 1936, foi realizada uma festa para a solenidade que marcava o início

---

<sup>295</sup> Cf. GARBRECHT, 1966, p. 5.

<sup>296</sup> Cf. Idem p. 5.

<sup>297</sup> Cf. Idem p. 5.

<sup>298</sup> Cf. Idem p. 5.

da construção do templo. Durante as comemorações foi colocado o cepo fundamental, que tinha gravada essa data como data de fundação. A construção da igreja durou aproximadamente um ano<sup>300</sup>.

Em fins do ano de 1936 P. Eyssel foi transferido de Buricá por divergências e extremidades políticas e veio então o P. Heinz Kretschmer, que atendia Horizonte, realizando cultos no armazém do Carlos Droste, às vezes ainda no mato, como depois também no edifício escolar da aula particular, a qual o ano de 1931 foi construída por pais de ambas as confissões.<sup>301</sup>

No início da década de 1930, o então presidente da comunidade Gustavo Isernhagen buscou contratar um pastor próprio para a comunidade. Sobre esse assunto, Gustavo Isernhagen mantinha correspondência com o Presidente do Sínodo, o P. Hermann Dohms. Em junho de 1938 veio a resposta do Sínodo: havia o pastor Hüdepohl, um pastor livre<sup>302</sup>, se dispôs a atender o chamado da comunidade.

A comunidade ficou muito feliz com a possibilidade de ter um pastor próprio e formar uma paróquia. Para sanar o problema da falta de uma casa pastoral, a comunidade decidiu alugar uma casa para o pastor até o término da construção de uma casa pastoral ao lado do templo. Um mês depois a comunidade teve uma surpresa: o Sínodo enviou o P. Hans Dietrich Krause que se tornou o primeiro pastor próprio da comunidade de Horizontina. Esse pastor era jovem e recém chegado da Europa com sua esposa.

O novo pastor iniciou seu trabalho eclesial também nas capelas filiadas que eram Cascata Buricá, Mambuca, Caneleira, Capriuva, Crissiumal e Pôrto Londeiro (Misiones Argentina), comprou-se um cavalo para o serviço do pastor, legalizou-se a paróquia publicamente e registrando os estatutos e como necessidade imperiosa foi planejada a construção da casa paroquial. Iniciada em 1938, foi concluída no ano seguinte, com o desenho feito pelo membro engenheiro Emílio Förch e construído igualmente pelo Sr Oscar Uhry. Até lá o pastor morava numa casa alugada, de propriedade de José Pedro Werlang<sup>303</sup>.

---

<sup>299</sup> Cf. Idem p. 5.

<sup>300</sup> Cf. Idem p. 6

<sup>301</sup> Idem p. 6.

<sup>302</sup> Conforme explicado no capítulo anterior.

<sup>303</sup> GARBRECHT, 1966, p. 7.

Ainda em 1938 vieram mais famílias para morar em Horizontina, entre as quais, muitas oriundas do interior de Santa Cruz do Sul. Eram pessoas que não conseguiam comprar mais terras na região onde moravam e migraram em busca das terras férteis na região próxima do rio Uruguai. Normalmente os filhos mais velhos, após se casarem, procuravam outras terras para poder começarem suas vidas e, dessa forma, acabavam atraindo seus pais para o novo lugar<sup>304</sup>.

Por viverem numa colônia mista, as pessoas que estavam desde o começo de Horizontina falavam, além do idioma alemão, a língua portuguesa no relacionamento com pessoas de outras etnias. De outro lado, os teuto-evangélicos que migraram de outras colônias mistas como Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, tinham conhecimento da língua portuguesa. Diferentemente os migrantes vindos da região de Santa Cruz, geralmente dominavam somente a língua alemã. Principalmente as mulheres, que geralmente trabalhavam em casa, e fora de casa ficaram restritas a atividades em torno da comunidade, dominavam basicamente só a língua alemã<sup>305</sup>.

No âmbito comunitário, seja nos cultos, reuniões da OASE e Ensino Confirmatório, o uso da língua alemã predominava. Dessa forma, no cotidiano, especialmente na vida doméstica, a língua alemã predominava entre os teuto-evangélicos. Outro motivo para o uso da língua alemã na comunidade era o fato do pastor ser estrangeiro e, durante os primeiros anos de estadia no Brasil, ter dificuldade de compreensão do idioma português.

Conforme relatos, durante as reuniões da OASE, o pastor designava duas meninas do Ensino Confirmatório para cuidarem dos filhos das mulheres participantes das reuniões. Na OASE as senhoras da comunidade se reuniam para

---

<sup>304</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

realizar trabalhos manuais como bordado e crochê, herança cultural trazida da Alemanha. Também se reuniam para prepararem a alimentação consumida durante as festas da comunidade<sup>306</sup>.

Entre 1936 e 1942 existiu em Horizontina um grupo de juventude evangélica muito bem organizado. Esse grupo, além de outras atividades, constituiu um coral misto. Esse coral, dirigido pelo maestro Júlio Alberto Mundstock, entoava hinos dos mais variados gêneros musicais, possuindo um repertório superior a quarenta cantos<sup>307</sup>.

Em 1941 o P. Krause foi afastado da comunidade de vila Horizonte devido a divergências e desentendimentos com a comunidade. Durante seu último ano como pastor, muitos membros haviam se afastado da comunidade por causa desses desentendimentos com o pastor. No mesmo ano veio assumir o pastorado em Horizontina o P. Wilhelm Nöllemburg<sup>308</sup>.

Sob Nöllemburg as comunidades da área rural de Horizontina puderam ser atendidas com uma jardineira<sup>309</sup> com quatro molas puxada por dois cavalos. O P. Nöllemburg era estrangeiro e, por causa de sua nacionalidade, teve que ser afastado das atividades pastorais e da região de fronteira internacional em 1942.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, iniciou também a perseguição<sup>310</sup> aos moradores de Horizontina que tinham origem germânica. Porém, não só os moradores foram perseguidos, mas também instituições ligadas a eles. O nome da comunidade evangélica teve que ser alterado: de Comunidade Evangélica

---

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Mensageiro, revista comemorativa dos 75 anos da Comunidade Evangélica de Horizontina, 2003, p.6.

<sup>308</sup> Cf. GARBRECHT, 1966, p. 7.

<sup>309</sup> Espécie de charrete.

<sup>310</sup> Perseguições por parte da Brigada Militar que cumpriam ordens do governo federal que havia imposto o Estado Novo e que, entre outros fatores, proibia o uso da língua alemã no Brasil.

Alemã Dr. Martin Luther para Comunidade Evangélica Dr. Martinho Lutero. Os estatutos da comunidade tiveram que sofrer modificações. Só foram permitidos integrantes da diretoria da comunidade membros que não possuíam nacionalidade alemã<sup>311</sup>.

Com a proibição da língua alemã em todo o território nacional, os cultos da comunidade evangélica passaram a ser realizados em língua portuguesa. Em 1º de fevereiro de 1942, foi oficiado o primeiro culto em língua portuguesa na Comunidade Evangélica de Horizontina. As reuniões da OASE foram suspensas, porque poucas mulheres falavam português com fluência. Esta situação persistiu até o ano de 1945<sup>312</sup>.

Por terem uma vida mais relacionada ao convívio doméstico, as mulheres de origem germânica foram as que mais sofreram com a proibição da língua alemã. As famílias só falavam o português quando estavam na presença de pessoas de outra origem étnica. Dessa forma, normalmente eram os homens que realizavam as tarefas fora do ambiente doméstico<sup>313</sup>.

Eu ia no mercado e só sabia falar “bom dia” e “boa tarde” em português. Nós apontava com o dedo para o que nós queria e o vendedor alcançava. Pagava e ia embora. Nós tinha muito medo de ser presa e por isso fazia tudo quietinha, sem falar nada, isso era muito difícil. Em casa nós só podia conversar bem de noite, um de nós tinha que sentar na varanda e cuidar para ver se tinha alguém ao redor da casa espiando.<sup>314</sup>

Nós ia fazer as compra na loja e no mercado, naquela época a gente dizia venda, meu velho sabia fala português, ai ele escrevia: arroz, açúcar, erva. Daí ele anotava num papelzinho. Na loja eu dava este papel e eles colocavam tudo no meu cesto. Eu levava dinheiro, naquela época tudo era bem barato. Quando a gente tinha dez pila podia faze rancho para um mês. Então eles botavam tudo na minha cesta e eu sabia dizer boa tarde ou até logo. Não podia dizer outra coisa, porque tinha “aqueles amarelo”<sup>315</sup> do lado Nós tinha medo de ir pra cadeia. Tinha muita gente na cadeia. Eles surraram muita gente. Muitos falavam igual em alemão.<sup>316</sup>

<sup>311</sup> Cf. GARBRECHT 1966, p. 8.

<sup>312</sup> Cf. Idem p. 8

<sup>313</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> Amarelo eram chamados os policiais que observavam os descendentes de alemães, por causa da cor do uniforme.

<sup>316</sup> SCHNEIDER, Joana. **Entrevista**. 09/2008.

A proibição da língua alemã afetou profundamente as famílias alemãs de Horizontina. O medo da prisão por falar em alemão atingia do mais jovem da família ao mais idoso. Temiam estarem sendo observados por sentinelas<sup>317</sup> do governo varguista e que pudessem ser denunciados. Verificamos que este medo é refletido não apenas na memória individual dos nossos entrevistados, mas também na memória coletiva dos teuto-evangélicos que não estavam habituados com a língua portuguesa<sup>318</sup>. Esses medos ficam mais evidentes quando os entrevistados falam sobre os “observadores” do governo de Vargas.

Certa vez meus irmãos menores brincavam no chão, quando o mais novo se machucou. Ele gritou: “Cadela!” A mãe xingou ele: “Não é para falar esses nomes feios!” e o guri retrucou: “Posso sim, isso é português e não alemão!” Todos nós começamos a rir.<sup>319</sup>

Essas “observações” que o governo realizava nas casas ocorriam nas mais variadas formas. Na casa do Sr. Alfonso Berger na Vila Cascata, “os observadores”<sup>320</sup> passavam o facão nas paredes externas da residência, para demonstrar que estavam ali<sup>321</sup>. Em outras residências, principalmente na área rural, “os observadores” escondiam-se no meio das plantações, principalmente de milho, mais próximas das residências dos teuto-evangélicos<sup>322</sup>.

Meu pai foi preso um monte de vezes. Ele tinha uma foto do Hitler no salão do lado da casa. Reuniam os homens da região e eles marchavam na frente da foto com armas de madeira. Eles queriam ser alemães, achavam que o Hitler era bom para a Alemanha, mas nós nem sabia direito o que acontecia na Alemanha<sup>323</sup>.

Este fato demonstra que apesar dos esforços do governo brasileiro em “nacionalizar” as minorias étnicas do Brasil, em especial a germânica, a identidade

<sup>317</sup> Brigadeiros e pessoas civis dispostas a denunciarem quem não acatasse a nova ordem Estado Novo.

<sup>318</sup> Conforme primeiro capítulo p. 29 a 33.

<sup>319</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>320</sup> Expressão utilizada pelos entrevistados ao se referirem aos fiscais do governo ditatorial de Vargas.

<sup>321</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>322</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>323</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/2008.



étnica de alguns teuto-evangélicos prevalecia no seu imaginário. Havia uma insistência por parte desses teuto-evangélicos em enaltecer seu caráter germânico para se diferenciar dos demais grupos étnicos existentes na mesma área geográfica.

Essa situação também atingiu profundamente às senhoras da OASE. Poucas eram as senhoras que sabiam falar a língua portuguesa. Por causa disso as reuniões do grupo ficaram suspensas durante a guerra. A maioria dessas mulheres entendia muito do que se falava em português, mas tinham grande dificuldade em falar esta língua do Brasil. As mulheres oriundas da Colônia de Santa Cruz eram as que menos ou nada entendiam da língua portuguesa<sup>324</sup>.

No dia do meu casamento eu não entendi nada do que o pastor falou. Eu só entendia alemão. Eu e o Alfredo combinamos que na hora de eu dizer o sim ele pegava no eu braço. Foi muito ruim para mim. Depois nós reunimos a minha família e a família do Alfredo só, porque era proibido reunir bastante gente naquela época. Por causa disso nós fizemos questão de comemorar Bodas de Prata, Ouro, Diamante e Ferro.<sup>325</sup>

Os filhos dos evangélicos que nasceram e começaram a ser educados neste período da guerra tiveram todo seu aprendizado realizado em língua portuguesa. Posteriormente, quando esse idioma deixou de ser proibido, essas crianças tiveram dificuldades em aprender a língua alemã<sup>326</sup>:

Eu aprendi a falar o português ouvindo os outros falarem. Nunca aprendi na escola. Lá nós aprendia tudo em alemão. Eu estudei só dois anos. Nós caminhava muito e tinha barro, tinha que se lavar quando chegava. Não tinha colégio, as aulas eram numa casa, era tudo particular<sup>327</sup>.

Cabia aos policiais da ditadura de Getúlio Vargas confiscar e queimar qualquer livro, carta e bilhetes escritos em língua alemã. Muitas famílias tiveram que esconder estes materiais. Esconderam das formas mais criativas possíveis. Estes foram exemplos que conseguimos recuperar:

Minha irmã Heda jogou os livros num poço desativado, mas nós nunca recuperamos eles. As atas das reuniões da comunidade em vila Cascata

<sup>324</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Idem.

<sup>327</sup> SCHNEIDER. Joana. **Entrevista** 09/2008.

nós escondemos no porão, no meio de pedras, mas nem tudo nós conseguimos salvar<sup>328</sup>.

Na minha casa, meu pai escondeu os livros em alemão dentro de saco de milho no galpão. Lá ninguém foi procurar e eu tenho o Novo Testamento da Bíblia daquela época até hoje, ele não tinha a Bíblia completa. Meu pai deixou isto para mim<sup>329</sup>.

Eu escondi minhas coisas escrita em alemão no forro, quando eu morava lá em baixo, onde tinha a ferraria. Tinha uma tampa e eu guardei isto em cima: Bíblia em alemão e outras coisas assim. Depois, quando eu queria pegar de novo, os ratos comeram<sup>330</sup>.

Nos domingos a população de Horizontina se reunia no centro da cidade para cantar o Hino Nacional do Brasil. Este ato era obrigatório e haviam sempre policias cuidando para que esta norma fosse cumprida: “Nós só sabia cantar *“Deutschland, Deutschaland”*, mas tínhamos que comparecer e fazer de conta que sabíamos cantar, senão nós ia tudo preso”<sup>331</sup>.

Com o afastamento do P. Nöllemburg, a Comunidade Evangélica de vila Horizonte passou a ser assistida pelo pastor da Comunidade Evangélica de Crissiumal. Essa comunidade ficava a uma distância aproximada de 36 Km. Tratava-se do P. Arno Dreher<sup>332</sup>. O difícil acesso entre as duas comunidades prejudicava muito o trabalho do pastor. Além da distância entre as comunidades, a péssima condição das estradas e o precário meio de transporte disponibilizado pela comunidade ao pastor dificultava sua vinda. Não por fim, as variações climáticas, como frio e chuva, dificultavam o deslocamento do pastor. Por isso, muitos cultos tiveram que ser suspensos pela ausência do pastor e enterros realizados sem a presença do mesmo<sup>333</sup>.

Com o acúmulo de tarefas e dificuldades de assistência à comunidade, o P. Arno Dreher limitou a sua atuação à comunidade de Crissiumal e foi designado outro

<sup>328</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>329</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>330</sup> SCHNEIDER. Joana. **Entrevista** 09/2008.

<sup>331</sup> Idem.

<sup>332</sup> GARBRECHT 1966, p. 8.

pastor para a Comunidade de Horizontina. Tratava-se de Guido Albano Tornquist. Na época esse pastor tinha apenas 20 anos de idade e estava ainda realizando sua formação no Instituto Pré-Teológico de São Leopoldo.

O P. Tornquist ainda não havia terminado seus estudos, mas devido à falta de pastores, ele foi incumbido de assistir à comunidade evangélica de Horizontina. Além disso, o fato de pastores estrangeiros não poderem assumir pastorados em comunidades de fronteira, em 1944, Tornquist teve que assumir também as atividades na comunidade evangélica de Três de Maio, em substituição a um pastor estrangeiro, concomitantemente às atividades na comunidade de Horizontina<sup>334</sup>.

Em 1944 o P. Richard Steinke iniciou sua atividade na Comunidade Evangélica Dr. Martinho Lutero. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, os cultos voltaram a serem ministrados em língua alemã. A partir deste momento, alternou-se entre uso das línguas alemã e portuguesa nas atividades e vida cotidiana da comunidade<sup>335</sup>.

Algumas crianças nascidas no período da Campanha de Nacionalização tiveram dificuldades de acompanhar a comunidade nos momentos em que se falava em alemão<sup>336</sup>. Gradativamente, a língua portuguesa foi ocupando maior espaço dentro da comunidade, não por imposição, mas como consequência da integração entre as diversas etnias que integravam a localidade. Além disso, através de alguns casamentos mistos um número maior de pessoas de outras etnias passou a integrar a comunidade.

Eu acho que “eles”<sup>337</sup> conseguiram que assim o pessoal falava mais o português, senão acho que eles nunca iam conseguir. Aqueles que nascia

---

<sup>333</sup> Revista dos 55 anos do colégio Frederico Jorge Logemann, p. 6.

<sup>334</sup> Idem, p. 6.

<sup>335</sup> FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. 09/2008

<sup>336</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>337</sup> Referindo-se aos brasileiros nacionalistas.

em família alemã, onde iam aprender? Depois veio aula em português... então a gente já tinha que aprender...<sup>338</sup>

Com a saída do P. Steinke em 1946, o P. Theunert assumiu as atividades na comunidade de Horizontina. Este pastor permaneceu na comunidade evangélica até 1960<sup>339</sup>. Os últimos anos da década de 1940 foram decisivos para a reestruturação da comunidade evangélica. As reuniões da OASE voltaram a serem realizadas. Aumentou o número de membros da comunidade. Também foi projetada a construção de um novo templo para atender aos evangélicos horizontinenses.

### **3.4 Comunidade Evangélica de Esquina Dr. Maurício Cardoso**

#### **3.4.1 Começa o primeiro núcleo de povoamento na Esquina Guajuvira**

As terras que hoje pertencem ao município de Dr. Maurício Cardoso faziam parte da Colônia de Santa Rosa no início do século XX. As terras foram loteadas e vendidas pela empresa “Dahne e Conceição”. Todo o território do atual município de Dr. Maurício Cardoso era parte das terras recebidas pela empresa “Dahne e Conceição” em troca de serviços prestados ao estado do Rio Grande do Sul<sup>340</sup>.

A demarcação dos lotes foi realizada pelo advogado Luís Giacomelli que trabalhava na empresa Dahne e Conceição. As terras demarcadas onde hoje se localiza a sede do município de Dr. Maurício Cardoso não estavam propriamente regulamentadas no início da década de 1940. As famílias que tinham interesse na compra destas terras faziam um Contrato Particular de Locação com Opção de

---

<sup>338</sup> BECK, Melita. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>339</sup> Mensageiro, revista comemorativa dos 75 anos da Comunidade Evangélica de Horizontina, 2003, p.7.

<sup>340</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

Compra. Fernando Teobaldo Luis Nüske e sua esposa Paulina Carolina Nüske assinavam como locatários das terras<sup>341</sup>.

O contrato tinha prazo de validade indeterminado. Não se sabia ainda quando seria expedido o competente título de propriedade. A outorga das escrituras públicas, deveria ocorrer quando o locador recebesse do Estado o competente título de posse<sup>342</sup>. Essa situação só foi regularizada oficialmente na década de 1960 no período em que Leonel Brizola foi governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Por insegurança, devido a não legalização das terras, muitos colonos deixavam de adquirir lotes naquele local, preferindo comprar outras terras próximas da Esquina Guajuvira ao invés do risco de ficar sem a escritura das terras. Por outro lado, apesar desse problema, diversas famílias optaram em morar nesta região<sup>343</sup>.

As primeiras famílias da Esquina Guajuvira que habitaram o local foram as de Paulo Nüske e Adolfo Sulzbacher. No interior da localidade moravam as famílias de Fernando Nüske, Luiz Nüske, Ernesto Wachter, Emílio Jung, Arthur Schroeder, Alfredo Fleck e outras. Essas famílias chegaram ao local por volta de 1937 possuindo título das terras, sendo que a escritura foi emitida tempos depois. Todos os pioneiros da Esquina Guajuvira eram de origem alemã<sup>344</sup>.

Por causa do difícil acesso a essas terras, um número relativamente menor de pessoas do que Horizontina vieram habitar na região. Conforme relatos, não havia indígenas na região. Formaram-se no território diversas povoações divididas etnicamente. Nas proximidades do rio Uruguai houve uma colônia com pessoas de origem japonesa, em Porto Grápia, e uma colônia com pessoas de origem italiana, a Esquina Londero. As pessoas com origem russa e polonesa ocuparam terras a oeste

---

<sup>341</sup> Idem

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> Idem.

<sup>344</sup> Idem.

de Dr. Maurício Cardoso, formando a Esquina Pedregulho. Em Lajeado Capriuva havia um povoamento com pessoas de origem alemã. Nas terras a leste, foi formada Pranchada, era região de bandidos foragidos do Estado<sup>345</sup>.

Na vila Pitanga, localizada a dois quilômetros de Dr. Maurício Cardoso, houve uma colonização mista, com pessoas das diferentes origens étnicas mencionadas anteriormente, incluindo os chamados “nacionais”<sup>346</sup>. Na vila Pitanga já estavam instaladas duas casas comerciais de propriedade de Francisco Vicroski e Juvino Pelisson. Existiam também na vila duas serrarias, uma de Otto Wäthier e outra de Luiz Lewandoski<sup>347</sup>.

Estava se formando na região uma sociedade multiétnica, que num reduzido espaço geográfico diversas etnias conviviam e estabeleciam uma relação de dependência. Essa dependência ocorrida entre as diversas etnias era principalmente econômica. Nas relações interétnicas os habitantes da região se comunicavam através da língua portuguesa. Essas relações ocorriam principalmente entre os homens. Era do homem realizar as funções fora de casa, enquanto que os demais membros da família realizavam os afazeres domésticos e, no caso dos agricultores, trabalhavam nas lavouras<sup>348</sup>.

Conforme Dreher, ao falar sobre as mulheres teuto-evangélicas, admite que sua atuação no espaço público era praticamente nula. As mulheres de origem alemã eram consideradas companheiras, educadoras severas, colaboradoras, enfim, sempre num papel de apoio ao homem colonizador e pioneiro. O espaço reservado às mulheres no século XIX e início do século XX estava limitado ao espaço

---

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Eram chamados de nacionais pelos moradores de Dr. Maurício Cardoso as pessoas com origem luso-brasileira, indígena ou africana.

<sup>347</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>348</sup> Idem.

privado<sup>349</sup>. Entre as famílias de origem alemã, a vida doméstica era toda falada e escrita em língua alemã<sup>350</sup>.

A paisagem encontrada pelos primeiros habitantes da Esquina Guajuvira foi caracterizada como uma estrada com mata virgem ao redor. A estrada permitia a ligação com a Esquina Londero, Esquina Pedregulho, Esquina Vargas, Esquina Andrades e Porto Grápia, posteriormente Porto Santo Antônio. Nessas localidades habitavam pessoas de diferentes etnias, entre elas italiana, polonesa, russa e luso-brasileiros<sup>351</sup>.

A primeira atitude de uma família ao chegar no lote de terra era derrubar a mata. A região era rica em “madeira de lei”. As toras das árvores derrubadas eram levadas por carroceiros até as serrarias de vila Pitanga. Entre os carroceiros que transportavam madeira se destacou Edvino Wandscher. Depois de beneficiadas, as madeiras serviam para a construção de casas e móveis dos moradores da Esquina Guajuvira<sup>352</sup>.

Em 1941 Carlos Bretim, de Três de Maio, construiu uma filial de sua casa comercial em Esquina Guajuvira. Nomeou como gerente Alfredo Froemming que se mudou naquele mesmo ano com toda família para Esquina Guajuvira. Posteriormente ao lado da casa comercial foi construído um armazém e, ao fundo, uma casa residencial<sup>353</sup>.

Dentre os produtos vendidos na casa comercial e no armazém destacamos gêneros alimentícios não produzidos na região, tecidos (naquela época as famílias costuravam suas próprias roupas), querosene para abastecer as lamparinas (não

---

<sup>349</sup> DREHER, Scheila dos Santos. “O pontinho da balança”: história do cotidiano das mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, sob a perspectiva do privado e do público. Dissertação de mestrado da Escola Superior de Teologia.

<sup>350</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>351</sup> Idem.

<sup>352</sup> Idem.

havia luz elétrica na localidade) e utensílios domésticos em geral. Os produtos eram trazidos de carroça ou no lombo de cavalos, que eram os meios de transporte disponíveis<sup>354</sup>.

### **3.4.2 De Esquina Guajuvira para Esquina Dr. Maurício Cardoso.**

O ano de 1942 foi extremamente significativo para o aumento populacional da localidade. Neste ano Luís Giacomelli reuniu os moradores e propôs a mudança de nome da localidade. Giacomelli era amigo do deputado federal Maurício Cardoso que acabava de falecer num acidente de avião em Santos. Para homenagear o amigo, desejava nomear a Esquina Guajuvira de Esquina Dr. Maurício Cardoso. Os moradores aceitaram a homenagem e, em 24 de novembro do mesmo ano, foi feita a primeira placa do nome da localidade como Dr. Maurício Cardoso<sup>355</sup>.

Neste mesmo ano, Avelino Arendt construiu o primeiro salão de Dr. Maurício Cardoso que servia para a realização de festas, bailes e reuniões de moradores. Com o aumento populacional da Esquina Dr. Maurício Cardoso os cultos dos evangélicos também começaram a ser realizados no local<sup>356</sup>.

Alfredo Froemming adquiriu o primeiro caminhão de Esquina Dr. Maurício Cardoso. Tratava-se de um Ford 1936. Esse caminhão servia para transportar a produção da localidade a ser vendida em Santa Rosa. Como Alfredo Froemming tinha que cuidar da casa comercial, contratou Francisco Wilke como motorista do caminhão<sup>357</sup>. A maioria dos moradores de Dr. Maurício Cardoso dedicava-se à

---

<sup>353</sup> Idem.

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> Idem.



agricultura. Porém, também havia outros trabalhadores especializados como Ottmar Becker (ferreiro) e Pedro Peters e Edmund Knebelcamp (marceneiros)<sup>358</sup>.

Aos fins de semana, os moradores de Dr. Maurício Cardoso se reuniam para tocar e ouvir música, além de se visitarem mutuamente. Ninguém da localidade tinha rádio e o acesso a outras localidades maiores era difícil. O deslocamento para outra localidade só era possível a pé ou a cavalo<sup>359</sup>.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, veio para Dr. Maurício Cardoso um Batalhão da Brigada Militar de Passo Fundo. Isso aconteceu pelo fato da localidade de Dr. Maurício Cardoso estar localizado às margens do rio Uruguai e ser uma faixa de fronteira internacional. A pessoa designada para comandar a operação foi Edson Costa que tinha apenas dezoito anos de idade na época. Dentre os objetivos da operação estava o cuidado das fronteiras internacionais, considerando que a Argentina era um país que manteve neutralidade na guerra. A operação também tinha por objetivo fiscalizar as pessoas de origem alemã, italiana e japonesa para que se comprovassem serem brasileiros patriotas.

Com a vinda dos brigadeanos para a localidade de Dr. Maurício Cardoso, as pessoas de origem italiana, alemã e japonesa sofreram represálias. Segundo Costa, os brigadeanos tinham ordem de confiscar todos escritos em língua alemã, italiana e japonesa e prender quem falasse esses três idiomas. Conforme relata Costa:

Certa vez entramos na casa dos japoneses, encontramos muitos papéis com aquela escrita que eu não entendia nada. As japonesas me pediam: “por favor senhor, isso é receita de bolo, não leve embora!” Eu pedia para elas que escondessem aquilo muito bem, para que outros revistadores não pegassem. Elas me diziam: “O senhor é muito bom!” Isso também aconteceu quando entramos na casa de alemães<sup>360</sup>.

Todos os domingos de manhã, a brigada militar hasteava a bandeira do Brasil no assim denominado Porto Santo Antônio. Todos os moradores das

---

<sup>358</sup> Idem.

<sup>359</sup> Idem.

redondezas eram obrigados a comparecer ao hasteamento aos domingos, inclusive os de Dr. Maurício Cardoso. Na ocasião todos cantavam o Hino Nacional. Conforme relata Costa:

A maioria das mulheres alemãs e japonesas não sabiam cantar o hino nacional. Eu disse a elas para, ao menos, fazerem de conta: “mexem bastante a boca para que ninguém desconfie que vocês não estão cantando o hino, senão vão denunciar<sup>361</sup> vocês” Nunca precisei prender nenhuma mulher<sup>362</sup>.

Verificamos nestes fatos um campo de forças entre grupos de diferentes origens étnicas<sup>363</sup>. As pessoas de origem alemã estavam divididas, por um lado estava sua identidade étnica, por outro o nacionalismo em relação ao Brasil que estava sendo imposto. Mesmo se identificando mais com a sua origem étnica alemã, conforme os relatos, percebemos que a maioria dessas pessoas viam a si próprios como brasileiros. Esse sentimento estava mais presente nos jovens, pois eram nascidos no Brasil sempre conviveram com pessoas de diferentes origens étnicas, mas que tinham como ponto comum a nacionalidade brasileira. Os rapazes falavam com fluência a língua portuguesa e desejavam ingressar no exército para servir à pátria brasileira<sup>364</sup>.

Esse conflito entre identidade étnica e nacionalismo se tornou interessante quando os habitantes da vila de Dr. Maurício Cardoso abrigaram em suas casas os brigadeanos enviados pelo governo. Como não havia quartel, as famílias conviveram com policiais militares no interior de seus lares, ou seja, na sua vida privada. O contato entre os brigadeanos e os habitantes da vila Dr. Maurício Cardoso não acentuou o conflito entre identidade étnica e nacionalismo. Pelo contrário, foram

---

<sup>360</sup> COSTA, Edson. **Entrevista** 11/2008.

<sup>361</sup> Costa estava se referindo ao demais colegas de trabalho que observavam as pessoas cantando o hino nacional brasileiro.

<sup>362</sup> COSTA, Edson. **Entrevista** 11/2008.

<sup>363</sup> Conforme trabalhamos no primeiro capítulo da obra.

<sup>364</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

estabelecidos sentimentos de tolerância e compreensão mútua. Conforme Froemming:

No convívio cotidiano, os brigadeanos entendiam que as pessoas idosas que não sabiam falar bem a língua portuguesa tinham dificuldades em aprender ela. Alguns brigadeanos “faziam vista grossa”<sup>365</sup> quando os idosos conversavam entre eles em alemão<sup>366</sup>.

Nenhum membro de família que abrigou um policial militar foi preso na localidade de Dr. Maurício Cardoso por falar o idioma alemão. Segundo relato de Costa, as prisões ocorridas durante a Campanha de Nacionalização em Dr. Maurício Cardoso estavam relacionadas ao “mau comportamento de alguns moradores”<sup>367</sup>.

Nós não podia permitir que na casa comercial e no armazém ficasse gente “vadiando”. Havia sempre um ‘pracinha’ observando os compradores. Cada pessoa podia fazer compras e ir embora, mas nós não permitia que ficassem no local consumindo bebidas alcoólicas. Quem desobedecia era preso em Vila Pitanga, e ficava dias acorrentado pelas pernas<sup>368</sup>.

No convívio entre famílias brasileiras de origem alemã e os “pracinhas”<sup>369</sup> brasileiros foi importante para ambos. Um conheceu mais a cultura do outro, principalmente no âmbito musical. Nos fins de semana alguns colonos e pracinhas se reuniam para tocarem músicas juntos. Os pracinhas ensinaram aos jovens músicos de Dr. Maurício Cardoso músicas do folclore brasileiro que se cantava no período. Entre essas músicas, Hildor Froemming destacou:

*O dia vem chegando*

*Vou fazer minha oração*

*A igreja é a floresta*

*E o sino o violão*

*Porque você me nega a esmola de um real.*

*O sol nasceu para todos*

<sup>365</sup> A expressão “vista grossa”, neste caso, designa fingir não ver o fato.

<sup>366</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>367</sup> Para Costa, esse mal comportamento incluía arruaças, brigas, furtos, bebedeiras e homicídios.

<sup>368</sup> COSTA, Edson. **Entrevista** 11/2008.

*Também quero aproveitar.*<sup>370</sup>

Em 1943 foi formada a primeira orquestra musical de Dr. Maurício Cardoso.

Eram componentes desta orquestra: Otto Geissinger (gaita), Antônio Geissenger (clarineta), Lindolfo Müller (banjo), João G Hartemink (pistão) e Hildor Froemming (violino). Entre esses havia também outros músicos em Dr. Maurício Cardoso como, Edmundo Hoffmann e Edvino Wandscher, que tocavam bandoneon<sup>371</sup>. Os primeiros músicos de Dr. Maurício Cardoso eram de origem alemã, e deles surgiram bandas de música que fizeram festas pela região depois de findada a Segunda Guerra Mundial<sup>372</sup>.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, diversos produtos começaram a escassear na Esquina Dr. Maurício Cardoso. Entre esses produtos estava o querosene que abastecia as lamparinas. A solução encontrada pelos moradores era o uso de banha de porco para iluminarem as casas durante a noite. As pessoas contam que a lamparina à base de banha de porco fazia muita fumaça, mas não havia outra alternativa. Também faltava sal, que passou a ser trazido da Argentina<sup>373</sup>.

Em 1945, com o término da guerra, a polícia militar desocupou Dr. Maurício Cardoso. O único dos policiais que permaneceu na localidade foi Edson Costa que pediu exoneração da polícia. Ele viria a casar-se com uma moça de origem alemã e passou a se dedicar à agricultura<sup>374</sup>. Os outros policiais retornaram ao quartel em Passo Fundo, mas nem todos seguiram na carreira militar.

---

<sup>369</sup> Expressão utilizada pelos entrevistados como sinônimo de brigadeanos.

<sup>370</sup> Autor Desconhecido.

<sup>371</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>372</sup> Idem.

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> COSTA, Edson. **Entrevista**. 11/2008.

A primeira escola de Dr. Maurício Cardoso foi particular. Fundada em 1943, teve como primeiros professores Otalício Hartemnk, Emília Sinchack e Berta Redel. As primeiras aulas eram ministradas em uma casa particular. Alfredo Froemming era quem cuidava da escola. Ele também era responsável adiantar o pagamento dos professores com dinheiro próprio, antes que receber a mensalidade dos pais dos alunos. Isto ocorria pelo fato de Froemming ser o único comerciante da localidade e quem tinha maiores condições financeiras para isso<sup>375</sup>.

Devido ao acelerado desenvolvimento de Dr. Maurício Cardoso esta vila superou o número de habitantes de vila Pitanga. Quando uma das duas localidades deveria ser promovida a distrito, ocorreu grande atrito. Uma localidade não aceitava o vínculo de subalterna à outra. Inicialmente a subprefeitura foi instalada em Dr. Maurício Cardoso sendo subprefeito Luiz de Souza, conhecido como Lulu<sup>376</sup>.

Por causa da disputa das duas vilas, a subprefeitura teve que ser transferida para Esquina Duque da Caxias. Essa localidade não tinha metade do tamanho das duas vilas, mas ficava localizada geograficamente entre Pitanga e Dr. Maurício Cardoso. Neste período o subprefeito foi Pio Dotto. Dotto morava em Esquina Grápia e percorria um trajeto de três quilômetros a cavalo por dia para trabalhar<sup>377</sup>.

Com o crescimento populacional de Dr. Maurício Cardoso os cultos evangélicos passaram a serem realizados na vila. Existiam também igrejas de luteranos do Distrito do Sínodo de Missúri localizadas no Porto Santo Antônio e na localidade de Centro Novo. Também migraram para a região, na década e 1940, os primeiros colonos católicos. Os católicos se reuniram e construíram uma capela na Rua do Comércio, onde hoje está localizado o templo da igreja católica da cidade<sup>378</sup>.

---

<sup>375</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem.

### 3.4.3 A Formação da Comunidade Evangélica de Doutor Maurício Cardoso

Como o aumento populacional de Dr. Maurício Cardoso só ocorreu na década de 1940, os teuto-evangélicos reuniam-se em Lajeado Capriuva. No Lajeado Capriuva tinha um bom número de pessoas de origem alemã vivendo. Os evangélicos fundaram em 1936 um “ponto de pregação”<sup>379</sup> no Lajeado Capriuva, que fazia parte da paróquia de vila Belo Horizonte. Este ponto de pregação existiu até aproximadamente o ano de 1945<sup>380</sup>.

Geralmente os cultos eram ministrados aos domingos depois do hasteamento da bandeira do Brasil e o canto do Hino Nacional do Brasil na margem do rio Uruguai. Os membros da comunidade se deslocavam para os cultos da forma que podiam. Uns iam a pé, outros a cavalo ou de carroça. Os cultos começavam somente depois da chegada do brigadeano Edson Costa, pois era proibido que os cultos fossem realizados sem a presença do policial responsável pela guarda da localidade. Conforme Costa:

Certa vez eu hasteei a bandeira do Brasil em quatro lugares no domingo, tudo de cavalo. Ainda depois eu tinha que assistir o culto no Capriuva. Cheguei meio-dia e meia, louco de fome. Eu nem tinha apeado do cavalo e fiz sinal com a mão para o pastor ir começando o culto. A comunidade estava toda já na igreja e o pastor não começava o culto ainda. Somente depois que eu entrei na igreja é que ele começou o culto, meu almoço ia demorar. No final do culto eu fui perguntar para o pastor por que ele tinha me esperado, ele me disse: “É que tinha gente de outro pêlo no culto hoje!”<sup>381</sup>

Pela interpretação de Costa, o pastor se referia aos luso-brasileiros que freqüentavam os mesmos lugares que os brasileiros de origem alemã para depois

<sup>379</sup> Conforme fotografia em anexo.

<sup>380</sup> FROEMMING, Hildor. Entrevista. 09/2008.

<sup>381</sup> COSTA, Edson. Entrevista. 11/2008.

denunciarem qualquer falta cometida. Tinham alguns nacionais que iam nos cultos evangélicos para verificarem se estavam falando alemão em lugar público.

Porém, não somente os luso-brasileiros denunciavam pessoas de origem alemã. Por terem sido invadidos pela Alemanha e estarem do fato oposto do Eixo na guerra, os poloneses que moravam nas redondezas da vila de Dr. Maurício Cardoso também denunciavam quem eles podiam para a polícia de Vargas<sup>382</sup>. Segundo Froemming:

Me contaram, na época, que um polonês de Pedregulho viu um caminhão com pessoas de origem alemã e disse: "Prefiro carregar um caminhão com porcos do que com esses alemães. Eles tinham raiva de nós por causa da guerra da Alemanha contra a Polônia, isso era besteira."<sup>383</sup>

Apesar de terem a mesma nacionalidade, muitas questões étnicas afloraram durante a guerra. Isso ficou evidenciado com o desejo de que a pátria de origem fosse vencedora durante os combates da Segunda Guerra Mundial. Para os idosos, brasileiros eram os morenos e negros. As pessoas de Dr. Maurício Cardoso eram definidas e julgadas de acordo com sua identidade étnica<sup>384</sup>.

Todos os cultos durante a Segunda Guerra Mundial eram realizados em língua portuguesa. Antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, era permitido o uso de bíblias e hinários em língua alemã. Com a proibição do idioma, novas bíblias e hinários tiveram que serem providenciados. Cada membro comprava seu hinário e sua bíblia. Em dia de culto cada um deveria levar a sua bíblia e o seu hinário para a igreja. Em tempos de repressão política, os hinários e bíblias em língua alemã tiveram que ser escondidos e substituídos por versões em língua portuguesa. Caso os hinários e bíblias em língua alemã não fossem escondidos, corria-se o risco de apreensão e queima dos mesmos<sup>385</sup>.

---

<sup>382</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> Idem.

Conforme Froemming, para assistir aos cultos os membros da comunidade iam com cavalos até o ponto de pregação em Capriuva. Segundo ele, para participar dos cultos, cada membro deveria levar seu hinário e eram necessárias algumas convenções:

As mulheres que usassem roupas vermelhas ou que não estivessem usando vestidos com mangas longas eram impedidas de participar da Santa Ceia. Os homens compareciam nos cultos de fatiota e também não participava da Santa Ceia aquele não estivesse vestido adequadamente<sup>386</sup>.

Com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945 e o aumento populacional da localidade, os cultos evangélicos foram transferidos de Capriuva para Dr. Maurício Cardoso. Nos primeiros anos do período os cultos eram realizados nas casas dos membros da comunidade e algumas vezes no salão de propriedade de Avelino Arendt<sup>387</sup>. Após o término da repressão, os evangélicos assistiam a cultos ministrados nas duas línguas: alemão e português<sup>388</sup>.

Porém, as condições das estradas de acesso à localidade de Dr. Maurício Cardoso continuavam sendo precárias. Quando havia algum enterro para ser realizado na comunidade e o pastor não conseguia chegar de Horizontina, o professor Otalício Hartemink era quem oficiava o sepultamento.<sup>389</sup>

Preocupados com a cultura dos jovens evangélicos foi fundado um coral na comunidade evangélica de Dr. Maurício Cardoso sob a regência do Arnaldo Schwantes e, mais tarde, pelo Sr. Otalísio Hartemink. Os componentes deste coral eram: Arlindo Mann, Hildor Froemming, Abílio Mann, Fridolino Fleck, Blondino Günter, Norma Günter, Leonora Jost, Luíza Jost, Lídia Schwantes, Florinda Fleck,

---

<sup>386</sup> Idem. Essas convenções eram de acordo com o senso comum daquela sociedade.

<sup>387</sup> Conforme fotos em anexo.

<sup>388</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008

<sup>389</sup> Idem.



Lídia Klemann, Gerti Shwantes e Belmira Mann<sup>390</sup>. Os participantes do coral eram membros atuantes dentro da comunidade que estava se firmando.

Com o tempo, a comunidade passou a perceber a necessidade da construção uma igreja para a realização dos cultos e outras atividades comunitárias. Com a contribuição dos membros, foram comprados os terrenos de Hernandes, um argentino que atuava como dentista, e de Rodolfo Böes, que estava se transferindo para o Canadá<sup>391</sup>. Os dois terrenos se localizavam na Avenida Getúlio Vargas em diagonal à praça central. Até hoje a comunidade evangélica de Dr. Maurício Cardoso tem sua sede neste local.

A comunidade evangélica optou pela construção de uma igreja de madeira no estilo românico<sup>392</sup>. Todo o custeio da construção do templo foi arcado pela contribuição dos membros evangélicos. O construtor escolhido para edificar a obra foi Augusto Sipert. Em 1950 o novo templo foi inaugurado e serviu de local de culto da comunidade até 1982<sup>393</sup>.

---

<sup>390</sup> Idem. Conforme foto em anexo.

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Não foi possível caracterizarmos este estilo de igreja que pode ser verificado conforme anexo II na página 120.

<sup>393</sup> FROEMMING, Hildor. **Entrevista**. 09/2008

### **Considerações Finais**

O estudo das comunidades evangélicas rurais pesquisadas (Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso) demonstra não haver homogeneidade na assimilação do elemento teuto-evangélico na sociedade brasileira na primeira metade do século XX. A identidade étnica sobressaiu ao nacionalismo no imaginário da maioria dos adultos e idosos, enquanto que os jovens tinham maior aceitação ao nacionalismo brasileiro.

Nas comunidades evangélicas de Três de Maio e Horizontina, formadas antes da ditadura de Vargas, existia um processo de constituição da comunidade com características germânicas. A perspectiva em manter as características germânicas foram frustradas, principalmente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a implantação do Estado Novo. O resultado desta frustração ocorreu de formas diferentes entre os membros das comunidades. Alguns resistiram e não aceitaram esconder a sua germanidade, não se importando com as prisões e a repressão. Enquanto isso, outros não queriam destacar a sua germanidade e desejavam integrar-se ao nacionalismo brasileiro.

Durante o tempo em que a Campanha de Nacionalização reprimiu a preservação da germanidade, os teuto-evangélicos sentiam-se ameaçados e constantemente temerosos à prisões. Passado esse tempo, a análise que os

próprios entrevistados fazem da ditadura é, de certo modo, positiva no sentido de ter conseguido (nas comunidades pesquisadas) inserir a língua portuguesa nos lares e no cotidiano dos teuto-evangélicos. Porém, essa assimilação não foi capaz de fazer os teuto-evangélicos abandonarem sua identificação étnica, pois continuaram vendo a si próprios como “alemães imigrados”.

A fé evangélica não “sofreu profundas perdas” com a desvinculação com a germanidade, mas assumiu uma forma peculiar de vivência no seu “transplante” para o Brasil. Incorporando a língua portuguesa aos cultos e na vivência comunitária, as comunidades evangélicas abriram espaço para receber membros de origens étnicas diferentes, principalmente através de casamentos interétnicos. Isto promoveu maior integração aos teuto-evangélicos nos demais setores sociais e políticos. Além disso, surge também uma solidariedade ecumênica com outras denominações religiosas.

A memória individual dos entrevistados permitiu que encontrássemos um pouco do imaginário coletivo do grupo teuto-evangélico de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso. Vemos nelas diferentes posturas dos membros das comunidades evangélicas: apoiando ou criticando o nazismo, não querendo se “contaminar” com a cultura brasileira, ou desejando ser assimilado por ela. O resultado deste contexto foi uma nova identidade dos teuto-evangélicos, em construção, posto que é dinâmica, agregando elementos culturais germânicos e brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BONES, Elmar. SLC 60 anos. Porto Alegre: L&M, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese de classe [1984]. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. In: **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. da Uiversidade, 2002.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

DREHER, Scheila dos Santos. "O pontinho da balança": história do cotidiano das mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, sob a perspectiva do privado e do público. Dissertação (mestrado), Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2007.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações sociais [1898]. In: **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, s.d.

ECKE, Arno. **Revista Horizontina Imagens do passado Perfil da atualidade**. Ijuí: Oficina Gráfica de Michaelsen & Cia LTDA. 1980.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACHEL, José P. Guimaraens. **As Violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: UFPEL, 2002

GARBRECHT, Ottmar. Horizontina em Revista. N1. Joinville: Imprensa Ipiranga S.A, 1966

\_\_\_\_\_. Horizontina Cinquentenária. [ S.l.: s.n], 1978,

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000..

HASENACK, Martin H. **História dos 40 anos da Setrem**. Três de Maio: Samavi, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

LANDO, Adair M. BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J.H.(org) RS. **Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

HOFMEISTER FILHO, Carlos Bento. **O pote da geléia**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996

MACHADO. José A. P. Schneider Logemann 50 anos. Porto Alegre: L&PM, 1995

MUSSKOPF. Egon H. **Sinal Verde para Crescer**. Novo Hamburgo: Echo, 2003.

POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil**: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROCKEMBACH, Sílvio A. e FLORES, Hilda A. H. **Imigração Alemã: 180 – história e cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004

THOMPSON, Alistair, FRISCH, Michael, HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais [1994]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

WACHHOLZ, Wilhelm. **“Atravessem e ajudem-nos”**. A atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal, 2003.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1994.

WITT, Osmar Luiz. Igreja na imigração e colonização. A pregação itinerante no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

GIARETTA, Jane G. S. A introdução do colonizador no espaço rio-grandense. Artigo pdf [www.upf.br](http://www.upf.br)

Revista comemorativa dos 50 anos da Comunidade Evangélica São Paulo.

Revista dos 55 anos do colégio Frederico Jorge Logemann.

Mensageiro, revista comemorativa dos 75 anos da Comunidade Evangélica de Horizontina, 2003.

<http://www.tresdemaio.com.br/historia.htm> em 27/09/2008

[http://www.ieclb.org.br/organizacao\\_comunidade.htm](http://www.ieclb.org.br/organizacao_comunidade.htm) em 09/01/2009.

[http://www.ieclb.org.br/organizacao\\_paroquia.htm](http://www.ieclb.org.br/organizacao_paroquia.htm) em 09/01/2009

[http://www.ieclb.org.br/organizacao\\_sinodo.htm](http://www.ieclb.org.br/organizacao_sinodo.htm) em 09 /01/ 2009.

#### **Demais fontes:**

Arquivo histórico da Comunidade Evangélica de Três de Maio.

BECK, Melita. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Horizontina/RS 09/2008.

FROEMMING, Lídia. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Dr. Maurício Cardoso 09/2008.

SCHNEIDER. Joana. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Horizontina 09/2008.

TESCHE, Beno. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Três de Maio 10/2008.

COSTA, Edson. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Dr. Maurício Cardoso 11/2008.

MÜLLER, Erica. **Entrevista**. Três de Maio 11/2008.

SCHULTZ, Dóris. **Entrevista**. Entrevista concedida à Ângela Brandalise Froemming em Três de Maio 11/2008.

WEIDMANN, Fabiane; FICHELBERGER, Alessandra e SOMMER, Andréia **Guerreiros desta pátria, momentos amargos de nossa história**. Documentário produzido para conclusão do curso de Comunicação Social da UNIJUÍ em 2007 1DVD(30min.) color.

### **Bibliografia de apoio:**

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**. Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. **Variiedades da História cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CANEDA, Gisele Kruehl. **A colonização de Santa Rosa**. Santa Maria: Pós-graduação em História do Brasil da UFSM, 1995.

CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (orgs) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. IN: MÜLLER, Telmo L. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

DURKHEIM, Émile. **As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1985.

MOUSQUER, Germano S. **Horizontal cidade das Trilhadeiras**. [Sl.: s.n.].1966

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História**. São Paulo: Loyola, 1996.

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRINS, Gwyn. **História Oral**. In BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SCHALLENBERGER, Erneldo e HARTMANN, Hélio Roque. **Nova Terra Novos Rumos**. Santa Rosa: Barcellos Livreiro, 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: UNB, 1995

WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa. As religiões do mundo**. Petrópolis: Vozes,



**Anexos:**

Anexo I: Ponto de Pregação de Lajeado Capriuva em 1936.



Anexo II: Igreja em estilo românico de Dr. Maurício Cardoso em 1950



Anexo III: Primeiro Salão de Festas de Dr. Maurício Cardoso.



Anexo IV: Coral da comunidade Evangélica de Dr. Maurício Cardoso em 1945

### Transcrição das Entrevistas:

**Entrevista com Dóris Schutlz e Erica Müller, por: Angela Brandalise Froemming, realizada em Três de Maio, novembro de 2008.**

**Angela:** Desde quando vocês fazem parte da comunidade São Paulo?

**Dóris:** desde que a gente nasceu, só que nós morávamos na colônia e as vezes era difícil da gente participar da comunidade.

**Angela:** Vocês lembram de algum fato ocorrido na época da ditadura Vargas?

**Dóris:** Em não me lembro de nada, eu era muito criança na época e minha mãe não comentava essas coisas com a gente.

**Erica:** Eu também era muito pequena e não tenho recordação de nada.

**Dóris:** eu me lembro do pastor que veio depois que terminou a ditadura...

**Erica:** O pastor Hüdepohl... eu passei confirmação com ele em 1950.

**Dóris:** eu também passei a minha com ele, em 1948.

**Erica:** As confirmações naquela época reunia todas as pessoas da comunidade e nós tinha que ir lá na frente fazer a prova oral. O pastor perguntava sobre os dez mandamentos e as coisas do catecismo de Lutero e a gente tinha que responder certinho na frente de toda a família.

**Angela:** A língua utilizada no culto era a portuguesa ou a alemã?

**Dóris:** Na minha confirmação eu não me lembro bem, acho que já era em português.

**Erica:** Mas os hinos eram em alemão, na prova oral a gente tinha que saber de cor os hinos de Lutero em alemão, as outras perguntas já eram realizadas em português.

**Dóris:** Isso é mesmo, os hinos ainda eram em alemão.

**Angela:** E o trabalho da oase? Como era?

**Dóris:** a minha mãe sempre participava da oase, elas sempre fora "pau-para-toda-obra". Se a comunidade ia fazer uma coisa a oase sempre estava trabalhando, principalmente na cozinha.

**Erica:** eu lembro que quando a gente era pequena, nossas mães levavam a gente junto para trabalhar na cozinha. Elas colocavam as galinhas em tachos de água quente e nós ficava sentadinhas no chão depenando as galinhas.

**Dóris:** As mulheres também faziam cucas e pão. Dias antes das festas lá estavam as participantes da oase sovando pão e cuca numa mesa cumprida.

**Erica:** era sofrido na época do Natal, sempre era muito quente e a gente suava muito naquela cozinha!

**Angela:** E a escola? Como vocês estudavam?

**Dóris:** era pago, a escola era a comunidade que mantinha, a gente pagava para a comunidade. Era tão difícil a gente vim para a escola! Nos dias de chuva a gente tinha barro até o joelho, chegava na escola e tinha que se lavar antes de entrar na sala

**Erica:** Só que naquela época a gente não estudava tanto como hoje se estuda. Eu freqüentei a aula durante três anos.

**Angela:** Vocês tinham aulas em português ou alemão?

**Dóris:** Meio-meio.

**Erica:** É, a gente tinha aula de português, mas ainda tinha coisas que eram ensinadas em alemão.

**Entrevista com Lídia Berger Froemming, por Angela Brandalise Froemming, em Doutor Maurício Cardoso, setembro de 2008.**

**Angela:** De onde veio sua família?

**Lídia:** Da região de Agudo, meu avô era brummer e depois de casado ficou viúvo bem novo, criou os filhos praticamente sozinho e meu pai veio em busca de novas terras e rios que ele pudesse pescar, por isso moramos no Lajeado Poca.

**Angela:** Como era a situação da sua família em relação à comunidade evangélica de Horizontina?

**Lídia:** Meu pai se chamava Afonso Berger, ele foi um dos fundadores da comunidade, mas como a gente vivia longe de Horizontina e o acesso até a comunidade era difícil, ele construiu um salão no lado de casa que serviu para os cultos quando o pastor vinha dar assistência para as famílias da nossa região. Esse salão depois foi transferido para Cascata, depois que a comunidade de lá foi fundada. Mas enquanto o salão ficava lá em casa, minha mãe era que escrevia as atas daquele pedaço da comunidade que ficava longe de Horizontina, e sempre que o pastor vinha dar culto dormia lá em casa. Antes disso tudo era muito difícil, para ti

ter uma idéia, meu irmão Egon teve que ser batizado na Igreja de Missouri que tinha lá perto, porque não tinha ainda comunidade evangélica como a nossa!

**Angela:** E em relação à política brasileira e alemã?

**Lídia:** Meu pai era fanático do Hitler, ele pensava que o Hitler era bom para a Alemanha. A gente tinha um rádio, o único da localidade, e meu pai toda noite tentava sintonizar as notícias da Alemanha. Meu pai foi preso um monte de vezes. Ele tinha uma foto do Hitler no salão do lado da casa. Reuniam os homens da região e eles marchavam na frente da foto com armas de madeira. Eles queriam ser alemães, achavam que o Hitler era bom para a Alemanha, mas nós nem sabia direito o que acontecia na Alemanha. Uma a polícia fez ele carregar o rádio nas costas por muitos quilômetros até o local onde ele ia ser preso, por causa da sua simpatia pelo Hitler. Tinham pessoas, eu não sei quem eram, se eram os brasileiros que moravam ali perto ou policiais que rondavam nossa casa de noite e pasavam o facão assim nas paredes pelo lado de fora, isso era para mostrar para nós que eles estavam ali e nós não podia mais falar alemão porque estavam escutando. Eu era mocinha e tinha medo quando isso acontecia. O alemão era proibido, aí minha irmã Heda jogou os livros num poço desativado, mas nós nunca recuperamos eles. As atas das reuniões da comunidade em vila Cascata nós escondemos no porão, no meio de pedras, mas nem tudo nós conseguimos salvar, a umidade do lugar destruiu os papéis. Ah! Aconteceu um fato engraçado, certa vez meus irmãos menores brincavam no chão, quando o mais novo se machucou. Ele gritou: “Cadela!” A mãe xingou ele: “Não é para falar esses nomes feios!” e o guri retrucou: “Posso sim, isso é português e não alemão!” Todos nós começamos a rir. Hoje as pessoas acham que isso é piada, mas aconteceu mesmo, a gente teve que aprender o português na marra! O culto mesmo teve que ser realizado todo em português.

**Angela:** E a comunidade? Como ficou durante esse tempo?

**Lídia:** A gente fazia os cultos em português, depois da liberação do alemão alternava entre o português e o alemão. A gente se sentia aliviado depois que terminou a guerra porque meu pai não ia mais preso e as atividades comunitárias voltaram a serem feitas.

**Entrevista com Edson Costa, por Angela Brandalise Froemming, em Doutor Maurício Cardoso, em outubro de 2008.**

**Angela:** Como o senhor veio trabalhar aqui em Doutor Maurício Cardoso?

**Edson:** Eu era brigadeano em Passo Fundo. Particpei de diversas prisões lá, teve uma vez que levei um tiro, depois de ter rendido dois na região de Estrela! Aí quando eu me recuperei, começaram a mandar a gente para diversos lugares em 42, principalmente cuidar a fronteira depois que o Brasil declarou guerra. Por isso eu fui mandado pra cá. Meus companheiros foram recebidos nas casas dos moradores da vila e eu fiquei num acampamento na Vila Pitanga, que depois serviu de presídio. Eu tinha recebido a ordem de prender um capitão Japonês que morava na beira do rio Uruguai. Lá moravam muitas famílias japonesas e uma família chinesa. Esse capitão comprou um lote de terras na beira do rio Uruguai porque estudava a possibilidade de construir um grande porto ali, principalmente que pudesse ser usado para chegar nas regiões mais ao norte do Brasil e países como Argentina e Paraguai. Mas ele verificou que a navegação pelo rio Uruguai e a construção do porto eram inviáveis para embarcações de grande porte. Depois que terminou a guerra ele vendeu tudo e se bandió para São Paulo. Nós cercamos a casa do capitão com revólveres, era uma casa bem diferente, mas ele não estava mais, já tinha ido se apresentar em Santa Rosa com a família, por ser estrangeiro e impedido de morar em região de fronteira. Certa vez entramos na casa dos japoneses, encontramos muitos papéis com aquela escrita que eu não entendia nada. As japonesas me pediam: “por favor senhor, isso é receita de bolo, não leve embora!” Eu pedia para elas que escondessem aquilo muito bem, para que outros revistadores não pegassem. Elas me diziam: “O senhor é muito bom!” Isso também aconteceu quando entramos na casa de alemães, as mulheres sempre era quem tentava salvar os escritos!

**Angela:** E sobre a etnia alemã? O senhor teve que fazer prisões?

**Edson:** Só para que desobedecia ou “aprontava”. Nós não podia permitir que na casa comercial e no armazém ficasse gente “vadiando”. Havia sempre um ‘pracinha’ observando os compradores. Cada pessoa podia fazer compras e ir embora, mas nós não permitia que ficassem no local consumindo bebidas alcoólicas. Quem desobedecia era preso em Vila Pitanga, e ficava dias acorrentado pelas pernas

**Angela:** Como assim, vadiando?

**Edson:** É, desocupado e não podiam se encostar no balcão e ficar bebendo! Isso era vadiar!

**Angela:** Como era o seu trabalho na vila?

**Edson:** Eu tinha que cuidar os cultos e os bailes realizados, principalmente com as pessoas de origem alemã. Também tinha que hastear a bandeira do Brasil e cantar o hino nacional todos os domingos na fronteira com a Argentina. Certa vez eu hasteei a bandeira do Brasil em quatro lugares no domingo, tudo de cavalo. Ainda depois eu tinha que assistir o culto no Capriuva. Cheguei meio-dia e meia, louco de fome. Eu nem tinha apeado do cavalo e fiz sinal com a mão para o pastor ir começando o culto. A comunidade estava toda já na igreja e o pastor não começava o culto ainda. Somente depois que eu entrei na igreja é que ele começou o culto, meu almoço ia demorar. No final do culto eu fui perguntar para o pastor por que ele tinha me esperado, ele me disse: “É que tinha gente de outro pêlo no culto hoje!”(risos) Ele tinha medo que alguém denunciasse ele de ter começado o culto sem a presença de uma autoridade policial, porque tinha sempre os brasileiros que iam espiar o culto dos evangélicos para ver se não falavam alemão. Na cantoria do hino quem mais sofria era as mulheres, a maioria das mulheres alemãs e japonesas não sabiam cantar o hino nacional. Eu disse a elas para, ao menos, fazerem de conta: “mexem bastante a boca para que ninguém desconfie que vocês não estão cantando o hino, senão vão denunciar vocês. Nunca precisei prender nenhuma mulher, elas mexiam bem a boca e nunca ninguém denunciou nenhuma.

**Entrevista com Hildor Froemming realizada em Doutor Maurício Cardoso em setembro de 2008, por Angela Brandalise Froemming.**

**Angela:** Quando sua família chegou na localidade de Doutor Maurício Cardoso e como era a localidade?

**Hildor:** Isso foi em 1941, eu tinha 15 anos, nasci em Santo Angelo, e meu pai foi contratado pelo Carlos Bretim, de Três de Maio, que construiu uma filial de sua casa comercial em Esquina Guajuvira. Depois, do lado da casa comercial foi construído um armazém e, ao fundo, uma casa residencial onde todos nós morávamos. Ele escolheu a esquina Guajuvira porque era um local de passagem para as outras localidades que tinham mais no interior. Naquela época tinha uma colônia com

peças de origem japonesa, em Porto Grábia, e Londero já tinha bastante família italiana. Os russos e poloneses já habitavam em Pedregulho. Em Lajeado Capriuva havia um povoamento com pessoas de origem alemã, eu lembro que tinha muitas casas lá, mas hoje em dia não existe mais nada, todo mundo foi embora. Já tinha Pranchada, lá ficavam os bandidos que estavam fugindo da cadeia. Já a vila Pitanga era mais grandinha, com pessoas das diferentes origens, italianos, polacos alemão e brasileiros. Na vila Pitanga já estavam instaladas duas casas comerciais de propriedade de Francisco Vicoski e Juvino Pelisson. Existiam também na vila duas serrarias, uma de Otto Wáthier e outra de Luiz Lewandoski, onde os carroceiros levavam a madeira derrubada para ser preparada para a construção das casas e galpão. Aqui já tinha duas famílias morando, os Nüske e os Sulzbacher. O advogado Luís Giacomelli que trabalhava na empresa Dahne e Conceição que loteou as terras do município, mas elas não estavam propriamente regulamentadas no início da década de 1940. As famílias que tinham interesse na compra destas terras faziam um Contrato Particular de Locação com Opção de Compra e quem assinava como locatário das terras era o Fernando Teobaldo Luis Nüske e sua esposa Paulina Carolina Nüske. Eu lembro que a gente só adquiriu a escritura definitiva quando o Brizola era governador do Estado. No interior da localidade moravam as famílias de Fernando Nüske, Luiz Nüske, Ernesto Wachter, Emílio Jung, Arthur Schroeder, Alfredo Fleck e outras que já estavam aqui desde 1937. A maioria tinha medo de investir nas terras e depois ficar sem a escritura definitiva.

**Angela:** Como você me descreveria geograficamente a localidade de Esquina Guajuvira?

Era uma estrada com muita mata virgem ao redor. A estrada permitia a ligação com a Esquina Londero, Esquina Pedregulho, Esquina Vargas, Esquina Andrades e Porto Grábia, posteriormente Porto Santo Antônio. A primeira coisa que a gente fazia era derrubar a mata, o lugar tinha bastante “madeira de lei”. As toras das árvores derrubadas eram levadas por carroceiros até as serrarias de vila Pitanga, o Edvino Wandscher, foi quem mais fez este serviço. Depois de prontas, as madeiras serviam para construir as casas e os móveis.

**Angela:** Como funcionava a casa comercial?

**Hildor:** A gente vendia bastante tecidos, naquela época as famílias costuravam suas próprias roupas, querosene para abastecer as lamparinas porque não tinha luz



elétrica na localidade e outras coisas para a casa, como materiais de limpeza e alimentos que os colonos não produziam. Os produtos eram trazidos de carroça ou no lombo de cavalos, que eram os meios de transporte que a gente tinha, até meu pai comprar o Ford 36. Ele contratou Francisco Wilke como motorista do caminhão porque tinha que cuidar do armazém.

**Angela:** Quando a Esquina Guajuvira se tornou Doutor Maurício Cardoso?

**Hildor:** em 1942, Luís Giacomelli reuniu os moradores e propôs o novo nome da localidade. Ele era amigo do deputado federal Maurício Cardoso que morreu num acidente de avião em Santos e queria fazer uma homenagem ao amigo. Todos aceitaram a mudança do nome e em 24 de novembro do mesmo ano foi feita a primeira placa do nome da localidade como Dr. Maurício Cardoso.

**Angela:** Quais foram os principais fatos que ocorreram na localidade a partir daquele momento?

**Hildor:** Em 1942, Avelino Arendt construiu o primeiro salão, onde a gente realizava festas, bailes e reuniões de moradores. Quando a Esquina Dr. Maurício Cardoso cresceu, os cultos dos evangélicos também começaram a ser realizados no local e depois deixamos de ir para Capriuva, só não me lembro o ano. A maioria das pessoas eram agricultores. Também tinha outros trabalhadores, o Ottmar Becker era ferreiro e Pedro Peters e Edmund Knebelcamp trabalhavam com marcenaria. No tempo de guerra veio para cá um destacamento da Brigada Militar de Passo Fundo, e como não tinha quartel aqui, nós mesmo abrigamos eles. Na minha casa veio um soldado que ficou muito nosso amigo. Ele me ensinou a tocar e cantar músicas brasileiras: *“O dia vem chegando. Vou fazer minha oração. A igreja é a floresta. E o sino o violão. Porque você me nega a esmola de um real? O sol nasceu para todos. Também quero aproveitar.”* Era tão bonito! A gente se reunia tudo de fim de semana, sentava e cantava essas músicas antigas que os brigadeanos ensinaram para a gente, não tínhamos muito o que fazer, porque as estradas eram ruins e tudo era longe, além disso sempre só a cavalo. No convívio cotidiano, os brigadeanos entendiam que as pessoas idosas que não sabiam falar bem a língua portuguesa tinham dificuldades em aprender ela. Alguns brigadeanos “faziam vista grossa” quando os idosos conversavam entre eles em alemão. Ninguém que abrigou um policial militar foi preso na localidade de Dr. Maurício Cardoso por falar o idioma alemão. Em 1943 foi formada a primeira orquestra musical de Dr. Maurício Cardoso.

Eram componentes desta orquestra: Otto Geissinger tocava gaita, Antônio Geissenger na clarineta, Lindolfo Müller no banjo, João G Hartemink tocava pistão e eu tocava violino. Entre esses tinha também o Edmundo Hoffmann e Edvino Wandscher, que tocavam bandoneon. A gente começou a tocar para fora só depois que terminou a Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra ficamos sem muitos produtos como querosene que tivemos que substituir por banha de porco, que fazia tanta fumaça que a gente tinha que ficar com a casa toda aberta. Também faltava sal que a gente conseguiu da Argentina. A primeira escola de Dr. Maurício Cardoso foi particular. Fundada em 1943, teve como primeiros professores Otalício Hartemnk, Emília Sinchack e Berta Redel, meu pai e eu buscamos o professor Otalício. Meu pai era quem cuidava da escola, ficou responsável em adiantar o pagamento dos professores e depois os pais dos alunos pagavam ele.

**Angela:** Por que?

**Hildor:** Por ser comerciante, o pai era o único que tinha dinheiro para isso.

**Angela:** E politicamente, como foi a vila Dr. Maurício Cardoso?

**Hildor:** Ih! Isso deu briga, quando Maurício foi promovido a distrito, o pessoal de Pitanga não aceitou. O subprefeito era Luiz de Souza, mas a gente chamava ele de Lulu. Para dar fim à briga a subprefeitura teve que ser transferida para Esquina Duque da Caxias que ficava bem no meio do caminho entre Pitanga e Dr. Maurício Cardoso. Ali o subprefeito foi Pio Dotto, que morava em Esquina Grápia e percorria um trajeto de três quilômetros a cavalo por dia para trabalhar.

**Angela:** Como era a Igreja Evangélica naquela época e já tinham outras denominações religiosas na localidade?

**Hildor:** Sim. No Lajeado Capriuva tinha bastante gente de origem alemã vivendo. Os evangélicos fundaram lá, em 1936 um “ponto de pregação”, que fazia parte da paróquia de vila Belo Horizonte. Este ponto de pregação existiu até aproximadamente o ano de 1945, não me lembro bem certo. Para assistir aos cultos a gente ia de cavalo, cada pessoa tinha que levar seu hinário, as mulheres que usassem roupas vermelhas ou que não estivessem usando vestidos com mangas longas eram impedidas de participar da Santa Ceia. Os homens compareciam nos cultos de fatiota e também não participava da Santa Ceia aquele não estivesse vestido adequadamente. Durante a guerra os cultos eram realizados em português depois alternava do português para o alemão. Além de nós, tinham igrejas de

luteranos do Distrito do Sínodo de Missúri no Porto Santo Antônio e na localidade de Centro Novo. Os católicos se reuniram e construíram uma capela na Rua do Comércio, onde hoje está localizada a Igreja, mas eram poucos em relação a nós.

**Angela:** Existia conflito com pessoas de outras etnias?

**Hildor:** Não sei dizer ao certo. Me contaram, na época, que um polonês de Pedregulho viu um caminhão com pessoas de origem alemã e disse: “Prefiro carregar um caminhão com porcos do que com esses alemães. Eles tinham raiva de nós por causa da guerra da Alemanha contra a Polônia, isso era besteira.

**Angela:** Como era a assistência pastoral?

**Hildor:** Ainda eram difíceis, as condições das estradas eram péssimas. Quando havia algum enterro para ser realizado na comunidade e o pastor não conseguia chegar de Horizontina, o professor Otalício Hartemink era quem oficiava o sepultamento.

**Angela:** O senhor gostaria de destacar mais algum fato?

**Hildor:** Sim. Nós fundamos um coral de jovens evangélicos sob a regência do Arnaldo Schwantes e, mais tarde, pelo Sr. Otalísio Hartemink. Os componentes deste coral eram: Arlindo Mann, Hildor Froemming, Abílio Mann, Fridolino Fleck, Blondino Günter, Norma Günter, Leonora Jost, Luíza Jost, Lídia Schwantes, Florinda Fleck, Lídia Klemann, Gerti Shwantes e Belmira Mann. Todos foram membros importantes na comunidade. No fim da década de 1940 decidimos construir a Igreja. Com a contribuição dos membros compramos os terrenos de Hernandez, um argentino que atuava como dentista, e de Rodolfo Böes, que estava indo embora para o Canadá. Em estilo românico, Augusto Sipert construiu a igreja que foi inaugurada em 1950 toda de madeira e custeada com a contribuição dos membros.

**Entrevista com Melita Beck, por Angela Brandalise Froemming, em Horizontina, setembro de 2008.**

**Angela:** quando e por que sua família veio morar em Horizontina?

**Melita:** minha família veio em 1938 de Santa Cruz do Sul. Eu era solteira e meus pais decidiram mudar para cá porque minha irmã mais velha Regina se casou com um horizontinense e quando viemos visitá-la meu pai gostou da terra e decidiu se mudar então.

**Angela:** Já existia a Comunidade Evangélica? E a Sra participava das atividades da igreja?

**Melita:** sim, já tinha comunidade, desde o começo nós participamos da comunidade, depois que eu fiquei três anos casada comecei a participar das reuniões da OASE. O pastor sempre arrumava duas meninas da doutrina para cuidar dos nossos filhos para que nós pudéssemos realizar as atividades. A gente fazia muito bordado e crochê. Como nós morávamos na colônia, não tínhamos com quem deixar os nossos filhos, porque empregada nós não tinha. Não existia culto infantil naquela época.

**Angela:** como era a escola até 1942?

**Melita:** eu não sei te dizer porque eu estudei em Santa Cruz do Sul, mas a minha aula lá era toda feita em alemão, quando eu vim morar para Horizontina eu não sabia falar português, só alemão. Eu tinha muita vontade de aprender o português, e depois com a guerra o alemão ficou proibido e eu tinha muita dificuldade em aprender o português. Foi muito difícil.

**Angela:** Como essa situação modificou a Comunidade Evangélica?

**Melita:** a comunidade em geral falava pouco o português. Eu não entendia nada do que o pastor falava no culto, mas eu e minha família participávamos igual, porque achávamos isso importante para nós. A primeira coisa que a gente aprendeu em português foi o Pai Nosso, depois a igreja arrumou uns hinários com os hinos em português, a gente cantava junto, mas sem idéia do que tava cantando. No dia do meu casamento eu não entendi nada do que o pastor falou. Eu só entendia alemão. Eu e o Alfredo combinamos que na hora de eu dizer o sim ele pegava no eu braço. Foi muito ruim para mim. Depois nós reunimos a minha família e a família do Alfredo só, porque era proibido reunir bastante gente naquela época. Por causa disso nós fizemos questão de comemorar Bodas de Prata, Ouro, Diamante e Ferro, isso foi em 1942, porque na época em que nós casamos era proibido juntar pessoal por causa de nossa origem alemã. Na minha festa de casamento só tinha a minha família e a de Alfredo.

**Angela:** Como que sua vida foi afetada pela proibição da língua alemã?

**Melita:** A gente não podia ter nada que fosse escrito em alemão. Na minha casa, meu pai escondeu os livros em alemão dentro de saco de milho no galpão. Lá ninguém foi procurar e eu tenho o Novo Testamento da Bíblia daquela época até hoje, ele não tinha a Bíblia completa. Meu pai deixou isto para mim. E em casa a

gente só falava em alemão, os homens como viviam em contato com gente de fora até sabiam falar português, mas nós não podia mais falar em casa. A gente morava no interior e muita vezes eu vi gente no meio do milho escondida tentando escutar o que a gente falava em casa, depois de um tempo a gente teve que colocar sempre um de nós na varanda para cuidar se vinha alguém espionar para a gente poder falar alemão. Na OASE, quase ninguém sabia falar direito o português e nossas reuniões foram proibidas, a gente até entendia, mas não falava nada. Meu filho que nasceu na época da ditadura aprendeu só falar português, ele detesta alemão e nós tivemos que falar português em casa, mesmo depois da ditadura por causa dele.

**Entrevista com Benno Tesche, realizada por Angela Brandalise Froemming em Três de Maio, Setembro de 2008.**

**Angela:** de onde veio sua família?

**Benno:** minha família veio de Augusto Pestana para Três de Maio em 1923, eu nasci em 1925. Meu pai nasce em Santa Cruz do Sul, a maioria das pessoas que iniciaram o povoamento de Três de Maio eram oriundos dessa região.

**Angela:** como foi o início da Igreja Evangélica Luterana?

**Benno:** antes da igreja de 1924 havia uma casa feita de madeira comprida, onde na frente tinha um salão e mais atrás a comunidade foi emendando os quartos. Lá a comunidade se reunia primeiro e onde foram realizados os primeiros cultos. No fundo tinha uma estrebaria para os pastores guardarem os cavalos, os primeiros pastores eram itinerantes e vinham de Ijuí e depois de Buriti. Essa casa de madeira também servia como sala de aula até ser construída uma escola em 1935. Tudo foi derrubado depois da construção do prédio novo. Eu me lembro que na casa pastoral tinha uma briga com o pastor, Eyssel. Esse pastor era todinho do Hitler, e eu lembro que tinha gente que xingava ele na frente da casa pastoral e falava nomes feios.

**Angela:** como era o relacionamento dos evangélicos com a Igreja Católica?

**Benno:** aqui tinha um padre que era meio caxias, então existia aquela coisa, ele não admitia que um católico viesse para o lado de cá, até em dia de festa ele proibia. Era um velho jesuíta. Existia também uma ordem dos capuchinos aqui, essa ordem foi para Ijuí onde lá fundaram a FIDENE, eles foram expulsos por causa que fizeram amizade com evangélicos. Esse padre jesuíta velho com mais meia dúzia de cabeçudo de dentro da igreja ajeitaram para os capuchinos irem embora, a FIDENE podia ser aqui, a vila São Francisco era toda deles. Mas falando em ser evangélico,

aqui tinha gente que era firme mesmo, o Germano Dockorn, Albino Schunkell, o velho Kutter e o Logemann. Foi o pai do Jorge Logemann quem deu algumas terras de presente para a comunidade. Eram poucas as pessoas, e davam muito valor para sua religião. Quando eu era jovem participava da juventude, do coral da igreja, desde que deu para cantar o tenor eu já ia no coral, isso foi já na época da ditadura, nos obrigamos a cantar em português, antes o coral só cantava em alemão. Até na igreja, antes o hinário era em alemão, depois providenciaram um em português, que nem nota tinha. Tivemos um problema, o pastor Kretschmer que tava aqui desde 1937 teve que ir embora em 1942 por causa desse negócio que aqui era faixa de fronteira, e ele era estrangeiro, de nacionalidade alemã. Daqui ele foi mandado para Novo Hamburgo, ele não foi deportado na época, depois mais tarde acho que ele acabou voltando para a Alemanha.

**Angela:** a comunidade sempre se chamou São Paulo? E como eram as festas?

**Benno:** sim, desde o começo se chamou assim. As festas eram uma beleza, tinha até banda de música. Tinha de tudo. Os músicos tinham bandoneon, violino, sax, pistão, era uma orquestra completa, muito boa. Começava cedo e ia o dia inteiro. Sexta e sábado o pessoal começava a preparar tudo. O dia da inauguração da igreja aqui, tinham dez vacas assando. As dez horas as vacas ainda estavam pastando e ao meio dia o pessoal já estava comendo elas. Como reuniu gente aquele dia! E a meia tarde choveu e estragou tudo. Era tudo aberto, tinha somente um galpãozinho onde as bebidas eram vendidas, e uma “cozinhezinha” apertada, onde as mulheres da OASE faziam as cucas.

**Angela:** como as pessoas se vestiam na época? E como se comportavam?

**Benno:** os homens usavam fatiota, a rapaziadinha ia no baile tudo engravatado e hoje como vão? Até de camiseta! Nós íamos até de gravata nos cultos. As mulheres usavam vestido mas não precisavam ser de manga longa, quem exigia manga longa era o padre, este até botava para fora quem não estava de manga longa. Aquele jesuíta era fogo!

**Angela:** somente o padre que tentava dividir as pessoas ou isso acontecia entre os membros das comunidades?

**Benno:** não, as pessoas eram unidas, nos dávamos bem com todos, só que o negócio da igreja esse padre mandava. Tinha festa aqui, ele tentava proibir os católicos de virem para cá, os daqui as vezes iam lá, mas ele não gostava.

**Entrevista com Joana Schneider, por Angela Brandalise Froemming, em Horizontina, setembro de 2008.**

**Angela:** De onde veio a sua família?

**Joana:** Também veio de Santa Cruz que nem a da Melita. Viemos mais ou menos na mesma época, só que eu não participava da OASE como ela. Então da comunidade eu não sei te dizer muita coisa, não me lembro!

**Angela:** De que forma a ditadura de Vargas afetou sua vida?

**Joana:** O pior de tudo era não poder falar alemão. Nós ia fazer as compra na loja e no mercado, naquela época a gente dizia venda, meu velho sabia fala português, aí ele escrevia: arroz, açúcar, erva. Daí ele anotava num papelzinho. Na loja eu dava este papel e eles colocavam tudo no meu cesto. Eu levava dinheiro, naquela época tudo era bem barato. Quando a gente tinha dez pila podia fazer rancho para um mês. Então eles botavam tudo na minha cesta e eu sabia dizer boa tarde ou até logo. Não podia dizer outra coisa, porque tinha “aqueles amarelo” do lado Nós tinha medo de ir pra cadeia. Tinha muita gente na cadeia. Eles surraram muita gente. Muitos falavam igual em alemão, mas eu ficava quietinha, não abria a boca. Eu aprendi a falar o português ouvindo os outros falarem. Nunca aprendi na escola. Lá nós aprendia tudo em alemão. Eu estudei só dois anos. Nós caminhava muito e tinha barro, tinha que se lavar quando chegava. Não tinha colégio, as aulas eram numa casa, era tudo particular. A polícia prendia tudo que fosse escrito em alemão, então eu escondi minhas coisas escrita em alemão no forro, quando eu morava lá em baixo, onde tinha a ferraria. Tinha uma tampa e eu guardei isto em cima: Bíblia em alemão e outras coisas assim. Depois, quando eu queria pegar de novo, os ratos comeram! (risos).

**Angela:** Havia alguma exigência do governo que vocês eram obrigados a fazer?

**Joana:** Uma vez por mês a gente tinha que hastear a bandeira do Brasil e cantar o hino Nacional na praça, nós só sabia cantar “*Deutschland, Deutschland*”, mas tínhamos que comparecer e fazer de conta que sabíamos cantar, senão nós ia tudo preso.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Formação de comunidades evangélico-luteranas no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Nome da pesquisadora: Angela Brandalise Froemming.

Nome do orientador: Wilhelm Wachholz

1. Natureza da pesquisa: a Sra (Sr) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade recuperar a história da comunidade evangélica no qual a sra (Sr) é membro.
2. Participantes da pesquisa: 8 pessoas com mais de 75 anos.
3. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que a pesquisadora Angela B. Froemming realize as entrevistas para relembrar fatos importantes que remontam a história do início da comunidade religiosa que você faz parte. A sra (sr) tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em pesquisa.
4. Sobre as entrevistas: acontecerão na sua casa, evitando assim o transtorno do seu deslocamento. Serão através de conversas informais seguidas de questionário. Tudo será gravado em áudio com o seu devido consentimento.
5. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Ela poderá gerar algum desconforto caso a sra (sr) referente à lembranças desagradáveis. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo servirão de base para o estudo desta referida pesquisa. A identificação das pessoas envolvidas será preservada no anonimato se assim o entrevistado o quiser.
7. Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (Sr) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo nos apresente informações



importantes sobre a história da sua comunidade. O conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possibilitará aos membros das comunidades adquirirem melhor conhecimento sobre a história da igreja na qual participam, onde o pesquisador se compromete a divulgar os dados obtidos.

8. Pagamento: a sra (Sr) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

---

Nome do participante da pesquisa

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura do pesquisador

---

Assinatura do Orientador

#### TELEFONES

Pesquisador: 5535341162

Orientador: 5121111400